



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Trabalho no Comum: um estudo exploratório sobre as condições e razões dos seus protagonistas

João Braga de Oliveira Lopes

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Joana Soares Marques, Investigadora Associada,  
CIES\_Iscte

Coorientadora:

Doutora Inês Conceição Farinha Pereira, Professora Auxiliar Convidada,  
Iscte — Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2020



Trabalho no Comum: um estudo exploratório sobre as condições e razões dos seus protagonistas

João Braga de Oliveira Lopes

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Joana Soares Marques, Investigadora Associada,  
CIES\_Iscte

Coorientadora:

Doutora Inês Conceição Farinha Pereira, Professora Auxiliar Convidada,  
Iscte — Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2020



## Agradecimentos

Construir uma dissertação é sempre um processo exigente. Durante uma pandemia, é especialmente árduo. Do fundo do coração, quero agradecer à Joana, que me orientou nesta turbulenta jornada. Não poderia ter escolhido melhor orientadora, e espero um dia poder retribuir toda a dedicação e paciência. Agradeço também à Inês, que me coorientou, pela simpatia, pelas sugestões sagazes e pelo alento que sempre me deu. A todas as pessoas que aceitaram ser entrevistadas, o meu agradecimento por partilharem comigo o seu tempo e um pouco de si próprias. Foram entrevistas interessantes, enriquecedoras e empolgantes.

A construção de uma dissertação também se faz num contexto de vida pessoal, importantíssimo para o resultado que aqui se verá. Ao Mateus, agradeço pela companhia na vida, pela sua genuinidade singular e por tudo o resto. À Beatriz, figura icónica da minha vida em Lisboa, agradeço por continuar a ser fácil gostar dela. A todos e todas as amigas que me acompanharam e confortaram, especialmente ao longo deste difícil ano, um muito obrigado. Distantes ou não, o cuidado e a disponibilidade por parte de várias pessoas foi algo que sempre me animou. Agradeço à minha família por ser um porto seguro e me mostrar o que é receber amor incondicional, e à minha irmã por me ter feito descobrir o que é entregá-lo.

Esta dissertação foi o maior e mais importante trabalho académico que já fiz, a vários níveis. Parafraçando o título, as condições e razões para investir nela resumem-se, sobretudo, em acreditar ser possível um futuro melhor. Por isso, agradeço a todos e todas as companheiras de luta, por me darem esperança numa sociedade diferente.



## Resumo

Têm crescido as preocupações com o futuro do trabalho e o Comum tem ganho cada vez mais relevância social e acadêmica. Os estudos do trabalho, no entanto, tendem a focar-se no trabalho enquanto mercadoria, e o Comum só mais recentemente tem sido conceptualizado como um princípio político, mais do que como uma classe de recursos. Além disso, e por isso, não existem estudos que tratem do trabalho no Comum enquanto um fenómeno conjunto. Esta investigação, então, procura entender em que condições e por que razões é que existem pessoas a realizá-lo.

Partindo de uma abordagem exploratória e qualitativa, e na tentativa de caracterizar o trabalho no Comum de uma perspectiva holística, englobamos atividades que produzem, reproduzem, suportam ou distribuem recursos comuns materiais ou imateriais. A análise empírica explora e problematiza os obstáculos à participação, os modos de organização, as interações com diferentes formas de poder e a importância da comunidade, bem como as razões individuais para contribuir, as razões baseadas em valores e as razões coletivas com origem na comunidade (restrita e alargada).

Uma conclusão geral é que a comunidade é importante quer nas condições quer nas razões para o trabalho no Comum, o que tem relevância por contraposição à sociedade de mercado individualista em que este se encontra inserido. Outra é que a atividade permite a realização individual e social de quem a pratica, pois ao mesmo tempo que estes podem dirigir a sua própria atividade produtiva, sabem também que o produto do seu trabalho irá ser acessível a muita gente.

**Palavras-chave:** Trabalho, Comum, *commons*, política prefigurativa, contramovimento polanyiano, utopias reais





## Abstract

### *Work in the Common: an exploratory study on the conditions and reasons of its protagonists*

There are growing concerns about the future of work and the Common has been gaining social and scholarly importance. The studies about work, nonetheless, tend to focus on work as a commodity, and the Common has only recently been conceptualized as a political principle, more than as a class of resources. Furthermore, and therefore, no studies address work in the Common as a joint phenomenon. This inquiry, then, tries to understand in which conditions and for what reasons there are people doing it.

From an exploratory and qualitative approach, and with the aim of characterizing work in the Common from a holistic point of view, we encompass activities that produce, reproduce, support or distribute material or immaterial commons. The empirical analysis explores and problematizes obstacles to participation, modes of organization, the interactions between different forms of power and the importance of community, as well as individual reasons to contribute, reasons based on values and collective reasons based on the (restricted and broader) community.

A general conclusion is that the community is important both in the conditions and in the reasons for working in the Common, which is relevant as it is opposed to the individualistic market society in which the activity happens. Another is that the activity allows both the individual and social realization of the workers, since they can direct their own productive activity while at the same time the product of their work will be accessible to many people.

**Keywords:** Work, common, commons, prefigurative politics, Polanyian countermovement, real utopias



# Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	iii
Abstract .....	v
Índice de quadros .....	xi
Introdução .....	1
Capítulo 1 — Definição do objeto e da sua abordagem metodológica .....	3
1.1. Um percurso de definição de fronteiras .....	3
1.2. Objeto de estudo .....	4
1.3. Amostra .....	4
1.4. Técnica e condições .....	6
Capítulo 2 — Trabalho e Comum: uma revisão de literatura .....	7
2.1. Trabalho: o nome e a coisa .....	7
2.1.1. Trabalho e cultura .....	7
2.1.2. Trabalho e história .....	7
2.1.3. Trabalho e capitalismo .....	8
2.1.4. Trabalho segundo Marx .....	9
2.2. O Comum para além dos bens .....	11
2.2.1. Os cercamentos dos comuns enquanto história passada e presente .....	11
2.2.2. O Comum como condição dos comuns .....	12
2.2.3. O Comum entre a resistência e a cooptação .....	13
2.3. Aproximações empíricas ao trabalho no Comum .....	14
2.3.1. Economia social e solidária .....	14
2.3.2. Agricultura urbana .....	15
2.3.3. Wikipédia .....	15
2.3.4. Software livre e de código aberto .....	16
2.3.5. Bombeiros voluntários .....	17

Capítulo 3 — O trabalho no Comum contextualizado: condicionantes estruturais, organizacionais e individuais da ação .....	19
3.1. Dos que ficam de fora aos que gostavam de participar mais .....	21
3.2. Reflexões sobre os modos de organização .....	22
3.3. Interações com a forma estatal de poder .....	25
3.4. Interações com a forma económica de poder .....	26
3.4.1. Relações com o mercado de trabalho.....	28
3.5. A importância da comunidade e da rede .....	32
Capítulo 4 — As razões para o trabalho no Comum .....	35
4.1. Razões individuais .....	35
4.2. Razões baseadas em valores .....	36
4.3. Razões coletivas com origem na comunidade .....	39
4.3.1. Razões coletivas com origem na comunidade restrita.....	40
4.3.2. Razões coletivas com origem na comunidade alargada .....	41
Síntese conclusiva .....	45
Fontes.....	49
Referências bibliográficas.....	51
Anexos.....	55
Anexo A – Guião de tópicos orientadores.....	55
Anexo B — Caracterização completa das/os entrevistadas/os e dos seus projetos .....	56
Anexo C – Excertos da análise de conteúdo das entrevistas .....	58
Anexo C1 – Esforços de justiça política no interior dos projetos.....	58
Anexo C2 – Razões circunstanciais para a participação .....	59
Anexo C3 – Dedicção que os entrevistados dão aos projetos.....	59
Anexo C4 – Dedicção que entrevistados gostariam de ter .....	60
Anexo C5 – Sacrifício que os entrevistados fazem pelos projetos.....	61
Anexo C6 – Caracterização organizativa .....	62
Anexo C7 – Relações entre os projetos (e seus participantes) e o mercado de trabalho.....	64

Anexo C8 – Razões instrumentais para participar.....	67
Anexo C9 – Ativismo de consciencialização .....	68
Anexo C10 – A importância do convívio.....	69
Anexo D — Esquema-síntese das razões dos entrevistados para trabalharem no Comum .....	69



## Índice de quadros

Tabela 1.1 - Premissas identificadas para a seleção dos/as entrevistados/as.....	5
Tabela 3.1 - Caracterização das/os entrevistadas/os e dos seus projetos.....	19





## Introdução

Vivemos um tempo de incertezas e possibilidades. A braços com uma pandemia sem precedentes numa geração, uma nova crise económica que se anuncia, desigualdades que ganharam uma nova centralidade política e uma catástrofe ambiental a dar os primeiros passos, não é apenas desejável, positivo ou necessário refletir de onde vimos e para onde vamos enquanto comunidade política: é urgente e imperativo. Sem certezas sobre inevitabilidades históricas ou sobre o destino do capitalismo, as alternativas contra-hegemónicas que se afiguram como futuros possíveis apresentam-se enquanto um objeto de estudo muito atraente, especialmente para qualquer investigador que procure conhecer perspetivas alternativas sobre aquilo que a sociedade é ou pode ser.

As preocupações da sociologia no que respeita ao trabalho têm-se focado, sobretudo, no *mercado* de trabalho. Isso não é negativo, desde logo porque reflete a centralidade que o mercado tem na sociedade de hoje e, por consequência, como ele é colocado enquanto um problema social ao qual a sociologia tem a responsabilidade de responder. No entanto, a meu ver, não devemos apenas dedicarmo-nos ao estudo dos objetos que, a curto ou médio-prazo, parecem mais relevantes. Citando Méda (2010),

as questões legítimas que devem ser colocadas quanto ao lugar, ao sentido e ao futuro do trabalho são ocultadas pelo tratamento tecnocrático, económico e politicamente reduzido que lhes é dado, já que elas dizem respeito a cada cidadão e deveriam estar no centro de um vasto debate público e político. (p. 19)

Desse modo, é também nossa responsabilidade estudar os objetos que, posicionando-se como alternativas aos modos de organização social dominante, se apresentam como possíveis sementes de transformação. Importa, então, estudar não apenas o mercado de trabalho, mas também o trabalho que *não é mercadoria*, mesmo que hoje não seja dominante. Sendo verdade que é possível ver o trabalho como uma categoria que, *per se*, apenas surgiu na modernidade — e, portanto, uma categoria necessariamente mercantil (Gollain, 2000: 117-118) —, também é possível vê-lo como uma atividade transversal a todas as sociedades que ganhou um carácter mercantil apenas recentemente (e.g. Marx, 2011 [1867]). Optou-se por esta última visão. Neste raciocínio — e partindo-se da ideia de utilidade social —, definiu-se o trabalho de forma ampla enquanto *toda a atividade que produz um bem ou serviço, material ou imaterial, que pode beneficiar um ou mais indivíduos para além de quem a executa*.

Um terreno propício ao estudo do trabalho não mercantilizado, pela sua natureza oposta à própria noção de propriedade privada, é o terreno dos recursos comuns<sup>1</sup>, especificamente dos projetos que se relacionam implícita ou explicitamente com a ideia de “Comum” — o princípio que abarca e liga os recursos comuns às comunidades<sup>2</sup> que os produzem, reproduzem, suportam ou distribuem<sup>3</sup>.

Os comuns e o Comum têm uma história mais antiga que o capitalismo. Atualmente, e por contraposição a este, têm ganho mais relevância social e científica, como se verá adiante. A literatura empírica existente, no entanto, foca-se sobretudo em estudos de caso sobre as motivações dos contribuidores para determinado comum<sup>4</sup>. Assim, apesar das preocupações crescentes com o futuro do trabalho e da crescente relevância social e académica do Comum, não existem investigações que abordem o *trabalho no Comum* de uma perspetiva holística que tente integrar todas as suas dimensões — das mais materiais (e.g. hortas comunitárias) às mais imateriais (e.g. software livre) —, e que o tente entender enquanto fenómeno único.

Posto isto, esta investigação tem como ponto de partida a *caracterização do trabalho no Comum*, a partir de uma abordagem exploratória e de uma metodologia qualitativa. Esta caracterização terá dois principais objetivos. O primeiro é *perceber em que condições ocorre a atividade dos trabalhadores do Comum*, ou seja, que condicionantes e potencialidades existem aos níveis estrutural (macro), individual (micro) e organizacional (meso) para o exercício desta atividade. O capítulo 3 dedica-se a essa elucidação, a partir de uma reflexão empírica sobre os obstáculos à participação, os modos de organização, as interações com diferentes formas de poder e a importância da comunidade no desenvolvimento da atividade. O segundo objetivo é *perceber que razões levam os trabalhadores do comum a trabalhar ativamente para ele*. O capítulo 4 versará sobre ele, estruturando-se na descrição e problematização das razões individuais, das razões coletivas — com origem na comunidade (restrita e alargada) — e das razões baseadas em valores, a seu tempo individuais e coletivas.

De resto, no capítulo I procuro explicitar a evolução das fronteiras desta pesquisa, nomeadamente a definição do objeto e da sua abordagem metodológica. No capítulo 2 faço uma revisão da literatura sobre a noção de trabalho — colocando-a no seu contexto cultural, histórico e socioeconómico — e sobre a noção de comum — mostrando a sua história, evolução e condição atual —, de forma a enquadrar o objeto desta pesquisa que, conceptualmente, é relativamente pioneiro. Para além disso, procuro mostrar as conclusões que já foram tiradas sobre objetos semelhantes.

---

<sup>1</sup> Recursos que, em princípio, são acessíveis por toda a gente e existem fora do controlo direto da lógica estatal — e dos direitos de propriedade que esta suporta —, bem como da lógica mercantil — e da necessidade lucrativa que esta pressupõe.

<sup>2</sup> Comunidades são aqui entendidas como coletivos de indivíduos livremente associados em torno de um determinado recurso comum. Corresponde àquilo que, na secção 4.3, denomino de *comunidade restrita*.

<sup>3</sup> Esta definição é uma operacionalização da definição de Dardot e Laval (2017: 21), como se verá na secção 1.2.

<sup>4</sup> Alguns exemplos serão dados na secção 2.3.

## Definição do objeto e da sua abordagem metodológica

### 1.1. Um percurso de definição de fronteiras

Esta investigação decorreu durante cerca de um ano, com algumas interrupções, de outubro de 2019 a novembro de 2020. O percurso que lhe deu origem começou com a intenção de estudar trabalhos não mercantilizados atualmente existentes, privilegiando uma abordagem qualitativa, dada a escassez de estudos compreensivos sobre o fenómeno no contexto português. Assim, no início, aspetos como a metodologia, a amostra ou os limites do objeto empírico estavam ainda muito indefinidos, e foi na exploração de diversas atividades não mercantis que os mesmos se foram tornando mais claros.

De facto, começou-se por definir o objeto como dois casos de estudo — pessoas que criassem software livre e pessoas que participassem em hortas comunitárias —, de forma a fazer uma comparação; depois, pensou-se em restringir apenas ao software livre, por questões de tempo e por eu próprio me ter familiarizado melhor o tema; no final, surgiu a noção de Comum como um ótimo critério que, por um lado, tinha uma abrangência que permitia estudar vários trabalhos não mercantilizados e, por outro, permitia delimitar o objeto de forma a avançar com a investigação.

Este percurso errático também se deu na metodologia. Começou-se por apostar na observação participante em eventos sociais — incluindo as Horas Ubuntu<sup>5</sup>, a WikiCon<sup>6</sup> e um workshop da PrivaCity<sup>7</sup> —, tal como nos espaços da Cicloficina<sup>7</sup> e do espaço GAIA<sup>7</sup>. Para além disso, fiz algumas entrevistas exploratórias com informantes privilegiados, de forma a ganhar confiança, ideias e um senso do terreno. Esta abordagem, próxima da pesquisa de terreno, acabou por se tornar complementar, no sentido em que serviu sobretudo para conhecer o terreno, possibilitando o estabelecimento de contactos para algumas das entrevistas gravadas. Aliás, foi através desse envolvimento que surgiu a percepção, nos projetos digitais observados, de um certo carácter reticular entre eles, o que foi fundamental no estabelecimento da noção de Comum como o critério delimitador do objeto, dado que essa noção latente ligava todos esses projetos em rede.

---

<sup>5</sup> Encontros regulares, à mesa do café, da comunidade Ubuntu-PT.

<sup>6</sup> Uma conferência nacional sobre a Wikipédia.

<sup>7</sup> Estes coletivos são descritos no anexo B.

## 1.2. Objeto de estudo

O objeto de estudo desta investigação, ou seja, a porção da realidade social que se pretende estudar, é, como já vimos, o *trabalho no Comum*. Como já referi, parto da noção de utilidade social para definir o trabalho de forma ampla enquanto *toda a atividade que produz um bem ou serviço, material ou imaterial, que pode beneficiar um ou mais indivíduos para além de quem a executa*.

Já para definir o Comum, sigo a proposta de Dardot e Laval (2017):

se «Comuna» é o nome do autogoverno político local e «comuns» é o nome dos objetos de natureza muito diversa pelos quais a atividade coletiva dos indivíduos se responsabiliza, 'comum' é o nome propriamente dito do princípio que anima essa atividade e ao mesmo tempo preside a construção dessa forma de autogoverno. (p. 21).

Para operacionalizar esta proposta, e no seguimento da elaboração mais extensa que será feita na secção 2.2, defino o Comum como *o princípio que abarca e liga os recursos comuns às comunidades que os produzem, reproduzem, suportam ou distribuem*.

## 1.3. Amostra

Tendo em conta que a população na qual se baseia este estudo é constituída pelo conjunto de pessoas que participam ativamente em projetos comunitários que produzem, reproduzem, suportam ou distribuem recursos comuns, a amostra que estudei é composta por pessoas a viver em Portugal — apesar de alguns projetos terem dimensão internacional — que participam em projetos ligados a diferentes tipos de recursos comuns.

É uma “*amostra intencional*”, pois procurou-se construí-la “de forma a assegurar que existe alguma diversidade em termos das características principais relevantes para a questão de investigação” (Bryman, 2012: 418) e, nesse âmbito é também o que Patton (1990) denomina de “*amostra de variação máxima*” (p. 235). De facto, como ele refere,

nas amostras pequenas, uma grande heterogeneidade pode ser um problema, porque os casos individuais são tão diferentes uns dos outros. A amostragem de variação máxima torna essa aparente fraqueza em força, ao aplicar a seguinte lógica: quaisquer padrões comuns que emergem da grande variação são de particular interesse e valor em capturar as experiências nucleares e as dimensões centrais e partilhadas de um contexto ou fenómeno. (p. 235)

Finalmente, é também uma “amostra sequencial” – no sentido de começar com um grupo inicial de unidades que vai crescendo (Teddlie e Yu, 2007: 80) —, e essa sequencialidade pode ser descrita com a noção de bola-de-neve, só que em vez de serem sempre os participantes a sugerir novos participantes, era a minha própria experiência no terreno que sugeria novos participantes. Posto isto, foi utilizada, em bom rigor, uma amostra intencional e sequencial de variação máxima.

Entrevistou-se uma pessoa por projeto e, para garantir a máxima variação possível, procurou-se agrupar os projetos em torno de um conjunto de premissas orientadoras, como se pode verificar na tabela 1. Isto permitiu alargar a amostra para a maioria das premissas presentes no universo, ao mesmo tempo que ajudou na decisão sobre quem entrevistar, no sentido em que, por um lado, restringiu o número de entrevistados numa determinada premissa e, por outro, levou à priorização da inclusão de projetos para as premissas que ainda não estavam preenchidas. Importa ainda notar que as premissas de um projeto não se resumem apenas àquelas às quais cada um deles é associado.

Tabela 1.1 - Premissas identificadas para a seleção dos/as entrevistados/as

Premissa	Projeto(s) <sup>8</sup>
Solidariedade	Seara, Estamos Juntos
Conhecimento	Cicloficina dos Anjos, PrivaCity
Sustentabilidade ambiental	Sementeca do GAIA, Horta Verde
Informação digital	Ubuntu-PT, Wikipédia-PT (e WikiEditorasLx)
Cultura	White Market Podcast, Rotten Fresh
Espaço	PENHA SCO
Direitos	Associação Nacional de Software Livre

As premissas referidas, então, serviram de critério para a seleção de um a dois projetos por cada uma delas. Na premissa da *informação digital*, no entanto, entrevistei três pessoas. Esta opção prende-se, por um lado, com a tentativa de fazer metade das entrevistas a mulheres<sup>9</sup> — pois a entrevistada do WikiEditorasLx era uma mulher —, e, por outro lado, porque o entrevistado da Wikipédia-PT era o único em situação de reforma, uma característica que se optou por valorizar com o objetivo de diversificar ainda mais as entrevistas.

<sup>8</sup> Uma descrição mais detalhada das pessoas e dos seus projetos pode ser consultada no anexo B. Apenas não foram modificados os nomes dos entrevistados que explicitamente pediram isso, e modificaram-se os nomes de alguns projetos por precaução.

<sup>9</sup> Essa tentativa foi pouco frutífera, dado que apenas se conseguiram quatro entrevistadas mulheres num conjunto de treze entrevistas. A questão é problematizada na secção 3.1.

## 1.4. Técnica e condições

A técnica de investigação privilegiada neste estudo é a *entrevista semiestruturada*, complementada pela observação participante registada em diário de campo que serviu, sobretudo, para a aproximação inicial ao terreno, como já foi referido. A técnica da entrevista semiestruturada foi escolhida por este ser um estudo exploratório transversal a vários casos. Por um lado, entrevistas estruturadas não seriam compatíveis com o cunho exploratório da pesquisa e, por outro lado, entrevistas completamente não estruturadas podiam impedir o estabelecimento de alguma uniformidade no conjunto das entrevistas, necessária à análise conjunta de todas elas.

Foi realizada uma entrevista por projeto, ou seja, treze, no total. Para a sua concretização, utilizou-se um guião com um conjunto de tópicos orientadores, que pode ser consultado no anexo A. No que se refere às condições das entrevistas importa assumir, em primeiro lugar, a minha própria simpatia em relação aos valores dos projetos, algo que ajudou no estabelecimento de confiança, mas sem impedir a adoção de uma postura o mais neutra possível no decorrer das entrevistas. Em segundo lugar, quando a pandemia do novo coronavírus chegou definitivamente a Portugal, apenas tinham sido feitas duas entrevistas presenciais, à Carminda e ao Gennaro, nas quais se beneficiou do contacto direto com eles e com o próprio projeto. A partir daí, no entanto, todas as entrevistas foram feitas por chamada (com vídeo quando o entrevistado assim o desejava).

Depois de as entrevistas serem gravadas e transcritas, foi efetuada a análise de conteúdo com recurso ao software *MAXQDA 10*, tendo por base categorias prévias teoricamente orientadas e categorias geradas de forma indutiva a partir dos próprios dados<sup>10</sup>, atendendo ao caráter exploratório do estudo. De facto, e tal como refere Bryman (2012), nas entrevistas semiestruturadas o entrevistado tem flexibilidade de resposta, as questões não são feitas de forma totalmente igual ao guião e podem ser incluídos tópicos não previstos, suscitados pelas respostas que não estavam no guião (p. 471).

---

<sup>10</sup> Excertos da análise de conteúdo podem ser encontrados no anexo C.

## **Trabalho e Comum: uma revisão de literatura**

### **2.1. Trabalho: o nome e a coisa**

#### **2.1.1. Trabalho e cultura**

O “trabalho” como o conhecemos hoje é um fenómeno específico. De facto, como refere Méda (2010: 38), ele não pode ser considerado uma invariante da natureza humana ou uma representação igual em todas as civilizações, mas sim uma categoria cuja invenção apenas foi necessária num dado momento numa dada cultura. Assim, as funções que o trabalho hoje cumpre eram cumpridas, noutras culturas, através de outros meios e sistemas. Vejamos a cultura das ilhas Trobriand, estudada por Malinowski (1989 [1922]). Nela, não existia uma categoria “económica” *per se* nem havia uma palavra distintiva para definir atividades produtivas, sendo que as atividades de subsistência eram maioritariamente atravessadas por lógicas que não a da satisfação de necessidades. Para além disso, nenhuma dessas atividades era individual na responsabilidade, propriedade ou execução e, por isso, a noção de interesse pessoal era totalmente estranha a indivíduos dessa cultura. O trabalho não só era visto como uma obrigação social que não exigia remuneração, como não se baseava na “lei do menor esforço e [era], em certo sentido, um fim em si mesmo” (Malinowski, 1989 [1922]: 40-41).

De igual forma, Maus (2002 [1950]), no seu estudo comparativo, explica que a reciprocidade é central nas relações de troca entre grupos de sociedades ditas “arcaicas”, e que esta ocorre dentro daquilo que denomina de “fenómenos sociais totais” - uma outra forma de dizer que as atividades que cumpriam a função de satisfazer necessidades cumpriam, simultânea e maioritariamente, outras funções, sobretudo sociais, de criação e manutenção de laços de solidariedade.

#### **2.1.2. Trabalho e história**

Mesmo nas civilizações que deram origem à cultura ocidental, nomeadamente na Grécia e Roma antigas, e também na Europa medieval, o trabalho nem sempre existiu como tal, e sofreu profundas alterações ao longo do tempo. Na Grécia existia um conceito para trabalho, mas estava associado a tarefas degradantes. Ao contrário dos dias de hoje, o trabalho não era glorificado nem um fator de integração social. Bem pelo contrário, era desvalorizado e um fator de exclusão (Gorz, 1985: 49), e

aqueles que o faziam eram considerados inferiores, escravos da necessidade e incapazes de cultivar o espírito elevado necessário à gestão da *polis* — algo que apenas a ociosidade permitia (Gorz, 1989: 14). A *polis* - esfera pública - era o local da política, o reino da liberdade e não do utilitarismo (Gorz, 1989: 15). Já a *oikos* - esfera privada – era o local das atividades servis de subsistência, efetuadas por escravos e mulheres (Méda, 2010: 41-43). O mesmo se passava no mundo romano, neste caso com a *res publica* - que era a esfera pública reservada contra a futilidade da vida individual (Arendt, 1998: 58). De igual modo, os romanos valorizavam o *otium* (ócio) (Méda, 2007: 20) e desvalorizavam o *negotium* (negócio), que eram as atividades comerciais e de subsistência (Méda, 2010: 50-51).

Foi apenas no século V, no dealbar da Idade Média, que Santo Agostinho operou uma mudança importante na ideia de ócio, que deixa de ser visto como sinónimo de estudo e passa a ser sinónimo de preguiça (Méda, 2007: 20). Nessa linha, a atividade produtiva passou a ser valorizada pelo cristianismo - cada vez mais consolidado -, pois constituía uma penitência necessária à expiação e mortificação da carne (Méda, 2010: 57). Nos países do norte da Europa, mais tarde sacudidos pela Reforma Protestante, o trabalho manteve o seu valor, mas, em vez de penitência, passou a ser o meio através do qual cada crente podia saber se estava predestinado à salvação eterna, pois se tivesse sucesso durante a vida, teria também sucesso depois da morte (Weber, 2013 [1905]).

Neste caminho para a atual concepção ocidental de trabalho, convém dizer que, durante a Idade Média, os serviços que um indivíduo prestava ainda estavam intimamente ligados ao lugar social bem especificado que, *a priori*, este ocupava na sociedade, ao contrário do trabalho moderno (Bischoff, 1995: 69). No entanto, é já nessa época que a diferença entre *labor* (labuta) e *opus* (obra) se vai esbatendo, fazendo nascer o embrião do conceito moderno de trabalho: “um conceito unívoco para uma categoria de atividades árduas ou que se destinam a satisfazer necessidades” (Méda, 2007: 21). É nesta altura que a palavra propriamente dita – *trabalho* – se começa a popularizar. Como refere Latouche (2005), tem a sua raiz etimológica no latim *tripalium* - um instrumento de tortura (p. 72).

### **2.1.3. Trabalho e capitalismo**

Só mais tarde, depois da Revolução Industrial, é que a busca pelo lucro propriamente dito começou a tornar-se dominante na organização do mundo do trabalho. Como constata Polanyi (2012 [1944]), isso aconteceu na altura em que a produção começou a ser organizada por mercadores - na fase proto-industrial do *putting out* (antigo sistema de subcontratação de trabalho). Ora, esta ética de investimento para colher lucros futuros, própria da mentalidade capitalista, levou a empreendimentos cada vez mais arriscados e complexos que necessitavam de assegurar algumas provisões indispensáveis, nomeadamente de três elementos principais: trabalho, terra e moeda (p. 190). Ora, numa sociedade comercial dominada por mercadores, esta logística apenas podia ser organizada



transformando esses elementos em mercadorias plenas. Existe, no entanto, um problema, que Polanyi (2012 [1944]) famosamente identificou: nenhuma destas supostas “mercadorias” começou a existir para ser comprada ou vendida, mas por razões inteiramente diferentes. Assim, eram “*mercadorias fictícias*” (p. 190-193). O trabalho, dizia ele, “é só uma outra maneira de dizer as formas de vida das pessoas comuns”, o que significava que “o desenvolvimento do sistema de mercado teve de ser acompanhado por uma transformação na organização da própria sociedade. A sociedade humana tornara-se em toda a linha um prolongamento do sistema económico” (p. 192). Ou seja, se antes a economia – se é que se podia considerar uma categoria distinta – vivia subordinada à sociedade, mais tarde “desincrustou-se”, e passou a dominar ela própria a sociedade (p. 169).

Homs (2012), precisamente, define o conceito de “constituição-fetichismo” como “um processo social no qual os homens criam uma estrutura de inter-relações que depois os domina, ao delimitar e constranger a sua margem de manobra” (p. 151). No seguimento disso, Machado (2017) põe em evidência que, da mesma forma que em várias sociedades não capitalistas existiam rituais necessariamente associados a atos de subsistência, também a “«satisfação de necessidades» é um efeito secundário da síntese social capitalista. A necessidade primordial da sociedade burguesa é a valorização do valor. As necessidades individuais e sociais apenas são satisfeitas na medida em que possibilitarem a reprodução alargada do capital” (p. 476).

Esta mercantilização do trabalho foi uma rutura transversal ao modo de vida, valores, relações sociais e relação com a Natureza (Gorz, 1989: 21), dando origem a um proletariado sem estatuto social ou profissional (como existia na Idade Média), fornecedor apenas daquilo a que Marx (2011 [1867]) chamaria de *trabalho abstrato* (Gorz, 2002: 74). Essa rutura foi de tal forma violenta que os recém-criados capitalistas, face à resistência dos recém-criados proletários em trabalhar o dia inteiro (pois tinham hábitos de ociosidade e relaxamento difíceis de quebrar), forçaram-nos a fazê-lo pagando salários tão baixos que passou a ser necessário trabalhar efetivamente pelo menos dez horas por dia só para ganhar o suficiente para sobreviver (Gorz, 1989: 21).

#### **2.1.4. Trabalho segundo Marx**

Todas as constatações que foram sendo feitas remetem-nos a Marx (1932 [1844]), uma influência mais ou menos óbvia em quase todos os autores referidos, pois é um nome fundamental e inescapável nos estudos do trabalho. Para ele, o trabalho é a automediação necessária do ser humano com o mundo que lhe é exterior, para suprir as suas diversas necessidades (não apenas de sobrevivência). Ao contrário de outros animais — que produzem por repetição instintiva e quase mecânica, limitada e impulsionada pela sua fisiologia —, os humanos conseguem idealizar, planejar, construir e manipular

consoante a sua própria vontade. O trabalho é visto, assim, como uma ferramenta para a *objetivação* do sujeito, ou seja, para tornar objetivo aquilo que era subjetivo; é o meio através do qual uma ideia se torna tangível a virtualmente toda a humanidade. Esta capacidade de objetivação é o que caracteriza o conceito de *ser genérico* e traduz, ao mesmo tempo, a individualidade de um humano e aquilo que o liga a toda a espécie, a todo o género humano (p. 31-32).

Desta forma, o trabalho é uma atividade complexa que envolve a relação do humano com: (1) o produto do trabalho, (2) a atividade produtiva e, respetiva e conseqüentemente, com (3) os outros humanos e (4) com o seu ser genérico (Marx, 1932 [1844]: 31-32). Tendo em conta que, sob relações de produção capitalistas, os meios de produção são privados e não do trabalhador, o trabalho torna-se *abstrato* (Marx, 2011 [1867]). Assim, tendo em conta as características relacionais elencadas, podemos considerar que o trabalho abstrato ocorre quando um humano é alienado (ou “estranhado”) do (1) produto do seu trabalho, (2) da sua atividade produtiva e, respetiva e conseqüentemente, (3) dos outros humanos (não existindo laços de reciprocidade, mas apenas diferentes posições no processo produtivo) e (4) do seu próprio corpo e ser genérico. Assim, é apenas realizado para assegurar necessidade básicas e não por realização pessoal (Marx, 1932 [1844]: 30-32).

Como refere Marx (2011 [1867]), o *trabalho concreto* é aquele que tem uma utilidade direta, ou seja, que cria apenas um *valor de uso*. Este tipo de trabalho é transversal a todas as sociedades (mesmo as não capitalistas). O trabalho abstrato, por seu lado, gera - em cima do valor de uso - um *valor de troca*, que se traduz na *mais-valia* (excedente) apropriada pelo capitalista. Posto isto, podemos, no seguimento de Chagas (2011), definir o trabalho concreto como o trabalho que “cria valor de uso [e] pode ser, mediante a negação do capitalismo, liberado do jugo do capital” (p. 79), ou seja, uma efetivar uma objetivação na qual não ocorresse a alienação própria do trabalho abstrato. Neste sentido, os meios de produção não seriam privados e o trabalhador não seria alienado do produto do seu trabalho, dirigiria a sua atividade produtiva livremente e poderia, assim, forjar laços de reciprocidade, ao mesmo tempo que realizaria plenamente o seu ser genérico. Como afirma Chagas (2011), seria o trabalho “não mais sob a forma específica de trabalho abstrato, de trabalho imposto sob a forma de mercadoria, mas como pleno desenvolvimento de si próprio, feito base material do desenvolvimento rico de uma sociabilidade humana livre” (p. 79). Como facilmente se percebe, o conceito de trabalho concreto é sobreponível ao conceito de Comum<sup>11</sup>, pois um recurso comum<sup>12</sup> pode corresponder tanto a um meio de produção não privado como a um produto do trabalho não-alienado, e, da mesma forma, a direção não-alienada da atividade produtiva tem condições para ocorrer quando os seus meios de produção

---

<sup>11</sup> O princípio que abarca e liga os recursos comuns e a comunidade que os produz, reproduz, suporta ou distribui.

<sup>12</sup> Recursos que, em princípio, são acessíveis por toda a gente e existem fora do controlo direto da lógica estatal — e dos direitos de propriedade que esta suporta —, bem como da lógica mercantil — e da necessidade lucrativa que esta pressupõe.

ou produtos do trabalho existem fora da lógica estatal ou da lógica mercantil. Por isso, o conceito de trabalho concreto também será mobilizado na análise do trabalho no Comum.

## 2.2. O Comum para além dos bens

### 2.2.1. Os cercamentos dos comuns enquanto história passada e presente

A noção de *comuns* (ou *commons*), tal como o trabalho, é antiga e vem de longe. Segundo Lohmann (1992), tem uma conotação grega, uma inglesa e uma americana (p. 9). A conotação grega é visível em Aristóteles, que declarou que “o bom na esfera da política é a justiça; e a justiça consiste naquilo que tende a promover o bem comum” (como citado em Barker, 1968). A conotação americana tem sobretudo a ver com a sociedade civil, democrática e pluralista relatada por Tocqueville (como citado em Lohmann, 1992: 10), ao estudar os E.U.A. do século XIX - onde existia uma grande variedade de associações e comunidades livres que não eram submetidas à autoridade, controlo ou interferência externas. Finalmente, a conotação inglesa é visível no nome da *House of Commons* (a câmara baixa do parlamento inglês), na *Common Law* (Lei Comum), baseada em precedentes e práticas correntes (Lohmann, 1992: 10) e nos *village commons* (baldios), que eram pastagens sem proprietário, usufruídas por todos os pastores de uma vila, e que serviam também funções de recreação, espaço verde, fórum público e ponto de encontro de milícias voluntárias (p. 10).

Os baldios ingleses foram um exemplo utilizado por Polanyi (2012 [1944]) para falar sobre as *enclosures* (cercamentos) da época dos Tudor (século XV), enquanto uma prática de mercantilização da terra (p. 140). Enfaticamente, ele refere que, com esses cercamentos “os ricos transformaram de alto a baixo a ordem social, rompendo com as antigas leis e costumes, recorrendo por vezes a meios violentos, e ao uso frequente das pressões e da intimidação” (p. 140).

Os cercamentos dos comuns, no entanto, não foram um processo exclusivamente inglês<sup>13</sup>, mas sim um processo transversal a todos os pontos do globo onde o capitalismo se implantou. Na história deste sistema económico, os cercamentos são colocados, por Marx, como um processo de *acumulação primitiva* — “uma expropriação [que] está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e de fogo” (2011 [1867]: 782) — e que, como esclarecem vários autores, é necessária não apenas num estágio inicial da produção de capital, mas enquanto um processo contínuo, sistemático e hoje

---

<sup>13</sup> Existe, aliás, uma história muito rica dos baldios em Portugal, tal como dos seus processos de cercamento e respetivas resistências, num processo semelhante ao inglês (ver, por exemplo, Brouwer, 1995; Hespánha, 2018), e retratados também no romance “Quando os Lobos Uivam”, de Aquilino Ribeiro (2011 [1958]).

globalizado de *reprodução* do capital (Luxemburgo, 1988; Midnight Notes Collective, 1990; Harvey, 2011).

### 2.2.2. O Comum como condição dos comuns

Apesar de a noção de recursos comuns - por influência das *res communes* do direito romano - muitas vezes ser interpretada com um viés naturalista - que limita os recursos comuns apenas àqueles que supostamente são inesgotáveis ou não cercáveis (Dardot e Laval, 2017) —, a verdade é que “comum” nunca é uma característica de um recurso *per se*, mas das regras sociais que regulam o acesso a esse recurso (quer essas regras se legitimem através de características naturais ou não). No entanto, essa diferenciação entre os recursos e as regras sociais que lhes regulam o acesso nem sempre foi feita, e a literatura nem sempre distinguiu conceptualmente o “Comum” (enquanto princípio político) dos “comuns” (enquanto recursos). Vejamos.

A partir de 1968, com a publicação do artigo “A tragédia dos comuns”, de Hardin (1968), muitos académicos concentraram-se no estudo sistemático dos recursos comuns, sobretudo empenhados em mostrar que esta “tragédia” não era inevitável. Por tragédia entenda-se a desgraça que atinge os beneficiários de um recurso comum quando este é sobreexplorado por uma minoria que, apesar de ter ganhos a curto-prazo, é igualmente vítima da não sustentabilidade a longo-prazo dessa filosofia extrativista (Hardin, 1968). Ostrom (1990) foi uma das primeiras a contribuir solidamente para refutar a universalidade deste destino, mostrando como existem vários arranjos institucionais que o podem evitar sem a necessidade de um controlo por parte de uma autoridade central, pública ou privada. Desta forma, deu início a uma corrente de investigação sobre a relação entre arranjos institucionais e a sustentabilidade de recursos naturais que, daí em diante, dominou o estudo dos recursos comuns (ou *commons* — comuns).

Mais tarde, surgiram estudos que aplicavam o conceito de comuns a áreas novas e diversas, nomeadamente recursos imateriais, que Hess (2008) classificou como *new commons* (novos comuns) (p. 2-3). A atenção que lhes foi votada teve a ver, sobretudo, com um fenómeno denominado de “segundo movimento dos cercamentos” (Boyle, 2003; Evans, 2005), numa alusão aos cercamentos tradicionais, mas, desta vez, aplicando o termo às novas privatizações engendradas contra os comuns imateriais. Nos novos comuns, Hess incluiu também o associativismo sem fins lucrativos (2008: 3), fruto de uma conceptualização inaugurada por Lohmann (1992) que, não sendo propriamente nova, — pois corresponde àquilo que o próprio refere como as conotações americana e, de certo modo, grega, dos comuns (p. 9-10) —, foi responsável por trazer de novo à tona essa ideia, depois de Ostrom (1990) se ter focado exclusivamente nos comuns apenas enquanto recursos. Como referem Dardot e Laval (2017), “mesmo reconhecendo o importante papel histórico dos trabalhos de Ostrom, também

apontamos seus limites, que devem ser superados”, e apontam que isso deve ser feito através de “uma teoria não dos comuns, mas do Comum” (p. 64).

De facto, como dizem, um recurso apenas se torna comum pela atividade prática dos humanos (Dardo e Laval, 2017: 52). Assim, como sugere a própria etimologia grega da palavra, o Comum — mais do que um recurso — é um *agir comum* (p. 271). Desta forma, baseia-se no uso efetivo e não na apropriação por parte de uma entidade fixa, pública (estatal) ou privada. Assim sendo, desnaturaliza a própria noção de propriedade e coloca-a em evidência, também ela, enquanto uma ação social: para algo ser propriedade, é necessário que seja apropriado. O comum, no entanto, é o *não apropriado* (p. 265). Ainda assim, é efetivamente controlado por quem o usa, ou seja, existe o controlo dos meios de produção sem existir a propriedade dos meios de produção. Desta forma, o comum não é um bem a ser possuído, mas o princípio político a partir do qual se constroem os recursos comuns (p. 52), criando assim um direito político que nunca se pode converter num direito de propriedade (p. 271).

### 2.2.3. O Comum entre a resistência e a cooptação

O Comum enquanto política, no entanto, vai muito além da sua necessidade de organização coletiva *per se*, e tem-se revelado também por traduzir um certo movimento de resistência. Retomando Polanyi (2012 [1944]), a história social do século XIX foi o resultado de um *duplo movimento*: ao mesmo tempo que as “verdadeiras mercadorias” se tornavam cada vez mais importantes, as mercadorias fictícias eram sujeitas a cada vez mais restrições, que se baseavam num *contramovimento* que

irrompeu a partir de um nível profundo (...) de resistência aos efeitos funestos de uma economia controlada pelo mercado. A sociedade protegia-se contra os perigos inerentes a um sistema de mercado autorregulado — e tal foi uma tendência geral da história da época. (p. 193)

De facto, num aparente paradoxo, enquanto que a economia do *laissez-faire* foi instituída pela ação deliberada do Estado — que teve de reforçar os seus mecanismos de vigilância e controlo —, as restrições que posteriormente lhes foram impostas começaram espontânea e pragmaticamente, como constatou Dicey — um liberal que se dedicou a investigar a origem da corrente “coletivista” responsável pelo *contramovimento* e descobriu, para sua própria surpresa, que não existiu qualquer intenção deliberada de limitar a liberdade individual (como referido em Polanyi, 2012 [1944]: 276).

Mais recentemente, Dyer-Witheford (2001) argumentava que os comuns estavam a emergir como “um conceito crucial para ativistas e pensadores envolvidos numa miríade de mobilizações por todo o planeta” (p. 965). De facto, foi a partir dessas várias experiências práticas, inscritas nos comuns, que Hardt e Negri (2009) pela primeira vez falaram do Comum no singular, não apenas enquanto recurso, mas enquanto conceção política que reunia todas essas experiências. Hoje, existe uma literatura

abundante que relaciona comuns com movimentos sociais — sendo alguns exemplos recentes os trabalhos de Asara (2020), Yoon (2018) ou Villamayor-Tomas e García-López (2018) — e, de um ponto de vista histórico, Dardot e Laval (2017) consideram que o comum se tornou “o termo central da alternativa ao neoliberalismo” e “um princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso” (p. 17).

No entanto, e precisamente pela centralidade que ganhou, o comum tornou-se também muito suscetível à *cooptação* - ou seja, a ver a sua linguagem ou estilo subvertidos pelos seus oponentes, a seu favor, sem que estes mudem substantivamente as suas práticas (Selznick, 1949). Como referem Federici e Caffentzis (2014), nos momentos em que a própria lógica do mercado se torna contraproducente para a acumulação, as instituições do capitalismo podem cooptar os seus anteriores oponentes, de forma a assegurar a cooperação necessária para a produção voltar a ser eficiente — às vezes até levando a cabo um *rebranding* da sua imagem para passarem a ser vistas como os paladinos dos valores que, na realidade, atacam (p. 97). Desta forma os “esforços comunais de construir solidariedade e formas de existência cooperativas, fora do controlo do mercado, podem ser usadas para embaratecer o custo da reprodução” (p. 98).

## **2.3. Aproximações empíricas ao trabalho no Comum**

O presente estudo é relativamente pioneiro no seu objeto, pelo menos conceptualmente. Assim, não se poderá basear numa corrente já estabelecida, mas sim em aproximações. Existem campos de estudo com *objetos* semelhantes, e investigações com *objetivos* parecidos. São alguns deles que agora se pretende dar a conhecer.

### **2.3.1. Economia social e solidária**

Existe, em primeiro lugar, o extenso campo da *economia social e solidária*, que tem uma definição difícil — desde logo porque privilegia a indutividade do conhecimento (Amaro, 2009: 15). Amaro (2009) define-a como o conjunto de “atividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (...), ou seja, em que a lógica da cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (p. 15). Segundo Wright (2010), é também um exemplo de uma *utopia real*, pois “a sua principal marca é a produção organizada por coletividades, diretamente para a satisfação de necessidades humanas, sem estar sujeita à disciplina da maximização do lucro ou da racionalidade estatal-tecnocrática” (p. 140-141). Este tipo de economia aparece ainda associado, por um lado, a uma vontade de superação do trabalho alienado e da sociabilidade restrita do utilitarismo e, por outro lado,

a momentos históricos de desamparo e insegurança, aquando do enfraquecimento de certas formas de vida (Laville e Gaiger, 2009: 167). Assim, tal como ressurgiu no final do século XX, a economia social e solidária, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberalização dos movimentos do capital (Singer, 2018).

### **2.3.2. Agricultura urbana**

A agricultura urbana teve um ressurgimento nos países centrais do capitalismo, devido à procura de ligação com a natureza e de criação de um sentido de comunidade (Firth e Pearson, 2010). Paizinho e Ferreira (2017) apresentam-na como uma prática de economia solidária, pois é baseada na reciprocidade, participação democrática e em relações de solidariedade. Noutro estudo, Gonçalves (2014) constatou que as razões para quem trabalha na agricultura urbana o fazer têm, sobretudo, a ver com a realização pessoal (p. 68). Num estudo semelhante, Santos (2012) constatou que as razões mais importantes para participar nestes projetos eram aprender a cultivar e o gosto pela prática (p. 35), e notou também que os mais jovens preferiam um modelo comunitário e que os mais velhos preferiam ter um lote próprio (p. 77). De resto, na comparação que fez entre dois projetos, observou que aquele que exigia mais comprometimento era o que tinha uma estrutura mais horizontal e democrática (pois existiam assembleias e baixa rotatividade de participantes), ao passo que no projeto mais aberto a contribuições esporádicas o poder, naturalmente, concentrava-se nas pessoas mais regulares — especialmente na coordenadora —, existindo portanto menos compromisso e grau de responsabilização por parte dos participantes (p. 77-79).

### **2.3.3. Wikipédia**

Wright (2010) menciona este projeto como um “exemplo impressionante de produção quase pura de economia social” (p. 142), explicando que os princípios fundamentais da Wikipédia são, não apenas não-capitalistas, mas completamente anticapitalistas: relações não-mercantis, participação total, aberta e igualitária, interações entre contribuidores diretas e deliberativas, e governança democrática com adjudicação de conflitos (p. 194-197).

Num estudo sobre as motivações dos contribuidores desta plataforma, Xu e Li (2015) concluíram — diferenciando entre *contribuição de conteúdo* e *participação na comunidade* — que a primeira era motivada por reciprocidade, desenvolvimento pessoal e diversão, enquanto que a segunda era motivada por altruísmo e por um sentimento de pertença (p. 21).

Noutra investigação, Yang e Lai (2010: 1378) mobilizam o conceito de *internal self-concept motivation* (motivação do auto-conceito interno). Este conceito refere-se à motivação que leva os indivíduos a procurar uma atividade que se adequa aos seus padrões internos (Leonard et al., 1999). Tendo em conta que, de acordo com o conceito de “*self-efficacy*” (“auto-eficácia”), os indivíduos se sentem confiantes nas suas competências quando recebem feedback positivo sobre esse tipo de atividade (Bandura, 1986), Yang e Lai (2010) concluíram, no seu estudo empírico, que a motivação do auto-conceito interno era a que tinha mais influência na partilha de conhecimento individual, quando comparado com outras motivações convencionais (p. 1379).

Finalmente, o estudo de Stewart e Ju (2019) mostra que a contribuição de conteúdo por parte de editores negros é motivada por “*presença social*” (procura de respeito e prestígio), “*altruísmo negro*” (desejo de beneficiar a comunidade negra), *interesse próprio* (autoestima e o desejo de se sentir necessário) e *perceção da qualidade de informação*, sendo que o fator altruísmo negro mediado pela perceção da qualidade de informação é particularmente relevante, como enfatizam os autores.

#### **2.3.4. Software livre e de código aberto**

Um outro tema muito estudado são os “*FLOSS*” (*Free/Libre and open source software* — software livre e de código aberto). Este é um produto que nasce da colaboração igualitária entre pares, possibilitada pela coordenação através da Internet, onde as decisões emergem da associação voluntária e cooperação. É uma atividade que cria valor sem criar proprietários, e sem recurso a compensações monetárias como principal motivação, sendo que todos estes factos contradizem alguns princípios basilares do modo de produção capitalista (Bauwens 2005; Orsi 2009; Kostakis 2013). Há também quem argumente que o movimento *hacker* (do qual os *FLOSS* podem ser considerados uma fatia importante) é parte de uma vaga de fundo muito mais ampla que se revolta contra o tédio do trabalho mercantilizado (Söderberg, 2007: 45). Segundo Söderberg (2007), isto acontece porque, em parte, os programadores – antes os agentes ativos da desprofissionalização de outras ocupações (porque criavam programas que as tornavam redundantes) - vêem-se, hoje, também eles atirados para os estratos mais baixos do mercado de trabalho, com o controlo do código a passar dos programadores para os gestores e a atividade a tornar-se rotinizada e não criativa (p. 45).

Em termos mais empíricos, o trabalho de Lakhani e Wolf (2005) mostrou que as principais motivações dos contribuidores são o estímulo intelectual, a crença na ideologia do código aberto, a possibilidade de expressão criativa, o sentimento de obrigação em retribuir à comunidade (reciprocidade) e o trabalho em equipa. Para além disso, também existe um forte nível de identificação com a comunidade hacker (p. 12), sendo que esse termo, ao contrário de ser pejorativo – como é entendido por leigos – é uma “medalha de honra” no interior da comunidade (p. 6).



Ao nível da troca económica, os hackers gostam que os frutos do seu trabalho sejam usados por todos, mesmo sem receber nenhuma compensação material (Söderberg, 2007: 154). Efetivamente, o facto de serem bens não rivais (o seu uso por uma pessoa não condiciona o uso por parte de outra), em conjunto com o facto de ser vantajoso ao nível do desenvolvimento ter bastante gente a usar os programas - para testar e melhorar -, podem potenciar a prática da dádiva nesse meio.

Finalmente, resta referir que 40% da amostra de Lakhani e Wolf (2005) eram indivíduos pagos por empresas para contribuir, o que as torna uma fonte de rendimento importante para a comunidade (p. 16-17) e pode ser um exemplo da cooptação que referi na secção 2.2.3.

### **2.3.5. Bombeiros voluntários**

Thompson e Bono (1993) estudaram o trabalho voluntário de bombeiros e, tal como no presente estudo, mobilizaram o conceito marxiano de alienação, aproximando-se, nesse e noutros aspetos, da análise que aqui será feita. Consideraram, então, que a atividade é um possível meio “para lutar contra duas formas de impotência na sociedade capitalista: a incapacidade dos indivíduos de alterar significativamente o estado do mundo à sua volta, e a incapacidade de controlar a sua própria atividade produtiva” (p. 328). Baseando-se em trabalhos anteriores, levam em conta que “as relações de produção em departamentos de bombeiros voluntários assemelham-se mais às que se encontram em cooperativas de trabalhadores do que aquelas que se encontram na empresa capitalista” (p. 329). Descobrem — quantitativamente, numa amostra de 354 indivíduos — que as quatro principais razões para o voluntariado de bombeiros, numa escala de um a cinco, são “ajudar a própria comunidade” (média de 4,6), “fazer uma contribuição com impacte” (média de 4,42), fazer amizades com outros bombeiros (média de 3,95) e “estar no controlo” (média de 3,49) (p. 328). Desta forma, os autores conseguem suportar empiricamente a sua hipótese de que os “indivíduos se motivam para ser bombeiros voluntários como um meio para lutar contra a ubiquidade da alienação das relações sociais” (p. 340).



## O trabalho no Comum contextualizado: condicionantes estruturais, organizacionais e individuais da ação

Antes de passar diretamente para a análise, recordemos as definições de comum e de trabalho concreto. Comum, como já foi referido, é o princípio que abarca e liga os recursos comuns<sup>14</sup> às comunidades que os produzem, reproduzem, suportam ou distribuem. Já o trabalho concreto é um trabalho cujos meios de produção não são privados e no qual não ocorre alienação, nem do produto do trabalho nem da direção da atividade produtiva. Como também já se referiu, estes são conceitos sobreponíveis, pois um recurso comum pode corresponder tanto a um meio de produção não privado como a um produto do trabalho não-alienado.

Assim, na tabela 2, apresento os entrevistados, os seus projetos comunitários e quais os tipos de relação (produção, reprodução, suporte ou distribuição) que têm com os recursos comuns aos quais estão associados - o que nos indica, simultaneamente, o produto do trabalho dos entrevistados. Apresento, ainda, os principais meios de produção, ou seja, quais são as ferramentas ou matérias-primas essenciais ou dificilmente substituíveis no contexto das atividades desenvolvidas. A questão da direção da atividade produtiva será abordada na secção 3.2.

Tabela 3.1 - Caracterização das/os entrevistadas/os e dos seus projetos<sup>15</sup>

<b>Entrevistada/o (habilitações)</b>	<b>Projeto em foco (tipo) - objetivo</b>	<b>Produto de trabalho comum (tipo de relação) – principal meio de produção</b>
<b>Eline (licenciada)</b>	WikiEditorasLx (informal) - incentivar grupos pouco ou mal representados na Wikipédia a editá-la	Conhecimento (distribuição) – plataforma livre MediaWiki
<b>Delfim (licenciado)</b>	Wikipédia (sob a alçada da fundação Wikimedia)	Conhecimento (distribuição) – plataforma livre MediaWiki
<b>Marcos (licenciado)</b>	ANSOL (associação) – estudo, divulgação e promoção do Software Livre	Software livre (suporte) - código aberto
<b>Sílvio (mestre)</b>	Ubuntu-PT (informal) – dinamizar comunidade do Ubuntu em Portugal e contribuir para ele	Software livre (suporte e reprodução) - código aberto

<sup>14</sup> Recursos que, em princípio, são acessíveis por toda a gente e existem fora do controlo direto da lógica estatal — e dos direitos de propriedade que esta suporta —, bem como da lógica mercantil — e da necessidade lucrativa que esta pressupõe.

<sup>15</sup> Uma descrição mais aprofundada pode ser consultada no anexo B. São utilizados pseudónimos para as/os entrevistadas/os e alguns projetos

<b>Sancho (licenciado)</b>	PrivaCity (associação) - consciencializar a população sobre a importância do direito à privacidade e dos ataques que cada vez mais o fragilizam	Conhecimento (distribuição) – conhecimento e espaços emprestados para workshops
<b>Lívia (mestre)</b>	White Market Podcast (informal) - podcast focado na divulgação de música e cultura livre, sob a licença Creative Commons, e ativismo por liberdades e direitos digitais	Cultura livre (distribuição e suporte) - Internet
<b>Diogo (licenciado)</b>	Rotten Fresh (informal) – editora independente e DiY de música eletrónica sem direitos de autor	Música livre (distribuição) – Internet e espaços emprestados para concertos
<b>Marino (mestre)</b>	PENHA SCO (cooperativa) - produção e difusão artística comunitária	Arte comunitária (produção e distribuição) – espaço da cooperativa
<b>Teófilo (licenciado)</b>	Horta Verde (sob alçada de associação) - promoção do pensamento crítico, da cidadania participativa e da sustentabilidade	Espaço verde e de lazer (produção e reprodução) – espaço ocupado
<b>Carminda (mestre)</b>	Sementeca do GAIA (sob alçada de associação) – biblioteca de sementes livres	Sementes livres (suporte) – sementes livres e espaço da associação GAIA
<b>Gennaro (mestre)</b>	Cicloficina dos Anjos (associação) – oficina comunitária de bicicletas	Conhecimento (distribuição) – espaço da associação
<b>Noémia (licenciada)</b>	Seara (informal) – centro social autogerido direcionado a pessoas em situação de sem-abrigo	Espaço solidário (produção, reprodução e suporte) – espaço (edifício) ocupado
<b>Fabiano (curso profissional)</b>	Estamos Juntos (informal) – movimento de entreajuda e autogestão	Produtos de primeira necessidade (distribuição) – espaços ao ar livre ou emprestados, para eventos de angariação de fundos ou produtos

Fica evidente, ao analisar esta tabela, que os projetos variam entre dois principais tipos – grupos informais e associações -, existindo também uma cooperativa. Alcançou-se ainda uma grande variedade de tipos de relação com os recursos comuns que são o produto do trabalho. Estes, tal como os meios de produção, tanto são materiais como imateriais. No que toca aos meios imateriais digitais, deve assinalar-se, o Marcos (da ANSOL) faz questão de dizer que

a nossa atividade maioritariamente acontece online, e no online nós tentamos efetivamente ter infraestrutura própria, para ter controlo sobre aquilo que a gente faz (...); faz parte da nossa filosofia em termos de controlo sobre os meios de comunicação que usamos

e o Sílvio, da mesma forma, explica que “quando tu usas um software que não sabes o que é que ele faz por baixo do pano, a mim preocupa-me”, apontando assim para o maior controlo que pode ter

sobre software livre do que sobre software proprietário. Assim, tanto estes como os restantes meios de produção imateriais podem classificar-se como recursos comuns e não privados, da mesma forma que a maioria dos meios materiais (sementes livres, espaços ocupados ou dos próprios coletivos), exceto os espaços que são emprestados, que podem ser regidos pela lógica estatal ou mercantil.

### **3.1. Dos que ficam de fora aos que gostavam de participar mais**

É de notar, antes de mais, a homogeneidade social dos entrevistados, apesar da heterogeneidade dos projetos. Dos treze entrevistados, doze têm ensino superior e apenas quatro são mulheres – apesar do esforço consciente que encetei para conseguir uma amostra com paridade de género. Isto indicia, no conjunto dos projetos, uma incapacidade de deixar de reproduzir desigualdades que são estruturais, apesar de alguns dos projetos — como se pode constatar nos excertos das entrevistas presentes no anexo C1 — tentarem alcançar aquilo que Wright (2010) denominaria de *justiça política*, ou seja, todas as pessoas terem um acesso largamente igual aos meios necessários para participar relevantemente nas decisões sobre coisas que afetam as suas vidas, individual e coletivamente (p. 12).

Propõe-se, como explicação para esta incapacidade de deixar de reproduzir desigualdades, que as competências, informações, condições sociais e materiais de existência são responsáveis tanto por munir os indivíduos de “capacidades diferenciadas de intervenção (...) sobre a sua própria situação social, presente e futura” (Costa, 1999: 287), como por alargar ou restringir o *campo de possibilidades* dos indivíduos, ou seja, a sua capacidade de projetar para lá do presente ou, sequer, ter a perceção de ser capaz de participar ativamente na formação e transformação da sociedade (Velho, 1981).

Como relataram os entrevistados, a adesão a um projeto depende, em parte, das circunstâncias da vida e do próprio quotidiano, que leva a que uma pessoa preste mais atenção a um projeto ou comunidade por viver perto, conhecer integrantes, gostar deles ou já ter tido contacto antes por variadas razões<sup>16</sup>. Após a adesão, a dedicação depende sobretudo das atividades em curso no projeto e do equilíbrio que os participantes tentam fazer com o resto da vida<sup>17</sup>, o que pode incluir estratégias heterodoxas como a da Lívia (do White Market Podcast), que afirma que “eu tornei o podcast na minha tese de mestrado em parte porque era uma maneira de eu conseguir dar prioridade àquilo na minha vida”. Assim, os projetos surgem, em alguns casos, como algo ao qual os participantes gostariam de se dedicar mais — quer se tivessem mais tempo livre, quer se o próprio projeto se tornasse um emprego<sup>18</sup>, como se pode ver no anexo C4.

---

<sup>16</sup> Ver anexo C2.

<sup>17</sup> Ver anexo C3.

<sup>18</sup> Algo que será mais explorado na secção 3.4.1.

Dentro dessas contingências, quando questionados sobre se faziam algum sacrifício pelo projeto, os entrevistados respondiam na maioria das vezes uma variação da frase “sim, mas não vejo dessa maneira”, ou seja, reconheciam que existia algum esforço, mas totalmente intencional, controlado e compensador<sup>19</sup>. Dois entrevistados, no entanto, foram a exceção a isso, afirmando o Sancho (do PrivaCity) que “só o tempo que isto exige, e o trabalho de tentar fazer com que mais pessoas participem e tudo o mais desgasta bastante, e depois não sobra tempo para outros projetos que eu gostava de estar a fazer”, e o Marcos (da ANSOL) que “está na altura de altura de tentar arranjar alguém que pegue na tocha antes que eu a deixe cair”. No entanto, neste último caso, o Marcos duvida ainda assim que, depois de ser substituído, vá contribuir menos; simplesmente vai “começar a contribuir de maneira diferente, e também vou começar a ter mais liberdade para pegar nas coisas que me dão gozo”.

Nessa linha, importa salientar que a participação nas reuniões é uma forma de os participantes conseguirem ter influência nas decisões dos projetos em que participam, como se pode ver nos excertos das reflexões dos entrevistados sobre a estrutura organizativa, no anexo C6. No entanto, voltando à questão da *justiça política*, deve salientar-se que os meios para participar regular e eficazmente (nomeadamente ter tempo), podem não ser igualmente acessíveis a toda a gente e, de facto, como já foi esclarecido, os próprios participantes dos projetos não conseguem participar tanto como gostariam.

### **3.2. Reflexões sobre os modos de organização**

Como já foi referido, a participação nas reuniões é um meio de os participantes terem poder dentro dos coletivos. É de notar, no entanto, que alguns órgãos concentram mais poder: as associações têm uma direção, o Ubuntu-PT tem um “Conselho Comunitário”<sup>20</sup>, e a Wikipédia tem “os chamados administradores e outros tipos de editores, que se propõem a desenvolver um trabalho de acompanhamento de tudo o que vai sendo publicado” (Delfim, da Wikipédia-PT). Estas estruturas de poder, no entanto, devem ser matizadas. No caso das associações, as direções cumprem um papel sobretudo formal, e, no caso da ANSOL, na qual a divisão entre órgãos é mais acentuada na prática, a função da direção é apenas de “coordenar todas as atividades desenvolvidas” (ANSOL, 2015), e não de as decidir. No caso do Ubuntu-PT, o Conselho Comunitário nunca foi referido nas conversas das Horas

---

<sup>19</sup> Ver anexo C5.

<sup>20</sup> Formado por cinco membros “responsáveis por orientar a participação dos outros membros da comunidade, tomar decisões sobre as ações e projetos desenvolvidos e arbitrar nos assuntos relacionados à imagem da comunidade e no comportamento de seus membros”, e ainda responsáveis “por representar oficialmente o Ubuntu em Portugal” (Ubuntu, s.d.).

Ubuntu em que estive presente, nem nas entrevistas que fiz aos seus membros que, quando perguntados sobre a estrutura do grupo, referiram apenas que “naturalmente tens sempre que ter alguém que tome mais a dianteira aqui ou ali, ou que tente de alguma maneira coordenar” (Sílvio, do Ubuntu-PT) e que “as contribuições são todas muito orgânicas e há muito trabalho (...) que é feito de forma completamente orgânica e despreocupada com estruturas” (Lívia, que também participa no Ubuntu-PT). No caso da Wikipédia, segundo o Delfim,

não existe [hierarquia] (...), qualquer pessoa pode editar um artigo desde que respeite as regras da notoriedade, das fontes (...). Se não se respeitam as regras há quem tenha possibilidade até de barrar a edição de uma pessoa (...). Os administradores, por exemplo (...), podem até barrar o IP quando a partir de certo momento se nota que há vandalismo, mas as coisas nesse aspeto é quando são mais do que evidentes (...). Em geral, aqui, as decisões procuram ser tomadas por consenso (...). Havendo votações, se bem que não haja total unanimidade, procura-se seguir a regra de uma maioria nítida. Obviamente, se o administrador usar esse poder de forma indevida, depois ele deixa de ser administrador. (Delfim)

Pode-se, então, afirmar que estes órgãos de coordenação têm como função, sobretudo, sustentar a continuidade do grupo. Desta forma, nem nestes grupos agora referidos nem nos restantes se pode dizer que existam propriamente *hierarquias*<sup>21</sup>, no sentido de um sistema de decisão central e quotidiano — muito bem definido e fechado, em que existem superiores e subordinados, como acontece noutra tipo de organizações. Isto, em conjunto com o facto do produto do trabalho e a maioria dos meios de produção serem recursos comuns e não privados, permite-nos dizer que a direção da atividade produtiva, nos projetos estudados, é tendencialmente não alienada.

No que toca ao grau de organização, a Eline (da WikiEditorasLx) considera que “muita organização (...) pode matar”, pois “dedicar tanto tempo à parte organizacional leva a que se perca o foco naquilo que era o objetivo inicial”. Da mesma forma, o Diogo (da Rotten Fresh) dá a entender que formar uma associação é difícil, pois apesar de afirmar que “talvez quando a Rotten Fresh se [tornar] numa associação [ela consiga] promover eventos de qualidade”, acha que isso “ainda não dá, ainda estamos numa fase embrionária”.

De facto, existem vantagens em formalizar um grupo ao registá-lo como associação:

Se quiseres fazer alguma coisa, vais ter de ter fontes de financiamento, tipo *crowdfundings*. Isso tipicamente pode ser feito [com uma associação], e depois tens outro aspeto, que é a parte do reconhecimento. Por exemplo, se nós quisermos colaborar com outras organizações, tipicamente só é possível fazê-lo sendo uma organização oficial. (Sancho, PrivaCity)

No entanto, o registo de uma associação, para além de dar trabalho, exige a aceitação de uma estrutura organizativa uniformizada, imposta pelo Estado — algo que é visto como um problema pelo Marcos, que afirma que “nós nunca teríamos a hierarquia ou organização que temos se não fosse por motivos burocráticos”. Ora, esta confrontação com uma imposição organizativa leva a diferentes

---

<sup>21</sup> Sobre estes e os restantes projetos, ver o anexo C6.

atitudes por parte dos entrevistados ligados a associações. O Teófilo (da horta e associação Verde), conta-nos que “o presidente teve de ser feito a nível formal e a nível legal, mas na prática não há qualquer distinção”, ao passo que o Marcos considera que, sendo obrigatória, essa estrutura deve ser, mais ou menos, respeitada. Segundo ele, “das várias tentativas” de descartar totalmente a estrutura imposta, ele acha isso “um erro”, destacando que, se isso for feito,

quando forem as tuas eleições (...), não vais ter ninguém a oferecer-se sequer para fazer parte das listas (...), porque as pessoas pensam (...): «já trabalho, já faço as coisas, agora vou dar o meu nome para se fazer parte do conselho fiscal para quê?»

De facto, o Teófilo queixa-se de sentir o seu grupo “um bocado desconectado”, e receia que isso se deva ao facto de “à primeira vista [a horta] parecer assim algo demasiado informal (...), e que as pessoas não sentem que haja uma estrutura”, o que poderia indicar que as considerações do Marcos se aplicam também ao seu caso. No entanto, no reverso da medalha, o Marcos também é o único entrevistado que se queixa de alguns défices democráticos no seu projeto:

A direção da ANSOL tem reuniões semanais, e, portanto, ao contrário de qualquer outro sócio da associação, se tu és membro da direção, é esperado de ti no mínimo dos mínimos que tu uma hora por semana dês à associação, para estar presente naquela reunião (...). Há coisas que têm de ser feitas rapidamente, nem que seja porque é uma reação (...), e naturalmente as pessoas que vão fazer aquilo que é preciso ser feito são as pessoas que já estão a par das coisas. Isto é culpa da direção, [porque] não se sabe coordenar com os sócios da maneira mais eficaz possível, e nunca a ANSOL teve uma direção que não admitisse isto.

Para além desta divergência, o tópico da *horizontalidade* também gerou várias reflexões, positivas e negativas. O Marino (da PENHA SCO) afirma que “a gente tenta fazer de uma forma mais horizontalizada claro, onde parte trabalha com uma coisa, parte trabalha com outra, mas a parte da decisão a gente tenta trocar, até para a gente poder aprender”. Assim, neste caso, a horizontalidade aparece associada à *rotatividade* e à *aprendizagem*. Nos dois projetos que inicialmente classifiquei como tendo a solidariedade como premissa (a Seara e o Estamos Juntos), a horizontalidade é associada à vantagem de permitir que os destinatários do projeto se envolvam ativamente<sup>22</sup>.

Já numa perspetiva negativa, o Sancho (da PrivaCity) refere que a horizontalidade “desgasta bastante (...), mas é a democracia (...); tens sempre que incluir toda a gente, logo as coisas demoram muito tempo a decidir”. De igual modo, o Teófilo afirma que a horizontalidade obriga

a lidar com feitios e com comportamentos de outras pessoas, ou seja, é um sistema que exige muito mais responsabilidade e dedicação (...). Às vezes damos por nós a [pensar]: «qual é que é o limite, qual é que é a linha [que separa] ter que decidir tudo em grupo [de] eu chegar e ver que uma coisa está mal e fazer?».

---

<sup>22</sup> Como se pode verificar nos excertos do anexo C1



Todas estas divergências mostram, em primeiro lugar, uma grande diversidade de formas de lidar com as necessidades organizativas e, em segundo, que é difícil para alguns grupos atingirem um modo de organização ideal, em que se equilibrem objetivos abstratos com necessidades práticas.

### 3.3. Interações com a forma estatal de poder

A imposição de uma estrutura organizativa uniformizada está longe de ser a única relação que os projetos têm com formas de poder diferentes da sua. Como explica Wright (2010), existem três importantes formas de poder:

poder económico, baseado no controlo sobre recursos económicos; poder estatal, baseado no controlo da capacidade de criar e fazer cumprir regras sobre um território; e aquilo que chamo poder social, baseado na capacidade de mobilizar pessoas para ações voluntárias coletivas de vários tipos. (p. 113)

Assim, podemos conceptualizar os projetos estudados como geradores de *poder social*, evitando olhar para as relações com outras entidades como simples relações externas, mas sim como *interações com formas de poder diferentes*.

Nas interações com a forma estatal de poder, existem duas referências positivas. Uma delas parte do Gennaro (da Cicloficina dos Anjos), que disse que “a junta de freguesia de Arroios está a ajudar-nos com a renda do espaço (...), e ganhámos uns financiamentos do IPDJ”. A outra parte do Teófilo, que refere também que “nós temos agora acesso a apoios do IPDJ, o que pode contribuir para a nossa autonomia”. Exceto estas referências a financiamentos públicos, a maioria das questões levantadas em relação ao poder do Estado foram negativas. As imposições burocráticas anteriormente referidas são uma delas. Mas, para além destas, o Marcos refere que “a legislação nacional obriga a que as associações tenham uma sede física” e que

uma grande despesa que a ANSOL tem, fixa, é o facto de, a cada assembleia geral que faz, mandar cartas registadas com aviso de receção aos seus sócios. E eu sinto que se tivéssemos a liberdade legal para isso (...), não tenho dúvidas que os nossos sócios aceitariam que o método de comunicação fosse exclusivamente por correio eletrónico.

Assim, como diz o Sancho, existe muita “burocracia que é perfeitamente inútil para os teus objetivos”.

Noutra dimensão, a relação com instituições locais também tem algumas dificuldades, nomeadamente “museus [que] ainda têm alguma reticência em disponibilizar as fichas que têm [para] os objetos ficarem acessíveis” na Wikipédia, como relata o Delfim, ou governos municipais “cuja predisposição para ajudar a nossa associação sempre foi nula”, como refere o Teófilo, por terem tido “uma posição crítica” para com o executivo no início do projeto — e que, por causa disso, agora não conseguem aceder a licenças e a certos apoios.

O Fabiano é o que tem uma perspectiva mais radical quanto ao Estado, colocando-se explicitamente contra ele: “nunca fizemos nada com câmaras ou com juntas e nunca pedimos nada a nenhuma instituição (...), nem uma licença que fosse”. Por oposição, o Marcos e o Teófilo, ambos ligados a associações formais, têm um discurso muito mais conciliador. O Marcos juntou-se à ANSOL porque, explica, “achei que era preciso dizer alguma coisa, comecei a tentar descobrir o que é que era possível fazer enquanto *cidadão*”, e o Teófilo afirma mesmo que, apesar de todas as dificuldades que relatou, “as associações acabam por ser uma excelente ponte entre as autarquias e a própria população”. Assim, as visões daquilo que deve ser a interação com o poder estatal variam, nos seus extremos, entre a *autonomia* em relação a ele, e a *harmonia*.

### 3.4. Interações com a forma económica de poder

As interações dos projetos estudados com a forma económica de poder materializam-se nas relações com a lógica mercantil do capitalismo. Pelo menos duas dessas interações, no entanto, ocorrem através da mediação direta do Estado. Uma delas é contada pelo Teófilo. Segundo ele, as “hortas [dele e dos vizinhos] estão cada vez mais em perigo de ser extinguidas<sup>23</sup>” pois “as medidas que [a câmara] tem, toda a construção de infraestruturas, não tem sido direcionada para os interesses da população, mas sim para os interesses do turismo e do imobiliário de luxo”. A outra situação em que o Estado serve como mediador direto da lógica mercantil foi o despejo da Seara — o pano de fundo da entrevista que fiz com a Noémia. Esse acontecimento foi muito mediatizado, no qual a polícia — chamada pelos ativistas pela ilegalidade da intimidação armada efetuada por seguranças privados — acabou a ajudar estes últimos, e de forma musculada (TSF, 2020; Silva, 2020; Lusa, 2020). Numa e noutra situação podemos ver exemplos contemporâneos de *cercamentos* à terra, tal como relatados por Polanyi (2012 [1944]), mas neste caso na sua forma urbana e moderna, chamada *gentrificação*. Como constatou Polanyi (2012 [1944]), nos anteriores cercamentos aos baldios ingleses, o Estado também desempenhou um papel fundamental:

Os administradores tinham de se manter a todo o momento vigilantes para assegurar o livre funcionamento do sistema. Assim, até mesmo aqueles que desejavam mais ardentemente libertar o Estado de todas as obrigações desnecessárias e cuja filosofia reclamava em todos os aspetos a limitação das atividades do Estado, não puderam fazer outra coisa que não fosse atribuir a esse mesmo Estado os novos poderes, órgãos e instrumentos requeridos pela instauração do *laissez-faire*. (p. 276).

Desta forma, e retomando Machado (2017), a “«satisfação de necessidades» é um efeito secundário da síntese social capitalista. A necessidade primordial da sociedade burguesa é a valorização do valor.

---

<sup>23</sup> Mais tarde, durante a escrita desta dissertação, a horta Verde foi mesmo destruída pela câmara municipal, tal como outras hortas vizinhas, sem aviso prévio.

As necessidades individuais e sociais apenas são satisfeitas na medida em que possibilitarem a reprodução alargada do capital” (p. 476) através daquilo que vários autores apontam ser um contínuo processo de acumulação primitiva (Luxemburgo, 1988; Midnight Notes Collective, 1990; Harvey, 2011).

Fora da mediação direta do Estado, existem outras interações com a lógica mercantil. Nos vários projetos, identifiquei dois grandes tipos de atitude na relação com ela: *disputa* e *conciliação*. Na perspetiva de *disputa*, a Carminda (da Sementeca) explica que “a liberdade da semente depende de nós continuarmos a fazer estas coisas (...) [como antes] de estas empresas tentarem controlar este mercado. Foi essa liberdade que fez a biodiversidade (...), eu acho que as duas coisas estão ligadas”. Da mesma perspetiva, o Gennaro refere que

*a sharing economy* já está a funcionar menos (...); uma trotinete por cada pessoa que precisa de uma trotinete, isso não é *sharing economy*. As cenas assim, [como a Cicloficina], vão continuar a aparecer, porque também (...) vai haver sempre uma necessidade de sermos mais ecológicos,

e o Marino (da PENHA SCO) afirma ainda — explicando que “existe um mecanismo através da cultura e da arte nesse processo de gentrificação” — que “a gente tem o sonho de descobrir como, usando a mesma ferramenta, inverter. Em vez de fortalecer o valor do imóvel no bairro, fortalecer a comunidade”.

Na perspetiva de *conciliação* com a lógica mercantil, surge de novo a PENHA SCO, que, como diz o Marino, “faz alguns eventos que cobra a entrada e que ajudam no pagamento das custas, às vezes paga-se *cashet* para os artistas. Basicamente, a gente criou uma plataforma que gera rendimento automático para os seus custos”. Da mesma forma, a horta Verde, como relata o Teófilo, fazia “eventos (...) de entrada livre (...). Vendíamos bebida, comida e etc., e acabava por ser até uma fonte de receita bastante significativa para financiar as atividades da horta”. Por último, ainda nesta lógica de conciliação, cabe referir que o recurso comum em torno do qual gira a comunidade Ubuntu-PT, que é o sistema operativo Ubuntu, tem dependido, em parte, de uma empresa. De facto, existem várias empresas que, desde a sua génese, criaram um modelo de negócio que faz render o código-aberto, respeitando-o enquanto um recurso comum, ao vender serviços relacionados com o sistema operativo que patrocinam (Söderberg, 2007). No caso do Ubuntu, essa empresa é a Canonical, sem a qual, segundo a Livia, “não existiria a comunidade Ubuntu-PT (...), e [ele] nunca tinha chegado a ser o que é hoje”. Da mesma forma, o Sílvio acha que a comunidade “vive sem a Canonical e a Canonical vive sem a comunidade, em último caso (...). As pessoas da comunidade tipicamente movem-se por paixão, a Canonical quer fazer dinheiro (...), [mas a relação é simbiótica], é mais isso que outra coisa”. A Livia, por seu lado, admite que tem

uma visão um bocado ambivalente (...). Alguns traços das comunidades *open-source* e a questão das empresas do *open-source*, eu acho que é um eterno dilema. Para mim, não sei se fazem parte da comunidade, mas fazem parte do ecossistema e a comunidade tem de viver com isso (...). Podemos discutir se o facto da Google, do Facebook, da Microsoft, desenvolverem muito projetos *open-source* é bom, porque a verdade é que muito do trabalho que eles fazem aniquila e asfixia pequenas e médias empresas, ativistas também, etc. Por outro lado, se eles não o fizessem, provavelmente o *open-source* não teria a força que tem hoje. Eu acho que não há uma visão única que sirva para todos.

De facto, o advento do capitalismo informacional (Castells, 2000) deu às redes tecnologicamente mediadas uma importância central na economia contemporânea, mas a verdade é que as redes são mais produtivas quando não existem direitos de propriedade a barrar a partilha de informação (Söderberg, 2007: 137) - como tem comprovado a cada vez maior relevância do código-aberto ou do enciclopedismo em rede (Arrigone, 2019). Para além disso, como já tinha sido referido na secção 2.2.3, é normal as empresas cooptarem os seus adversários para embaratecer o custo da reprodução, quando a própria lógica de mercado se torna contraproducente para a acumulação (Caffentzis e Federici, 2014: 97). Assim, a importância de não existirem direitos de propriedade a barrar a partilha de informação, de forma a tornar as redes mais produtivas, conjugada com o facto de as empresas cooptarem adversários se isso se revelar necessário, pode explicar o facto de empresas que operam sobretudo no digital serem as únicas a aparecer no discurso dos entrevistados de uma perspetiva conciliatória.

### **3.4.1. Relações com o mercado de trabalho**

Como já foi explicado, esta investigação procura compreender o fenómeno de um tipo de trabalho com condições para ocorrer fora do mercado. É por oposição ao trabalho abstrato, aliás, que foram procuradas ocorrências de trabalho concreto. No entanto, o que se revelou na prática é que não é possível desligar completamente o trabalho no Comum do trabalho que é efetivamente mercantilizado, desde logo porque este último sustenta a maior parte dos participantes dos projetos estudados<sup>24</sup>, algo que, como já foi referido na secção 3.1, provoca, em alguns casos, constrangimentos ao livre desenvolvimento do projeto. Assim, o trabalho no mercado, ou o mercado de trabalho, é também uma interação — mesmo que indireta — entre os projetos e a forma económica de poder.

Vejamos, então, de que outras formas o trabalho no Comum se relaciona com o trabalho mercantilizado. As principais semelhanças que os entrevistados indicam entre o projeto em que participam e o seu emprego são, sobretudo, as habilidades que usam e aprendem num contexto e que podem também ser usados noutro, indicando também que ambas as atividades exigem compromisso, energia e, de facto, dão trabalho<sup>25</sup>. Os projetos ficam, assim, na fronteira entre trabalho e lazer, e é

---

<sup>24</sup> Como se pode verificar no anexo B.

<sup>25</sup> Ver anexo C7

comum serem descritos nas entrevistas como trabalho voluntário<sup>26</sup>. Duas entrevistadas, no entanto, sublinham que

Não gosto de usar o termo voluntário nestes contextos (...) [porque] eu quero formar parte dos projetos do começo, ajudar a defini-los e a sentir-me tão parte como as pessoas que vão vir depois e as que estiveram antes (...). Participar nos processos de configuração desse projeto. (Noémia)

O voluntariado insere-se num projeto onde há alguém a liderar e tu fazes um trabalho específico para alguma coisa (...). A gente [aqui] decide as coisas numa assembleia, temos autonomia total, esse tipo de coisas, não sinto bem que é um voluntariado. (Carminda)

Assim, ambas realçam que, em comparação aos projetos em que participam, o voluntariado típico tende a ser menos horizontal.

A principal diferença que me foi relatada entre os projetos e o emprego dos participantes foi, no geral, que o emprego garante estabilidade e é algo prioritário, enquanto que o projeto é algo que gostam ou acham importante<sup>27</sup>. Como diz o Marcos, o

emprego é aquilo que faz com que eu tenha a qualidade de vida que tenho (...), e o trabalho de associativismo é muito mais importante, pelo impacte muito mais importante na sociedade do que o meu trabalho que me paga um salário.

No mesmo raciocínio, a Noémia refere que “o emprego devia [supostamente] ser uma grande motivação, devia ter perspetivas de carreira (...), mas eu não entendo isso assim”, sendo que para ela “é muito importante a participação social (...), é uma coisa mais principal para quem eu sou do que o trabalho”. Da mesma forma, como já foi referido, vários entrevistados afirmaram que, se o emprego não fosse uma obrigação, deixá-lo-iam para se dedicarem muito mais aos seus projetos<sup>28</sup>.

É ainda de notar uma reflexão mais longa feita pelo Sílvio. Ele afirma, ao falar da organização voluntária de um grande evento do Ubuntu, que prefere “trabalhar à borla do que trabalhar muito barato. Porque trabalhares à borla chamas-lhe voluntariado, trabalhares muito barato estás a desvalorizar o teu trabalho”. É por essa razão, também, que ele é da opinião que é preferível usar o dinheiro que sobra dos patrocínios do evento para pagar um grande almoço aos voluntários do que todos eles ficarem com uma quantia relativamente pequena: “Esse almoço ser patrocinado pela organização é giro, é bom, sabe-te bem, é um carinho, e acho que é um bocado por afetos que a coisa deve funcionar. Uma parte mais humana e menos comercial, menos mercantil”. Além do mais, se existisse remuneração, ele afirma que receava que depois fosse organizar o próximo evento “com a atitude de «preciso de montes de patrocinadores, porque vou ficar montes de rico com isto»; não

---

<sup>26</sup> No anexo C7 também estão excertos sobre essa questão.

<sup>27</sup> De novo, os excertos estão disponíveis no anexo C7.

<sup>28</sup> Ver o anexo C4.

quero, não preciso, não é o objetivo, não é de todo o objetivo”. Para além dele, acha ainda que isso aconteceria com outras pessoas:

temos voluntários que se tu lhes ofereceres vinte euros hoje —porque foi o dinheiro que sobrou, porque estamos todos super descontraindos —, se daqui a um ano organizares um evento e ele em vez de vinte euros não vir nada, ou vir dois euros, tu no terceiro evento não vais ter aquela pessoa, porque ela vai desmotivar

Curiosamente, esta perceção por parte do Sílvio vai ao encontro da literatura sobre o tema, nomeadamente o estudo de Deci et al. (1999) que mostra que as recompensas extrínsecas de facto tendem a diminuir a motivação intrínseca; algo, aliás, que já foi também verificado em contextos de trabalho voluntário (Cappellari e Turati, 2004).

Alguns entrevistados também não se importariam que o próprio projeto fosse, ele mesmo, o seu emprego. É o caso do Sancho, que afirma que, se não fosse estudante, “certamente” se dedicaria mais, “se isso permitisse ter uma fonte de sustento”. É também o caso do próprio Sílvio, mas numa ótica mais ambígua: por um lado, ele afirma que o facto de o projeto “não ser uma obrigação, faz com que a tua atitude seja outra também, consigas se calhar desfrutar bastante mais do que se tu tiveres que [dependar disso]”, mas por outro lado nota que “no dia em que me disserem que eu consigo ser um funcionário da Ubucon (...), eu se calhar vou olhar (...). Se aquilo for compatível com os meus padrões de vida (...), eu não vejo isso como uma coisa má”. Na mesma linha de pensamento, a Lívia, por um lado, refere que gosta “de fazer estas coisas todas em parte porque não são remuneradas (...), [dado que] a remuneração cria expectativas (...), cria um compromisso muito mais rígido (...), [e] muda muito a natureza da relação que tens com o projeto”, mas, por outro lado, também referiu que “despedi-me e neste momento estou a tentar começar um projeto editorial meu (...), e a inspiração base está ligada a todos estes movimentos do conteúdo aberto e do software livre”. Assim, mesmo que preferissem trabalhar no comum de forma completamente livre, o mais importante para estes entrevistados é poderem dedicar-se a ele, quer dependam disso para sobreviver ou não.

De igual modo, o Marcos também refere que o associativismo “seria um trabalho que eu consideraria aceitar como emprego” tal como, segundo ele, “muito mais pessoas (...), e sentir-se-iam contentes em ter um emprego que tem um impacto direto na sociedade”. Na sua opinião

um dos maiores problemas que acontece nestas associações, é que estas associações são cronicamente inviáveis dentro do nosso sistema de sociedade (...). Para uma associação destas funcionar completamente, nós não podíamos ser todos voluntários, a associação precisava de ter funcionários (...). Mesmo as associações que acabam por conseguir [ter funcionários] (...), criam projetos para arranjar fundos (...), mas mesmo aí, aquilo que acaba normalmente por acontecer é «nós estamos a fazer estes dez projetos só porque nos dão financiamento, não era bem aquilo que a gente queria fazer» (...). Mesmo esses não te vão responder «a gente faz tudo aquilo que quer». E, portanto, acho que a sociedade devia dar outro tipo de oportunidades para que as associações pudessem de certa forma conseguir ter pessoas que, sentindo-se entusiasmadas com isso, pudessem efetivamente dar o seu trabalho.

A propósito, o Marino referiu que a PENHA SCO funciona com um esquema de financiamento próximo àquele que o Marcos refere:

O *income* para os cooperadores não é a partir do aluguer dos espaços, é através dos projetos que os cooperadores e os produtores culturais desenvolvem sob a alçada da cooperativa, e é aí que entra o *income* (...), com financiamentos. A gente faz alguns eventos que cobra a entrada e que ajudam no pagamento das custas, às vezes paga-se *cashet* para os artistas (...), a gente criou uma plataforma que gera rendimento automático para os seus custos, e os produtores só vêm a ganhar após esse pagamento dos custos. Então, os produtores para render é só através do desenvolvimento de projetos financiados por vários fundos diferentes. Tudo o que entra para além disso é para pagar os artistas ou para financiar os custos de manutenção da plataforma. (Marino)

Ora, este esquema da PENHA SCO serve para atingir aquilo que, com base na citação abaixo, entendi como três objetivos: (1) sustentar a sua própria continuidade; (2) manter a liberdade de criação; e (3) estabelecer justiça política para com os cooperadores numa situação mais precária.

Particpei de vários projetos que exatamente falhavam porque (...) não têm nenhum vínculo financeiro; acabam que os participantes na hora que precisam de dinheiro, na hora em que a coisa aperta, o sacrifício vem daí (...). Ao mesmo tempo, quando [o projeto] é [o único] ganha-pão (...), tem outras dependências de arcar com os custos, de fazer os custos valerem e tal, que perde muita liberdade ideológica (...). Então, como a gente [na PENHA SCO] não vive só disso (...), esse lugar é muito interessante, onde existe um comprometimento em função de um [vínculo financeiro], mas ao mesmo tempo não é um comprometimento de mercado que nos faz virar capitalista cego (...). A gente tem cooperadores que são *freelancers* [de profissão], [e] a gente tem cooperadores que são empregados [com contrato, na sua profissão]. Os cooperadores que são empregados, por enquanto estão a trabalhar *pro-bono*, então sou eu e mais um cooperador *pro-bono*. Os projetos que entram tentam, de alguma forma, dar algum retorno para os *freelancers*, que têm um outro tipo de orçamento. (Marino)

A Rotten Fresh, tal como a PENHA SCO, também providencia retorno financeiro aos seus membros, nomeadamente ao Diogo, que afirma que “eu já tirei mensalmente mais *income* de concertos que organizei do que de trabalhos que já tive”. Assim, o Diogo é o entrevistado cujo projeto é mais próximo de um trabalho assalariado, dada a importância do rendimento que consegue ter. No entanto, como ele adiciona, “trabalhos com contrato e com todos esses processos legais, garantem uma estabilidade muito maior do que seres músico, ou teres uma editora ou uma produtora. Essa é a principal diferença, é a estabilidade”. Assim, como ele refere, a Rotten Fresh acaba por ser “um hobby sério”, tendo em conta que “investir tempo na editora ou em projetos pessoais meus é muito melhor do que investir dinheiro e tempo em projetos tipo Pingo Doce”.

O que verificamos em todas as constatações desta secção é que, para os entrevistados, o mercado de trabalho ou não corresponde a uma participação efetiva na sociedade, ou, pelo menos, não corresponde de forma suficiente, e por isso sentem que precisam de gerar impacto na sociedade através do trabalho no Comum. De facto, a literatura indica que estes tipos de iniciativas podem advir da necessidade de fugir à alienação (Söderberg, 2007: 45; Thompson e Bono, 1993: 340), e a “participação social”, como lhe chama a Noémia, é uma forma de o conseguir. Para além disso, importa

referir que os empregos típicos da chamada “relação salarial fordista” – estáveis, duradouros, previsíveis e uma fonte de identidade social muito importante – deixaram de ser uma realidade há algum tempo, especialmente para as pessoas mais jovens (Sennet, 1998). A participação nos projetos estudados pode ser também, então, uma forma de manter um “projeto pessoal”, ou seja, ordenar e dar significado às trajetórias contraditórias e eventualmente fragmentadoras experienciadas na sociedade moderno-contemporânea, através de uma consistência baseada em valores e modelos particulares (Velho, 1944: 87). Efetivamente, o Diogo afirma que a Rotten Fresh acaba por ser “um bocado uma extensão daquilo que eu sou (...), uma parte integral da minha vida”, e a Livia afirma que

quando o meu podcast fez dez anos, eu na altura fiz uma piada e disse que era a relação mais duradoura que eu já tinha tido, e é mais ou menos verdade (...). Acho que já passou tempo suficiente para perceber que, volta e meia, é importante, faz-me bem fazer parte dessas coisas.

### 3.5. A importância da comunidade e da rede

*“The whole is bigger than the sum of its parts”<sup>29</sup>*, disse o Sancho, e é uma boa forma de resumir esta secção. A comunidade é, portanto, uma condição positiva para o desenvolvimento do trabalho no Comum. Ao nos juntarmos “com outras pessoas”, dizia ele, “conseguimos fazer mais coisas do que se estivéssemos isolados”. A Livia acompanha-o, notando que

inevitavelmente perdes um bocado da tua autonomia individual, mas acho que aquilo que se ganha em grupo é maior. Acho que é claro que juntos somos mais fortes, mas para isso acontecer toda a gente tem de estar disposta a fazer algumas cedências.

Ora, de facto, é claro para todos os que aqui vou citar que “juntos são mais fortes”, mas a forma de lidar com esse facto leva a atitudes divergentes. Numa atitude negativa, o Teófilo acha que fazer coisas com as quais não concorda “nunca é tão prazeroso como uma coisa que tu quiseste mesmo que acontecesse (...), mas tens que te submeter à maioria”. Da mesma forma, o Sancho considera que “o trabalho de tentar fazer com que mais pessoas participem e tudo o mais desgasta bastante, e depois não sobra tempo para outros projetos que eu gostava de estar a fazer”. Já numa atitude positiva, o Sílvio, afirma que “é sempre bom quando tu tens companhia, também nas decisões. Não me choca nada ter de fazer cedências nas decisões para ter companhia, nada mesmo, gosto bastante”. O Fabiano, da mesma forma, refere que “há algo no coletivo que me agrada muito (...), ter um consenso para criar qualquer coisa concreta, isto é algo que a mim me alimenta e que eu tenho um prazer especial”.

---

<sup>29</sup> “O todo é maior do que a soma das suas partes”



Outro ponto destacado é que os projetos são um ponto de chegada de vários trajetos individuais. Como diz a Noémia, quando se junta a um projeto “chego lá com as minhas expectativas, com as minhas experiências passadas, que se juntam às de muitas pessoas diferentes que eu não conheço, não sei como trabalham, e que vêm de contextos muito diferentes do que eu”. Segundo o Teófilo, isso é positivo, porque

acabamos todos por partilhar o conhecimento e aprendermos todos um bocadinho com os outros. Sinto, ao estar nesta associação (...), [que] acabei por (...) ter novas perspetivas sobre outras áreas, e crescer como ser humano em termos de conhecimento. Também acho que [isso] é bué importante em todos os projetos comunitários. (Teófilo)

De igual modo, o Gennaro refere mesmo que está a aprender uma nova forma de partilhar conhecimento na Cicloficina, porque

o meu pai nunca foi assim, o meu pai foi sempre «olha é assim, olha é aqui» (...). É fixe que o teu ensino não seja *top-down*. É sempre melhor fazer as cenas *bottom-up*, tipo uma colaboração. Aqui (...) é mais naquela cena da sociabilidade. Então, se estamos num ambiente mais descontraído, tu vais aprender mais. É sempre assim, é sempre assim.

Além do mais, como explica o Sílvio, “os encontros sociais em que as pessoas teoricamente só se vão encontrar para ter conversas (...) muitas vezes acabam por descambar em temas extremamente específicos e em soluções muito interessantes em termos tecnológicos”. Desta forma, como refere o Sancho, “tu tens conhecimentos que outras pessoas não têm, e quando há uma simbiose descobres maneiras melhores de fazer as coisas que estavas a fazer, e também podes dividir tarefas e tudo o mais”. Portanto, os entrevistados valorizam a *diversidade* que é trazida pela comunidade em torno de um projeto, pelas *aprendizagens* que dela se podem obter.

Para além da importância que tem a comunidade que constitui cada projeto, também importa referir a importância da comunidade que é constituída por diferentes grupos, como uma *rede*. Deste modo, o Gennaro refere que “na cicloficina de Almada precisam de umas peças (...), vemos se temos, se pudermos oferecer oferecemos (...). Estávamos agora a pensar organizar um Encontro Nacional de Ciclofincinas”. No mesmo espírito, o Teófilo quis deixar como nota final da entrevista que

uma coisa importante a reter é que a associação — nós que tentamos lutar muito pela comunidade, pelas relações entre as pessoas —, o maior aliado desta associação foi, sem dúvida, o espírito de comunidade, porque nós beneficiámos muito com os projetos de outras associações do género, acho que uma frase final é que a associação beneficiou e muito do espírito comunitário.

É nos projetos digitais, no entanto, que esta noção de *rede* assume maior preponderância. De facto, na WikiCon — um evento sobre a Wikipédia no qual fiz observação participante — estavam presentes não apenas editores da Wikipédia, mas vários outros ativistas dos direitos digitais, como a associação D3, bibliotecários a favor da divulgação e do acesso aberto a conteúdos, ativistas de dados abertos, ativistas pela privacidade e ativistas ligados ao software livre (nomeadamente a ANSOL e a

comunidade Ubuntu-PT). Mesmo nas pessoas que foram entrevistadas, esse carácter reticular é visível no facto de várias delas partilharem a pertença a um ou vários grupos<sup>30</sup>. Foi, aliás, através de membros do Ubuntu-PT que eu próprio soube que ia ter lugar a WikiCon, pois eles promoveram-na. A ANSOL, do mesmo modo também mantém no seu website um calendário atualizado<sup>31</sup>, elogiado por várias pessoas, onde aparecem várias iniciativas de outros projetos, e a WikiCon foi uma dessas iniciativas. Para além disso, o presidente dessa associação — que na altura era o Marcos e estava presente no evento —, fez questão de dizer, num momento em que se debatia justamente que os vários projetos podiam colaborar mais uns com os outros, que ele considerava vários projetos como parte da comunidade por partilharem os mesmos valores, e que por isso a ANSOL estava disponível para os apoiar financeira e burocraticamente, e também para os ajudar a conseguir espaços físicos para fazer eventos.

Assim, pode considerar-se que, pelo menos em Portugal, existe uma *rede de Comuns digitais*. Este carácter reticular e sentido de comunidade tem a ver, como referiu o Marcos, com a partilha de alguns princípios ideológicos (nomeadamente a abertura e a liberdade), mas proponho também que isso tem a ver com o facto de esses projetos se basearem primordialmente no digital, o que lhes dá uma vantagem tecnológica na criação de rede.

---

<sup>30</sup> Ver anexo B.

<sup>31</sup> <https://ansol.org/calendar-field-event-start/year>

## As razões para o trabalho no Comum<sup>32</sup>

### 4.1. Razões individuais

Desde logo é de frisar que alguns entrevistados referem algumas razões instrumentais, nomeadamente relacionadas com o currículo e com *soft skills*. No entanto, a maioria nega a utilidade instrumental dos projetos em que participam<sup>33</sup>, o que está de acordo com alguma da literatura referida na secção 2.3. Posto isto, os principais tipos de razões individuais que identifiquei foram o *entretenimento* e a *realização pessoal*.

No que toca à dimensão do *entretenimento*, o Gennaro afirma que tem “uma grande atração para as coisas que se podem fazer com as mãos (...). Quanto maior for o problema, mais complicado (...), mais divertido é (...); [e] resolver problemas diferentes todas as vezes, isso também é estimulante”. De uma perspetiva um pouco diferente, o Teófilo diz que gosta “de estar lá [na horta], porque sei que é um *spot* onde — está bué confusão [na cidade] —, e sei que posso ir lá, vou ali um bocadinho para a horta, estou mais em contacto com a natureza”. O Delfim, que é reformado, afirma que

é reconhecido (...) que as pessoas quando entram na reforma podem ficar sem alguma atividade interessante, as pessoas podem ficar até um bocado, suponho, deprimidas, ou haver até um choque (...). [Então], as pessoas devem ter atividades que ocupem o tempo utilmente, proveitosamente e agradavelmente, de modo a que tornem esse período da vida ainda mais agradável.

Nesta questão da importância do envelhecimento ativo, o Delfim é acompanhado pelo Teófilo, que constata também que

no sítio onde a nossa horta está inserida existia já uma grande cultura de hortas, ou seja, há muitos reformados (...) que têm ali um troçozinho de terreno, também não é deles (...), [e] acaba por ser uma atividade que zela mesmo pela saúde física e mental da população mais idosa (...), e que os torna mais resilientes a todos os fatores inerentes ao envelhecimento.

Na dimensão da *realização pessoal*, o Sancho expressa que sente “satisfação por teres algum impacto, por estares a fazer algumas pessoas descobrirem coisas que não sabiam antes e que é importante na vida delas” e o Sílvio refere a sua proeza:

Aquilo que me enche de satisfação pessoal, orgulho (...), [é] quando algumas pessoas de vez em quando enganam-se e dizem que há cinco anos que normalmente as pessoas se reúnem ali [nas Horas Ubuntu], eu corrijo-as com muito orgulho: não é normalmente, é religiosamente, ainda não falhámos um único mês.

---

<sup>32</sup> Um esquema-síntese das razões exploradas neste capítulo pode ser encontrado no anexo D.

<sup>33</sup> Ver anexo C8.

O Gennaro relata-nos ainda que “eu quase que estava a chorar quando deixei a (...) bicicleta que tinha montado aqui, e era a primeira bicicleta que eu montei de raiz na minha vida”. Desta citação podemos depreender que também existe realização pessoal ao cumprir o *ser genérico*, ou seja, ao *objetivar* aquilo que antes era uma ideia (Marx, 1932 [1844]: 31-32). Deve notar-se, então, que a realização pessoal relatada por estes entrevistados provavelmente só é possível porque eles conseguem dirigir a sua atividade produtiva, dado que de outro modo não sentiriam a responsabilidade do sucesso que conseguiram.

## 4.2. Razões baseadas em valores

O título desta secção inspira-se no conceito weberiano de “*racionalidade baseada em valores*” (Weber, 2019 [1921]), que é o tipo de racionalidade que determina as ações sociais que são levadas a cabo pela crença consciente do seu próprio valor intrínseco e incondicional (p. 116). Pode-se considerar que os valores atravessam, em maior ou menor grau, todas as razões para trabalhar no Comum. Ainda assim, há razões que se baseiam *sobretudo* em valores, e é dessas que se falará em seguida. Este tipo de razões foi colocado entre as razões individuais e as razões coletivas porque se considera que os valores que serão apresentados ficam a meio caminho entre o individual e o coletivo. Este tipo de razões, segundo a análise efetuada, diz respeito quer aos *ideais* dos protagonistas do trabalho no Comum, quer ao *ativismo* concreto para os alcançar.

Todos os projetos têm *ideais* mais ou menos discerníveis, de acordo com a descrição que deles é feita no anexo B. Nalguns casos, no entanto, esses valores foram mais explicitados. A Carminda, por exemplo, explica que “sempre gostei de bibliotecas públicas, sempre gostei do acesso a cultura gratuita”; o Marino disse-me que a “principal, principal, principal [razão para contribuir], acho que é uma raiz utópica, de querer acreditar em coisas diferentes, em mundos possíveis, e ir atrás desses mundos possíveis”; e o Fabiano, de uma perspetiva anarquista, afirmou que

conseguirmos agarrar a vida pelas nossas mãos (...), não depender [de serviços e de instituições] (...), mas do oposto, de as combater, de nos auto-organizarmos para a nossa autogestão, para depois podermos combater e destruir esse sistema desigual (...), acho que é esse o caminho que me faz bater o coração.

O ideal que parece mais consensual, no entanto, é aquilo que chamarei de *comunitarismo*, ou seja, a valorização normativa da comunidade. Vejamos. O Marino afirma que,

numa sociedade que estruturalmente prega o individualismo, qualquer atividade comunitária é, por si, política (...), [e a PENHA SCO segue] o manifesto cooperativista (...), que reforça muito essa ideia, que têm de ser atividades (...) que tragam retorno tanto para a comunidade interna da cooperativa quanto para a comunidade externa.

Da mesma forma, o Fabiano, refere que “acredito no poder da comunidade (...), de nos conseguirmos auto-organizar”, e o Teófilo diz que

há sim a noção de que esses espaços para a comunidade, em que própria comunidade é a personagem principal do desenvolvimento desse local, são cada vez mais escassos (...); o termo comunitário incorpora essa noção de que este projeto tem de ser um projeto aberto feito pelas pessoas, para as pessoas.

Adicionalmente, era importante para os entrevistados que a construção de comunidade fosse *em igualdade* e não num processo unidirecional. Como explica o Marino, “nunca vai ser aquela coisa demagógica de um lugar de levar alguma coisa até à comunidade, acho que isso é antigo”, e, como afirma a Carminda, “eu não ensino nada a ninguém, eu só estou aqui a facilitar a existência disto”. De resto, os entrevistados dos projetos que inicialmente foram associados à premissa da solidariedade (o Fabiano do Estamos Juntos e a Noémia do Seara) tinham ambos uma grande preocupação em não praticar “caridade”. Como afirma o Fabiano,

sentires que estás a ajudar aquela pessoa mas que aquela pessoa depois vem participar contigo numa atividade, e isto faz com que a pessoa se envolva mais, e que sintas que estás num processo de entreatajuda e que ela não é beneficiária mas é parte ativa também do movimento, isso para mim é altamente gratificante (...). Faz-me (...) sentir atacado dizerem-me «olha, isso aí é caridade».

Da mesma forma, a Noémia diz que “sempre tive um pouco de receio de «ajudar, ajudar, as pessoas sem teto, não sei quê...» (...), de não ser um intuito político, mas ser só por fazer uma boa ação”.

No que respeita ao *ativismo*, identifiquei três tipos de razões: a *consciencialização*, a *confrontação* e a *prefiguração*. A *consciencialização* está presente em vários projetos, que se esforçam para expor, informar e alertar o público para determinado assunto que consideram problemático<sup>34</sup>.

A *confrontação* está pouco presente e, para além disso, levanta algumas dificuldades. O Estamos Juntos, na pessoa do Fabiano, é o principal representante desta tática, pela sua visão já explicitada sobre o Estado<sup>35</sup>. Noutros casos, esta confrontação pode existir por causa de um sentimento de dever ou obrigação cívica, como é o caso da Carminda, que diz que “as únicas coisas que eu faço um bocado por dever é aquela coisa das manifestações, porque chateia-me um bocado ir e estar ali a gritar e não gosto... Digo assim «tenho de fazer isto, pronto, temos de fazer isto»”, e é também o caso do Marcos, que entrou no associativismo quando achou “que realmente tinha uma opinião sobre o assunto, achei que era preciso dizer alguma coisa, comecei a tentar descobrir o que é que era possível fazer enquanto cidadão”.

No entanto, dois entrevistados expuseram as dificuldades desta abordagem:

a nossa relação com a câmara (...) não é a melhor, e essa relação tem sido sempre um entrave, sempre nos impediu de fazer certas atividades com a câmara, ou utilizando alguns recursos da câmara (...), e isso

---

<sup>34</sup> Excertos disponíveis no anexo C9.

<sup>35</sup> Na secção 3.3.

acaba por ser um impedimento ao desenvolvimento de certas atividades [para as quais] necessitaríamos de uma autorização da câmara. Muitas vezes, devido a isso, acabamos por não pôr a associação e a horta como foco principal de resistência, mas acabamos a título individual [por] nos mobilizarmos, e não expor [a associação], como uma forma de proteção, digamos assim (...). [Tudo isto porque] nos primeiros meses (...) [tínhamos a atitude de] «ah, vamos para lá, como associação, expor os podres do [concelho]», e isso até acabou por ser importante, mas acabou por haver uma certa ingenuidade a meu ver, a partir [do momento em] que vamos [fazer] isto e não vamos esperar consequências negativas (...). Entretanto, já tivemos reuniões com os vereadores da juventude e percebemos que realmente sim, a associação estava marcada pela negativa (...) e que, portanto, a predisposição para ajudar a nossa associação sempre foi nula. (Teófilo)

Esse porquê, há diferentes visões. Para mim é para lutar por justiça social, reclamar espaços da cidade (...), e uma das questões — por isso é que estou remarcando isto —, é porque (...) essas reivindicações, não foram debatidas no início (...). Evidentemente que havia sentimentos compartilhados de porque é que isto está a acontecer, mas não foi uma coisa de «este coletivo se declara um coletivo que luta contra isto ou outro». Não se fez este trabalho, e é uma questão que eu acho pouco crítica (...). Foi uma questão bastante fundamental (...) [que], muito pelo contrário, foi — por parte de alguns setores ou pessoas — evitado, porque isso podia ser um debate que podia gerar polémica, que podia gerar perda de tempo (...). Então, isso foi, para mim, um problema. (Noémia)

Assim, ao contrário da consciencialização, dar o passo para a confrontação pode acarretar problemas que levam a conflitos indesejados, quer externos, quer internos.

Por último, a *prefiguração*. Esta é “uma prática política na qual os fins das ações de alguém estão espelhados nos meios aplicados para a sua realização. Estes fins são, assim, concebidos como inerentes à prática em si e a sua realização imediata é um objetivo” (Sande, 2017: 25). Esta prática está presente, em maior ou menor grau, em todos os projetos<sup>36</sup>. Vejamos, com citações, alguns exemplos. O Gennaro nota que

aprender a fazer umas coisas, significa também aprender a cuidar das coisas. Isso pode ser uma razão anti consumista, porque se tens um problema na tua bicicleta, não vais deitar fora e comprar logo outra, mas vais arranjar o teu problema.

Da mesma forma, a Lúvia é “contra aquilo que é um certo maximalismo do direito de autor”, então faz um podcast e fez um programa de rádio sobre música livre. De forma semelhante, o Diogo não concorda “com muitas, muitas coisas que a SPA<sup>37</sup> representa, e os lóbis que a SPA continua a manter”, então fundou uma editora para apoiar artistas alternativos e marginalizados sem nunca ter registado nenhum álbum na SPA. Podemos ver a prefiguração, portanto, como o lado *construtivo* do ativismo. Neste mesmo raciocínio, aliás, a Carminda explica que

há dois discursos: há um que se faz mais pela questão de ser contra os OGMs, ser contra os híbridos, que às vezes não reenvia tanto para esta ligação entre liberdade e biodiversidade, que é assim uma coisa de resistência, travar aquilo (...); mas depois (...), para haver resistência na prática, eu acho que tem de haver o tal sistema alternativo, tens de fazer uma outra coisa ao lado que também esteja a funcionar (...). O lado prático dessa parte ideológica.

---

<sup>36</sup> Ver anexo B.

<sup>37</sup> Sociedade Portuguesa de Autores

A Sementeca, então, “é a parte prática (...), existe, é real, está ali e pretende (...) promover tanto a liberdade da semente como promover de forma prática a biodiversidade” (Carminda). Da mesma forma, a Noémia refere que “fazer um lugar onde se puder ter liberdade, onde se puder aceder a coisas que o capitalismo nos quer impedir de aceder de forma livre, é muito importante”. Além do mais, a prefiguração, por ser prática e ter resultados visíveis, também tem a vantagem de ser um tipo de ativismo calmo e prazeroso. Como diz a Noémia, “quando estou indignada o sentimento é mais de estar nervosa; se estou a colaborar para uma coisa [existir] estou mais tranquila”, e a Carminda refere que “adiciona este tipo de prazer (...), de pessoas que chegaram aqui a dizer «ouvi dizer que aqui havia sementes». Isso para mim, é isso mesmo, é isso que é preciso!”.

O ativismo presente no Comum, em todas as suas variantes, poder-se-ia também classificar como um *contramovimento* defensivo, ou seja, como uma resistência espontânea da sociedade contra os avanços do mercado para esferas que não lhe são próprias (Polanyi, 2012 [1944]: 193). Nalguns casos estudados, essa dimensão era explícita. Note-se:

[As] *Seed Libraries* [surgiram] mais ou menos em '98, na altura das lutas antiglobalização (...), e as *Grainothèques* também foi quando a legislação europeia estava a apertar, e isso eu acho engraçado, foi nesta altura que estes projetos apareceram (...), para defender qualquer coisa. (Carminda)

O Estamos Juntos começou em 2013, foi assim numa fase em que vários bairros começaram ali em processos de despejo e demolições (...). É [na periferia] que existe a repressão, é nela que existe a exploração, é nela que existem os trabalhos mais precários, então é nela também que surgem os movimentos de contestação e os movimentos de solidariedade e os movimentos de ajuda real. (Fabiano)

Toda a construção de infraestruturas não tem sido direcionada para os interesses da população, mas sim para os interesses do turismo e do imobiliário de luxo, e a horta também surge como reivindicação da terra, que possa ser um espaço onde os [habitantes] locais se possam sentir bem-vindos. (Teófilo)

### 4.3. Razões coletivas com origem na comunidade

Antes de se referir aquilo que foi relatado nas entrevistas, é necessário notar que as razões coletivas não têm origem apenas na “comunidade” que se cinge ao grupo de pessoas que constituem os projetos estudados. Foi necessário, no âmbito da análise, distinguir teoricamente duas diferentes *escalas* de comunidade — e falamos em escalas para deixar claro que não se trata de uma separação entre setores da sociedade, mas simplesmente diferentes critérios de delimitação que ora alargam, ora restringem o conteúdo abarcado.

A primeira escala, mais pequena, é aquilo que se chamará de *comunidade restrita*, e corresponde ao grupo organizado que produz, reproduz, suporta ou distribui um recurso comum. É constituída pelas pessoas ativas dos projetos que interagem diretamente umas com as outras em torno de um recurso comum. A segunda escala é a *comunidade alargada*, e tem como critério de delimitação a

vivência comum de um local de interação físico ou virtual e/ou determinados valores que lhe são próprios. É normalmente constituída por participantes de um projeto menos ativos, por simpatizantes ou pelas pessoas que frequentam os locais de distribuição de um comum.

#### 4.3.1. Razões coletivas com origem na comunidade restrita

Nesta escala de comunidade, é normal que os entrevistados assumam algumas *responsabilidades*, algo que é uma razão importante para contribuir. O Sílvio explicou que, ao fazer coisas sozinho,

tu não tens que dizer nada a ninguém, não tens que justificar nada a ninguém e a pressão é muito menor. Só tens de arranjar desculpa para ti, e nós somos ótimos a arranjar boas desculpas (...). [Em grupo], há sempre o «então, pá?», e essa é uma das coisas giras do fenómeno de grupo, é tu teres alguém que puxe por ti

O Teófilo, por seu lado, constatou que “se calhar a nível inconsciente, uma vez que estou como presidente (...), faz-me querer estar presente e contribuir para a continuidade do projeto”. A responsabilidade, no entanto, também se pode tornar um peso negativo, como relata o Sancho, ao explicar que ela,

se interfere com a minha motivação, é negativamente. Ou seja, eu preferia focar-me muito mais em uma ou duas coisas e tudo o resto, se tivesse alguém que pudesse tratar, isso para mim era perfeito. Mas não tendo, tenho que ser eu a fazer.

De igual modo, como já foi referido, o Marcos diz que está tão cansado das responsabilidades que “está na altura de tentar arranjar alguém que pegue na tocha antes que eu a deixe cair”.

Estes dois casos, no entanto, são exceções. O Gennaro, por exemplo, afirma que a Cicloficina “não é uma responsabilidade. Decidiste ter este papel, ‘bora ter esse papel, a manter isto. Ya, não é pesado (...). Não é um *duty*. É porque sim”, e a maioria dos entrevistados tem, genericamente, a mesma opinião, pois como já foi referido, admitem fazer sacrifícios, mas sem os ver “dessa maneira”, ou seja, reconhecem que existe algum esforço, mas totalmente intencional, controlado e compensador<sup>38</sup>.

Outra razão apontada por algumas pessoas é o sentimento de *fazer falta*. Como refere o Sílvio, “quando tu sentes que fazes falta, ou que fazes mais falta, naturalmente que sentes mais o apelo [de contribuir]”, e a Noémia, da mesma forma, diz que é “uma pessoa que tem muita tendência a querer organizar as coisas, então (...), se há alguma coisa para fazer, eu vou fazer”. De igual modo, o Gennaro entrou na Cicloficina porque “estavam à procura de voluntários”, e o Marcos entrou na ANSOL porque percebeu que se “eles estão a fazer mal [algumas coisas], é porque não estão a conseguir fazer melhor,

---

<sup>38</sup> Ver anexo C5.



e se não estão a conseguir eu vou tentar ajudar (...). Portanto, eu tornei-me sócio quase por necessidade”.

Este sentimento, no entanto, pode coexistir com pouca vontade de ajudar. O Marcos refere que “gostava muito que as associações tivessem uma quantidade suficiente de colaboradores para eu dizer assim «epá, eu até podia colaborar nisto, mas não estou com grande tempo e não é preciso porque temos lá muita gente»” e, de igual modo, o Sílvio afirma que “eu gosto muito mais de ir no banco de trás (...), agora se ninguém conduzir o carro, epá ok, dá cá o volante que eu levo o carro”.

#### 4.3.2. Razões coletivas com origem na comunidade alargada

Esta escala de comunidade — que, como já foi dito, é delimitada pela vivência comum de um local de interação físico ou virtual e/ou determinados valores que lhe são próprios — é origem de uma grande variedade de razões para trabalhar no Comum, que podem ser agrupadas em duas dimensões: a *sociabilidade* e a *necessidade de fazer a diferença*.

A *sociabilidade*, por seu lado, pode ser dividida na necessidade de *conviver*, de *conhecer* e de *criar relações*. No que toca ao *convívio*, vários entrevistados referem, de forma enfática, que ele é muito importante<sup>39</sup>, e a Carminda refere que uma razão

para eu estar aqui no GAIA é o facto de isto ser um espaço de convivência bastante aberto (...), e eu acho que isso é muito importante de existir num espaço de *buen vivir* — aquela lógica dos equatorianos (...) — , acho que isso muda a vida das pessoas para melhor, conviver umas com as outras.

O Gennaro, de igual modo, via a Cicloficina como um “*condensador social*” — um conceito da sua área (arquitetura), originário do movimento construtivista soviético, que enseja a utilização da arquitetura na promoção de coletividades mais comunitárias nas principais esferas da vida social (Murawaski e Rendell, 2017: 369). Segundo o próprio Gennaro, o conceito descrevia os espaços que eram capazes de promover

uma forma mais alta de viver (...); um espaço inspirador de um bem comum (...). Não é só espaço, é o programa que tu estás a prever para isto (...), é a maneira daquilo se configurar à volta daquelas atividades que pode ser inspirador de uma sociedade melhor.

A Noémia acrescenta mesmo que o convívio a ajudava a recuperar motivação, pois quando estava desmotivada “ia lá, estava com as pessoas, limpava, via como ia avançando tudo, e aí de novo voltava a ficar super motivada para a próxima semana. Então acho que isso é vital”.

Mesmo nos meios digitais, existia um reconhecimento de que era necessário um esforço para existir contacto cara-a-cara. Assim, a Livia afirmou que “é diferente estar frente-a-frente com alguém

---

<sup>39</sup> Como é visível no anexo C10.

ou estar numa videoconferência (...), é bom quando nos vemos de x em x tempo”, e o Sílvio, da mesma forma, diz que é “uma pessoa que provoca encontros (...), eu não me escondo atrás de um monitor”. A WikiCon, já referida, e a UbuCon — uma conferência que anualmente junta a comunidade Ubuntu internacional —, são exemplos do tipo de eventos sociais que os projetos digitais se esforçam para fazer acontecer.

Sobre a importância de *conhecer* outras pessoas, o Diogo refere que “há pessoas que eu nunca teria conhecido se não fosse a Rotten Fresh”, e o Gennaro diz que “andar de bicicleta cria, ajuda mais a criar comunidade do que andar todos fechados nos carros. As pessoas acabam por se conhecer mais, e isso é muito interessante”. Além disso, refere ainda que “eu nunca conheci uma pessoa que não fosse interessante aqui (...), [pois] a transmissão deste know-how (...) é uma maneira de perceber como é que uma pessoa é (...), o envolvimento das pessoas nas atividades é indicativo disso”. A Livia adiciona, ainda, que há “laços que se criam, não (...) necessariamente [de amizade] (...), [que] acabam por fazer com que eu me passe a sentir mais ligada ao grupo”.

Relativamente à importância de *criar relações*, o Teófilo afirma que

gostava que [a horta] estabelecesse mais relações fortes entre as pessoas (...), e por acaso já tem acontecido (...), os projetos que a horta proporciona estimulam as relações pessoais, e criam relações de amizade e relações mais íntimas. Acho que é bué importante, e que não deve ser de forma nenhuma desvalorizado.

De igual modo, o Sílvio também refere que “já fiz boas amizades provocadas precisamente pelo contacto que fui tendo com as comunidades, [pois] é muito fácil fazeres amigos dentro de uma comunidade de software, porque grande parte dos teus interesses pessoais são os interesses pessoais daquelas pessoas também”.

Estes laços acabam também por se refletir num *sentimento de comunidade* pois, como afirma o Marcos,

uma associação é um local (...) [onde] tu crias um sentimento de pertença, de comunidade, de amizade, de interajuda, que é extremamente importante e gratificante. Eu sei que posso contar com pessoas deste mundo (...) mesmo para coisas fora do associativismo,

e o Fabiano acrescenta que “esta ideia de comunidade ideológica, de rede de entreatajuda, de autogestão, só pode ser criada com uma base social forte, no sentido de socializarmos, de estarmos juntos (...) e isso, então para mim, é completamente essencial para a nossa vivência”. Da mesma forma, o Marino refere que os eventos da PENHA SCO funcionam “como uma boa provocação do que é que é preciso ser feito (...), de que formas podemos criar relações”, e o Teófilo explicou-me que a horta Verde “é uma horta comunitária, portanto, desde o início, um dos grandes pontos foi que a horta fosse uma plataforma de (...) criação de relações e de comunidade”.

Elucidada a importância da sociabilidade, concentremo-nos agora na segunda grande dimensão relativa à comunidade alargada: a *necessidade de fazer a diferença*. Esta tanto se manifesta *a priori*, com a *necessidade de retribuir* e a *necessidade de criar algo que ainda não existia*; como *a posteriori*, com a *sensação de missão cumprida*, a realização por *outros estarem a usufruir do produto do seu trabalho* e, conseqüentemente, com o *desejo de reconhecimento*. Vejamos então.

*A priori*, o Sílvio, sobre software livre, afirma que sente a necessidade de retribuir:

Tu utilizas uma coisa que te é oferecida, podes usá-la sem qualquer tipo de limitação, porque não ajudar? Porque não contribuir? Até porque eu quando estou a contribuir, estou a contribuir para o bem comum: estou a contribuir para mim, e estou a contribuir para quem está à minha volta a usar a mesma coisa que eu.

Esta relato, aliás, está de acordo com a tendência para a reciprocidade já relatada por Lakhani e Wolf (2005) neste meio, sendo que, neste caso em específico, essa tendência é potenciada pela não-rivalidade dos comuns digitais — ou seja, pelo facto destes, sendo partilhados, não ficarem menos acessíveis. Outros entrevistados falam da *necessidade de criar algo que ainda não existia*. O Teófilo, por exemplo, relata que a associação Verde surgiu

da necessidade de (...) dinamizar culturalmente a vila (...), [que] estava muito pobre. Não havia oportunidades para os artistas mostrarem a sua arte, nem havia qualquer tipo de estímulo para fomentar a arte e a cultura na vila (...); não passa só pela arte, mas também pela sustentabilidade.

O Diogo, da mesma forma, refere que a Rotten Fresh “surgiu da ausência de uma editora focada (...) neste lado mais futurista da música eletrónica”, e o Sancho dizia que “em parte criei esta comunidade para existir algo aqui em Lisboa”.

*A posteriori*, a “noção de *missão cumprida*” (itálicos meus), como diz a Lúcia, é a realização que advém do facto de se fazer a diferença. Da mesma forma, a Noémia refere que a Seara foi

um lugar concorrido (...), era com a temática de ajudar as pessoas que estavam marginalizadas pela sociedade, e aí acho que já marca uma diferença aos olhos da sociedade (...). Estou cansadíssima de apagar comentários de pessoas do CHEGA, e de pessoas racistas (...). Mas essas pessoas não contam, quem conta são as pessoas que estavam na vizinhança, chegavam lá, batiam à porta e perguntavam o que é que podiam trazer, o que precisávamos.

De igual modo, o Gennaro diz que “cada vez que há mais uma bicicleta a andar, é cumprir o objetivo da Cicloficina. Cada bicicleta a andar, é (...) mais um ponto”, e o Marcos explica que

eu não quero estar a falar só por mim, mas parece-me que este tipo de coisas acaba por dar uma sensação de realização a algum tipo de colaboradores (...). Se tu quiseres mesmo trabalhar a sério (...), a tua colaboração vai ter um impacto dentro daquilo que é a atividade da associação. Depois se a associação consegue ter impacto ou não, já é outro nível (...). Por exemplo, organizar um evento (...), chegas ao fim e pensas assim: «epá, eu fui uma parte importante para isto acontecer!».

Esta realização também se manifesta na importância que muitos entrevistados dão ao *usufruto pelos outros* do produto do seu trabalho. O Marino refere que isso “é importante enquanto avaliação pragmática, se o projeto funciona, se o projeto tem algum sentido de existir”. Mais enfaticamente, o Sívio afirma que

chegares ao final da Ubucon e as pessoas levarem boas recordações... epá, ainda hoje a pele dos braços me arrepia quando às vezes penso nalgumas coisas que foram ditas naqueles dias (...). Não só é a validação daquilo que tu pensaste e daquilo que tu ajudaste a fazer, mas é também... dá-te combustível para tu continuares.

Da mesma forma, a Eline explicou que “pela primeira vez tivemos mulheres que foram visibilizadas por nós na Wikipédia a reagirem a essa visibilização (...), e isso confesso que me dá uma motivação extra”; o Teófilo afirma que “nem faz sentido de outra maneira; se isto não for para as pessoas, se for só para nós, não me dou ao trabalho”; a Livia explica que “quando vês que o teu trabalho teve um impacto noutra pessoa, numa outra bolha que não é a tua, acho que é isso que faz valer a pena”; o Gennaro refere que “é reabilitante, é fixe, porque tu chegas a casa depois de uma sessão (...) e dizes «hoje ajudei umas pessoas»”; e, por último, a Carminda diz que “há uma coisa muito simples de trocar coisas com pessoas e de dar, que é muito satisfatória, as pessoas ficam muito contentes, então eu também fico muito contente, toda a gente fica contente, é ótimo!”. Assim, podemos concluir que o facto de o produto do trabalho no Comum ser, muito diretamente, acessível por toda a gente, contribui para que os trabalhadores se sintam socialmente realizados.

Por último, a importância do usufruto por outros também se pode traduzir num *desejo de reconhecimento*, como vários entrevistados admitem, quer seja porque “as pessoas gostam que as outras pessoas gostem delas, de forma geral” (Teófilo), porque “se puder ser alguém ou alguma referência dentro do meu meio, eu gostava de o ser” (Diogo), porque “satisfaz-me, dá-me um sentimento de *fulfillment* quando eu (...) vejo alguém a dizer assim «olha, a associação fez aqui um bom trabalho para esta cena»” (Marcos) ou porque essas

coisas nos alimentam sempre o ego, e ainda que queiramos ter a falsa humildade de dizer que não, eu acho que isso nos alimenta (...). Esta questão de as pessoas se dirigirem a ti e de estarem gratas, de reconhecerem o trabalho que estás a ter (...), essa valorização do esforço, acho que nos é inerente a quase todos, e acho que neste tipo de movimento — as pessoas que nele ficam, pelo esforço que têm — tem que haver aí também algum prazer pessoal. (Fabiano)

É de notar, ainda, que dois entrevistados dizem que o desejo de reconhecimento pode ser, em parte, um desejo egoísta. O Gennaro acha que “há uma componente egoísta de (...), inconscientemente [pensar] «ah, ele pensa bem de mim, ela pensa bem de mim, fixe»” e o Sancho refere que “sentires que estás a fazer algo útil (...), é mais do lado altruísta (...), mas isso acaba por ser um bocado egoísta; eu faço também estas coisas porque me sinto bem em ver outras pessoas a sentir-se bem”.

## Síntese conclusiva

A relação entre o trabalho e o Comum não tem sido focada por parte das ciências sociais, apesar de ambos terem uma relação antiga. Na verdade, o trabalho raramente é conceptualizado de um ponto de vista não-mercantil, e o Comum só mais recentemente tem sido conceptualizado para além dos recursos comuns. Foi a relação entre estes dois conceitos, analisando o concreto, que esta investigação se propôs a estudar, tentando para isso abranger diversos setores de uma perspectiva holística, entendendo assim o *trabalho no Comum* enquanto um fenómeno único. Para isso, procurámos caracterizá-lo com dois principais objetivos: (1) *perceber em que condições estruturais, individuais e organizacionais ele ocorre* e (2) *perceber que razões levam os trabalhadores do comum a contribuir ativamente para ele*.

No que respeita ao primeiro objetivo, vimos que os projetos têm a forma de associações, cooperativas ou grupos informais; que existe uma grande variedade de tipos de relação com os recursos comuns que são o produto do trabalho (produção, reprodução, suporte ou distribuição); e que os meios de produção são, na sua maioria, também eles recursos comuns e não privados. Apesar de parte dos projetos tentarem alcançar justiça política, a verdade é que apenas consegui entrevistar pessoas que, na sua maioria, são privilegiadas. Propôs-se, como explicação para isso, as desigualdades estruturais que os projetos não conseguem ultrapassar, e que, por sua vez, podem também constranger o campo de possibilidades (Velho, 1981) de quem nunca chegou a aderir aos projetos. Verificou-se que, mesmo para as pessoas que participam, os projetos surgem, em alguns casos, como algo ao qual gostariam de se dedicar mais — quer se tivessem mais tempo livre, quer se o próprio projeto se tornasse um emprego.

No que toca aos *modos de organização*, a participação nas reuniões é uma forma de os participantes conseguirem ter influência nas decisões dos projetos em que participam. Por um lado, isso é algo que contribui para a não existência de hierarquias formais, mas, por outro, pode levar a que os participantes com maior capacidade de participação tenham mais poder — especialmente tendo em conta que a maioria dos entrevistados não está disponível para fazer sacrifícios pelo projeto, e que nenhum deles consegue participar tanto como gostaria. Existem também órgãos de coordenação em alguns dos projetos, mas concluí que a sua função é, sobretudo, sustentar a continuidade dos respetivos grupos. Assim, podemos afirmar que em nenhum dos grupos existe propriamente uma hierarquia, no sentido de um sistema de decisão central e quotidiano, muito bem definido e fechado, em que existem superiores e subordinados — como acontece noutra tipo de organizações. Isto, em conjunto com o facto do produto do trabalho e a maioria dos meios de produção serem recursos comuns e não privados, permite-nos dizer que a direção da atividade produtiva, nos projetos

estudados, é tendencialmente não alienada. Existem, no entanto, nos vários projetos, várias divergências quanto à forma de lidar com a necessidade de se organizarem internamente, sendo que é difícil para alguns grupos atingirem um modo de organização ideal, que equilibre princípios e necessidades práticas. Seria útil, então, que trabalhos futuros explorassem mais a fundo quais os modos de organização que melhor contribuem para os princípios e objetivos de cada tipo de grupo.

Sobre interações entre diferentes formas de poder, as referências à relação com o poder estatal foram maioritariamente negativas. No entanto, as visões daquilo que essa relação deve ser têm uma amplitude muito larga: enquanto que, num extremo, um projeto informal (e influenciado pelo anarquismo) procura ter *autonomia* em relação a esse poder, no outro extremo duas associações formais procuram atingir uma certa *harmonia*. No que toca à interação dos projetos com a forma económica de poder, ela é, por um lado, diretamente mediada pelo Estado, que — quer através de políticas públicas, quer através do uso da força — tem o papel de facilitador e legitimador dos cercamentos aos comuns. Por outro lado, a interação com a forma económica de poder é direta, na qual identifiquei dois tipos de atitudes: *disputa* e *conciliação*. A conciliação, convém dizer, tanto pode acontecer por iniciativa dos próprios projetos — para se viabilizarem financeiramente —, como por iniciativa de empresas que apoiam um certo recurso comum. Neste domínio, é de salientar que as únicas empresas que o fazem, no discurso dos entrevistados, são empresas digitais, ligadas a recursos comuns digitais. Isto pode explicar-se pela centralidade que as redes tecnologicamente mediadas ganharam no capitalismo informacional (Castells, 2000), dado que é importante que não existam direitos de propriedade a barrar a partilha de informação para que as redes digitais alcancem uma maior produtividade (Söderberg, 2007: 137), aliada ao facto de ser usual as empresas cooptarem adversários se a própria lógica mercantil se revelar contraproducente para a acumulação (Caffentzis e Federici, 2014: 97).

Para além disso, convém referir que as atividades que estudámos também não são totalmente desconectáveis do mercado de trabalho, já que este é o que sustenta a maior parte dos entrevistados, o que, nalguns casos, provoca constrangimentos ao livre desenvolvimento dos projetos. Ainda assim, a principal diferença indicada entre o trabalho no Comum e o trabalho no mercado é que este último garante estabilidade — e, portanto, é prioritário —, enquanto que aquele é algo que fazem porque gostam ou acham importante. Assim, para os entrevistados, o mercado de trabalho ou não corresponde de todo à participação que querem ter na sociedade, ou não corresponde a essa participação de forma suficiente. De facto, por um lado, a literatura indica que este tipo de iniciativas podem advir da necessidade de fugir à alienação (Söderberg, 2007: 45; Thompson e Bono, 1993: 340) — e a “participação social”, como lhe chama a Noémia, é uma forma de o conseguir. Por outro lado, as iniciativas também podem servir como uma forma de os seus participantes manterem um “projeto pessoal”, ou seja, ordenar e dar significado às trajetórias contraditórias e eventualmente

fragmentadoras experienciadas na sociedade moderno-contemporânea, através de uma consistência baseada em valores e modelos particulares (Velho, 1944: 87).

É de destacar, ainda, a importância da comunidade como uma condição positiva para o desenvolvimento do trabalho no Comum. Apesar de existirem atitudes positivas e negativas quanto ao trabalho colaborativo, todos os entrevistados consideram que a existência da comunidade tem consequências positivas, valorizando também a *diversidade* e as *aprendizagens* que dela se podem obter. A importância da comunidade, no entanto, não se deve apenas ao seu valor dentro de cada grupo, mas também à colaboração entre diferentes grupos, ou seja, à rede de comunidades que se cria. Esta noção de *rede* tem uma especial preponderância nos projetos digitais, através dos quais se identificou a existência daquilo que se chamou de *rede de Comuns digitais*. Esta rede, sem dúvida, merece mais estudo. Como referiu o Marcos, esse carácter reticular tem a ver com a partilha de alguns princípios ideológicos (nomeadamente a abertura e a liberdade), mas propôs-se também que ele está relacionado com o facto de esses projetos se basearem primordialmente no digital, o que lhes dá uma vantagem tecnológica na criação de rede.

O segundo objetivo, como já foi referido, foi perceber que razões levam os trabalhadores do Comum a contribuir ativamente para ele. Como vimos, as razões individuais são sobretudo o *entretenimento* e a *realização pessoal*. As razões baseadas em valores, que tanto podem ser individuais como coletivas, podem agrupar-se em *ideais* (abstratos) e no *ativismo* (concreto). O mais consensual dos ideais explicitados pelos entrevistados foi aquilo que se chamou de *comunitarismo*, ou seja, a valorização normativa da comunidade — especialmente quando *construída em igualdade*. Já no que respeita ao ativismo, identificaram-se três tipos de razões: o desejo de *consciencializar* — presente em vários projetos —, o de *confrontar* — presente em poucos projetos e que pode acarretar consequências indesejadas —, e, finalmente, o desejo de *prefigurar* — presente na maioria dos projetos, e que pode ser visto como o *lado construtivo do ativismo*. Em todas as suas vertentes, o ativismo presente no Comum pode também classificar-se como um *contramovimento* defensivo, dado que — nalguns casos de forma explícita — ele configura uma resistência contra os avanços do mercado para esferas que não lhe são próprias (Polanyi, 2012 [1944]: 193), estando assim ligado à longa história de resistências levadas a cabo contra os cercamentos.

No que respeita às razões coletivas com origem na comunidade notou-se, desde logo, a necessidade de distinção entre duas diferentes *escalas de comunidade*: a *comunidade restrita* — que corresponde ao grupo organizado que produz, reproduz, suporta ou distribui um recurso comum — constituída pelas pessoas ativas dos projetos, que interagem diretamente umas com as outras em torno de um recurso comum; e a *comunidade alargada* — que tem como critério de delimitação a vivência comum de um local de interação físico ou virtual e/ou determinados valores que lhe são

próprios — sendo normalmente constituída por participantes de um projeto menos ativos, por simpatizantes ou pelas pessoas que frequentam os locais de distribuição de um recurso comum.

As razões coletivas com origem na comunidade restrita são, sobretudo, a *assunção de responsabilidades* (mesmo que por vezes isso se torne um peso negativo) e o *sentimento de fazer falta* (mesmo que por vezes coexista com pouca vontade de ajudar). A comunidade alargada, por seu lado, tem mais importância no sentido em que é a origem de mais razões. Esta grande variedade de razões, no entanto, pode ser agrupada em duas principais dimensões: a *sociabilidade* e a *necessidade de fazer a diferença*. A sociabilidade subdivide-se no desejo de *conviver* — enfatizado por vários entrevistados e reconhecido mesmo nos meios digitais, que fazem um esforço para que exista contacto cara-a-cara —, no desejo de *conhecer* e no desejo de *criar relações* — que por sua vez também se podem refletir num *sentimento de comunidade*. Já a necessidade de fazer a diferença tanto se manifesta *a priori*, com a *necessidade de retribuir* (como apontam, aliás, Lakhani e Wolf, 2005) e a *necessidade de criar algo que ainda não existia*; como *a posteriori*, com a *sensação de missão cumprida*, a realização por *outros estarem a usufruir do produto do seu trabalho* e, conseqüentemente, com o *desejo de reconhecimento*.

Duas conclusões adicionais atravessam este estudo, para além de todas as que já foram enunciadas. A primeira é que a noção de comunidade teve uma centralidade transversal na análise das entrevistas, dado que é uma condição positiva para o desenvolvimento do trabalho no Comum, dá origem ao valor do *comunitarismo* que é, ele próprio, uma razão para contribuir e, por fim, dá origem a uma variedade muito rica e diversa de razões coletivas para trabalhar no Comum. Além do mais, esta centralidade da comunidade ganha ainda mais relevância numa sociedade de mercado e numa época em que a noção de indivíduo é alçada a categoria suprema da organização social, conferindo um carácter verdadeiramente *contra-hegemónico* ao trabalho no Comum.

A segunda conclusão que atravessa este estudo é que esta atividade permite que os trabalhadores se realizem individual e socialmente: por um lado, permite que os entrevistados concretizem uma ideia sem as limitações típicas do trabalho abstrato, ou seja, permite-lhes idealizar, planejar, construir e manipular consoante a sua própria vontade, pois conseguem dirigir a sua atividade produtiva; por outro lado, como o produto do trabalho é acessível a muita gente, precisamente por ser comum, permite que os trabalhadores façam a diferença e se realizem com o usufruto que outros fazem do seu trabalho — algo que, como vimos, é importante para eles.

Finalmente, resta dizer que a maior limitação deste estudo foi a reduzida dimensão da amostra, que em estudos posteriores poderá ser ampliada e até mais diversificada, tanto ao nível dos tipos de recursos comuns como das condições sociais dos trabalhadores. Para além disso, as conclusões deste estudo exploratório pretendem também ser uma contribuição para ajudar em futuros trabalhos sobre o tema, como por exemplo estudos quantitativos que possam solidificar estatisticamente o conhecimento que foi produzido.



## Fontes

- ANSOL (2015). Estatutos da ANSOL. Associação Nacional para o Software Livre.  
<https://ansol.org/estatutos>
- Cicloficina. (s.d.). Sobre. Cicloficina. <https://cicloficina.pt/sobre/>
- D3 - Defesa dos Direitos Digitais. (s.d.). Sobre. D3 - Defesa dos Direitos Digitais.  
<https://www.direitosdigitais.pt/sobre>
- GAIA. (s.d.). Sementeca do GAIA. GAIA - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental.  
<https://gaia.org.pt/gaia-em-lisboa/sementeca-do-gaia/>
- Lusa. (2020). Seguranças tentam despejar voluntários de centro de apoio a carenciados em Arroios. TVI24. <https://tvi24.iol.pt/sociedade/lisboa/seguranças-tentam-despejar-voluntarios-de-centro-de-apoio-a-carenciados-em-arroios>
- Silva, H. T. (2020). Feridos, gás pimenta, bastonadas, carga policial: o despejo de um centro de apoio a carenciados em Lisboa. Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2020-06-08-Feridos-gas-pimenta-bastonadas-carga-policial-o-despejo-de-um-centro-de-apoio-a-carenciados-em-Lisboa>
- TSF. (2020). Despejo de centro de apoio a carenciados termina em confrontos com a polícia. TSF. <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/despejo-de-centro-de-apoio-termina-em-confrontos-com-a-policia-12291245.html>
- Ubuntu-PT. (s.d.). Quem somos?. Comunidade Ubuntu Portugal.  
<https://ubuntu-pt.org/a-comunidade/quem-somos>
- White Market Podcast. (s.d.). About. White Market Podcast.  
<https://www.whitemarketpodcast.eu/about>



## Referências bibliográficas

- Amaro, R. R. (2009). A Economia Solidária da Macaronésia — um novo conceito. *Revista de Economia Solidária*, 1. pp. 11-28
- Arendt, H. (1998 [1958]). *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press
- Arrigone, S. (2009). Communities and bazaar: the open model from Linux to Wikipedia. *Communities in Action: Papers in Community Informatics*, 194
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. New Jersey: Prentice-Hall
- Barker, E. (1968) *The Politics of Aristotle*. London: Oxford University Press
- Bauwens, M. (2005). The Political Economy of Peer Production. *Ctheory Journal*. <http://www.ctheory.net/articles.aspx?id=499>
- Bischoff, M. (1995). L'humanité a-t-elle toujours "travaillé"? *Théologiques*, 3(2), 45-69.
- Boyle, J. (2003). The Second Enclosure Movement and the Construction of the Public Domain. *Law and Contemporary Problems*, 66(1&2), 33-74. <http://www.law.duke.edu/pd/papers/boyle.pdf>
- Brouwer, R. (1995). Baldios and common property resource management in Portugal. *Unasylva*, 46(180), pp. 37-43
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Caffentzis, G., Federici, S. (2014). Commons against and beyond capitalism. *Community Development Journal*, 49(1), 92–105 <https://doi.org/10.1093/cdj/bsu006>
- Cappellari, L., & Turati, G. (2004). Volunteer labour supply: the role of workers' motivations. *Annals of public and cooperative economics*, 75(4), 619-643
- Castells, Manuel (2000). *The Information Age: Economy, Society and Culture, Volume I - The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell
- Chagas, E. F. (2011). A natureza dúplice do trabalho em Marx: Trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. *Revista Outubro*, (19). pp. 61-80.
- Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta Editora
- Dardot, P., Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo Editorial.
- Deci, E., Ryan, R., & Koestner, R. (1999). A Meta-Analytic Review of Experiments Examining the Effects of Extrinsic Rewards on Intrinsic Motivation. *Psychological Bulletin*, 125 (6), 627-668
- Dyer-Witheford, N. (2001). Nintendo Capitalism: Enclosures and Insurgencies, Virtual and Terrestrial. *Canadian Journal of Development Studies*, 22, 965-996
- Evans, Peter. (2005). The New Commons vs. the Second Enclosure Movement: Comments on an Emerging Agenda for Development Research. *Studies in Comparative International Development*, 40(2), 85-94. <http://socrates.berkeley.edu/~tboas/evans.pdf>
- Firth, C., Pearson, D. (2010), "Analysing the 'community' aspects of community gardens in the United Kingdom", comunicação apresentada na Community Garden Conference: promoting sustainability, health and inclusion in the city. Universidade de Canberra, Canberra. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.471.5496&rep=rep1&type=pdf#page=146>
- Gollain, F. (2000). *Une critique du travail*. La découverte.
- Gonçaves, R. (2014). *Hortas urbanas. Estudo de caso de Lisboa*. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10400.5/6809>
- Gorz, A. (1985). *Paths to Paradise: On the Liberation from Work*. London and Sydney: Pluto Press, 1985
- Harvey, D. (2011). The Future of the Commons. *Radical History Review*, (109), 2011, 101-107.
- Hess, C. (2008). Mapping the New Commons. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1356835>
- Homs, C. (2012). La recherche du reflet (à jamais) perdu de l'économie dans les sociétés précapitalistes – Pour une critique de l'anthropologie économique. 1ère partie: Critique du substantivisme économique de Karl Polanyi. *Sortir de l'économie* (4). 140-194.

- Kostakis, V. (2013). At the Turning Point of the Current Techno-Economic Paradigm: Commons-Based Peer Production. Desktop Manufacturing and the Role of Civil Society in the Perezian Framework. *TripleC-Communication, Capitalism & Critique*, 11(1), 173-190
- Lakhani, K. R., & Wolf, R. G. (2005). Why Hackers Do What they Do: Understanding Motivation and Effort in Free/Open Source Software Projects. Em J. Feller, B. Fitzgerald, S. Hissam, & K. Lakhani. *Perspectives on Free and Open Source Software*. Cambridge MA: MIT Press
- Latouche, S. (2005). *L'invention de l'économie*. Paris: Albin
- Laville, J.-L., & Gaiger, L. I. (2009). Economia Solidária. Em Cattani, A., Laville, J.-L., Gaiger, L. I. e Pedro Hespanha, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. (pp. 162-168). Coimbra: Edições Almedina
- Linebaugh, P. (2012) Enclosures from the bottom up, in D. Bollier and S. Helfrich (eds.). *The Wealth of the Commons: A World Beyond Market and State*, Leveller Press, Amherst. pp. 114 – 124
- Lohmann, R. A. (1992). The Commons: A Multidisciplinary Approach to Nonprofit Organization, Voluntary Action, and Philanthropy. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 21(3), 309–324
- Luxemburgo, R. (1988). *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- Machado, N. (2017). A “invenção do trabalho”: historicidade de um conceito nas obras de André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche. *Caderno CRH*, 30(81), 453-478
- Malinowski, B. (1989 [1922]), *Les Argonautes du Pacifique occidental*. Gallimard
- Marx, K. (1932 [1844]). *Economic & Philosophic Manuscripts of 1844*. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Economic-Philosophic-Manuscripts-1844.pdf>
- Marx, K. (2011 [1867]). *O Capital [Livro I], o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial
- Mauss, M. (2002 [1950]). *The gift: The form and reason for exchange in archaic societies*. Routledge.
- Méda, D. (2007). Qué sabemos sobre el trabajo?. *Revista de Trabajo*, 3(4), 17-32.
- Méda, D. (2010). *Le Travail. une valeur en voie de disparition?*. Flammarion.
- Midnight Notes Collective. (1990). The new enclosures. *Midnight Notes*, 10, 1-9.
- Murawski, M., & Rendell, J. (2017). The social condenser: a century of revolution through architecture, 1917–2017. *The Journal of Architecture*, 22(3), 369-37. <https://doi.org/10.1080/13602365.2017.1326680>
- Negri, A., Hardt, M. (2009). *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. London: Penguin Books
- Orsi, Cosma. (2009). Knowledge-Based Society, PeerProduction and the Common Good. *Capital and Class*, 33(1), 31-51
- Paizinho, C. & Ferreira, M. F. (2017). Práticas de economia solidária em iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa. Os casos do Vale de Chelas, da Alta de Lisboa e da Horta do Baldio. In Associação Portuguesa de Horticultura (Ed.), *I Colóquio Nacional de Horticultura Social e Terapêutica*. (pp. 53-61). Associação Portuguesa de Horticultura
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. SAGE Publications
- Polanyi, K. (2012 [1944]). *A Grande Transformação*. Lisboa: Edições 70
- Ribeiro, A. (2011 [1958]). *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Bertrand Editora
- Sande, M. (2017). The Prefigurative Power of the Commons. Em G. Ruivenkamp, & A. Filton (Eds.), *Perspectives on Commoning: Autonomist Principles and Practices* (25-63). London: Zed Books
- Santos, F. (2012). *Hortas urbanas de iniciativa comunitária: participação e desenvolvimento: dois casos de estudo*. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/7842>
- Selznick, P. (1949). *TVA and the grass roots: a study in the sociology of formal organization*. Berkeley: University of California Press.
- Sennet, R. (1998). *The Corrosion of Character: the personal consequences of work in the new capitalism*. New York: Norton.
- Singer, P. (2018). *Ensaio sobre economia solidária*. Coimbra: Almedina
- Söderberg, J. (2007). *Hacking Capitalism: The Free and Open Source Software Movement*. London: Routledge.
- Stewart, B., & Ju, B. (2020). On Black Wikipedians: Motivations behind content contribution. *Information Processing & Management*, 57(3), 102134. <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2019.102134>

- Teddlie, C., & Yu, F. (2007). 'Mixed Methods Sampling: A Typology with Examples', *Journal of Mixed Methods Research*, 1, 77–100
- Thompson, A. M., & Bono, B. A. (1993). Work without Wages; the Motivation for Volunteer Firefighters. *American Journal of Economics and Sociology*, 52(3), pp. 323–343
- Velho, G. (1981). *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Velho, G. (1994). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Villamayor-Tomas, S., & García-López, G. (2018). Social movements as key actors in governing the commons: Evidence from community-based resource management cases across the world. *Global Environmental Change*, 53, 114–126. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.09.005>
- Weber, M. (2013 [1905]). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. London: Taylor and Francis
- Weber, M. (2019 [1921]). *Economy and society: A new translation*. Harvard University Press
- Wright, E. O. (2010). *Envisioning Real Utopias*. London and New York: Verso.
- Xu, B., & Li, D. (2015). An empirical study of the motivations for content contribution and community participation in Wikipedia. *Information & Management*, 52(3), 275–286. <https://doi.org/10.1016/j.im.2014.12.003>
- Yang, H.-L., & Lai, C.-Y. (2010). Motivations of Wikipedia content contributors. *Computers in Human Behavior*, 26(6), 1377–1383. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2010.04.011>
- Yoon, Y. (2018). Gangjeong Village 'Jikimis' as Commoners: For a commons paradigm-based social movement theory. *Development and Society*, 47(2), 237-259. <http://www.jstor.org/stable/90022839>



# Anexos

## Anexo A – Guião de tópicos orientadores

1. Idade
2. Género
3. Escolaridade
4. Sustento
5. Percurso (e em que outros projetos participa)
6. Modo de organização do projeto
7. Rendimentos com o projeto?
8. Relação com espaços onde atuam
9. Autonomia em relação a outras entidades
10. O que levou à adesão ou criação do projeto?
11. Razões diferentes em diferentes projetos?
12. Dedicção
13. Gostaria de se dedicar mais? (Se não tivesse que trabalhar?)
14. Sacrifica algo de que goste a favor do projeto?
15. Inserção no projeto de vida pessoal/aspirações
16. Qual a importância de sentir que outras pessoas usufruem daquilo que faz?
17. O que acontece e motiva mais, autonomia individual ou decisões coletivas?
18. Responsabilização potencia dedicação?
19. Importância da sociabilização
20. Importância do reconhecimento
21. Semelhanças com emprego
22. Atividade no currículo tem importância?
23. Diferenças com emprego para além da remuneração
24. Atividade serve como fuga ao emprego?
25. Alguma coisa mais que deseje transmitir

## Anexo B — Caracterização completa das/os entrevistadas/os e dos seus projetos<sup>40</sup>

A *Eline* tem 36 anos, é licenciada e trabalhadora independente. Conheci-a na WikiCon (uma conferência nacional da Wikipédia). Participa no grupo informal WikiEditorasLx. O objetivo deste grupo é incentivar grupos sociais cuja representação no conjunto dos editores da Wikipédia é muito menor do que a proporção real na população, especialmente mulheres e, assim, contar as histórias e visibilizar pessoas desses mesmos grupos sociais, historicamente invisibilizadas, ou cuja história apenas é contada da perspectiva e de acordo com os interesses dos grupos sociais mais poderosos.

O *Delfim* tem 65 anos, é licenciado e pensionista. Durante a vida profissional trabalhou por conta de outrem. Também o conheci na WikiCon e entrevistei-o por ser editor, de forma individual, na Wikipédia.

O *Marcos* tem 37 anos, é licenciado e trabalha por conta de outrem. Quando falei com ele pela primeira vez ele era presidente da Associação Nacional de Software Livre (ANSOL) – que, entretanto, deixou de ser – tendo sido recomendado por várias pessoas do movimento. Esta associação tem como objetivo “a divulgação, promoção, desenvolvimento, investigação e estudo da Informática Livre e das suas repercussões sociais, políticas, filosóficas, culturais, técnicas e científicas” (ANSOL, 2015). O Marcos também é membro da Associação D3 – Defesa dos Direitos Digitais, que se dedica à “defesa dos direitos fundamentais no contexto digital” (D3 - Defesa dos Direitos Digitais, s.d.).

O *Sílvio* tem 41 anos, é mestre e trabalha por conta de outrem. Participa muito ativamente na comunidade Ubuntu Portugal, um grupo informal, no qual organiza encontros mensais, grandes eventos mais pontuais e também faz um podcast semanal sobre o Ubuntu e outros temas relacionados com software livre (Podcast Ubuntu Portugal), para além de contribuir com código para softwares livres. No dia em que o entrevistei ele tinha passado recentemente a ser o presidente da ANSOL.

O *Sancho* tem 21 anos, é licenciado e é suportado pela família. Conheci-o na WikiCon e entrevistei-o por ele fazer parte do PrivaCity, um grupo de pessoas que se juntaram e decidiram criar uma associação para, através da investigação e ensino, consciencializar a população sobre a importância do direito à privacidade e dos ataques que cada vez mais o fragilizam. Também participa mais casualmente na Wikipédia.

A *Lívia* tem 31 anos, é mestre e trabalhadora independente. Conheci-a na WikiCon, depois de já ter ouvido falar dela várias vezes na comunidade Ubuntu-PT. Entrevistei-a por ela fazer o White Market Podcast - um podcast focado na divulgação de música e cultura livre, sob a licença Creative Commons,

---

<sup>40</sup> Apenas não foram modificados os nomes dos entrevistados que explicitamente pediram isso, e modificaram-se os nomes de alguns projetos por precaução.



que fala também do ativismo por liberdades e direitos digitais, tais como o código e o acesso aberto (White Market Podcast, s.d.). Participa também na comunidade Ubuntu-PT e no WikiEditorasLx.

O *Diogo* tem 24 anos, é licenciado, e trabalha por conta de outrem, mas também tem rendimento através da editora informal e independente de música “Rotten Fresh”, que foi a razão pela qual o entrevistei. Este projeto surgiu da ausência de uma editora focada no lado “mais futurista da música eletrónica, que a música eletrónica estava a viver, e ainda vive, a partir de 2010” e porque ele tinha muitos amigos que faziam música, colocavam nas plataformas de *streaming* mas não tinham edição, nem visibilidade, nem distribuição. Para além disso, os seus álbuns não se registados com direitos de autor, pois o projeto sempre se manteve “num princípio meio DiY, meio anti-sistema”.

O *Marino* tem 34 anos, é mestre e trabalha por conta de outrem. Participa na cooperativa artística PENHA SCO - que é o espaço onde as WikiEditorasLx se reúnem habitualmente (foi através delas que cheguei a ele) -, que surgiu com o objetivo de ser um espaço auto-sustentável de produção e difusão artística comunitária, capaz de dar algum retorno financeiro para manter os membros vinculados mas sem que esse rendimento fosse o principal dos participantes, conseguindo assim preservar a liberdade de criação.

O *Teófilo* tem 23 anos, é licenciado e suportado pela família. Faz parte da Horta Verde, uma horta comunitária, que é um projeto de uma associação. Essa associação, por sua vez, surgiu da necessidade, por parte de um grupo de jovens, de dinamizar culturalmente uma vila - que não dava estímulo, não fomentava nem criava oportunidades para os artistas mostrarem a sua arte. O projeto teve também como pilares a promoção do pensamento crítico, da cidadania participativa e da sustentabilidade. A horta surge sobretudo como a materialização deste último pilar, mas contendo em si todos os outros, especialmente tendo em conta que a associação nunca conseguiu ter uma sede e, portanto, faz todos os seus eventos na horta – que está num terreno ocupado -, desde debates a concertos.

A *Carminda* tem 39 anos, é mestre e trabalha por conta de outrem. É responsável pela criação e manutenção (suporte) da Sementeca. A Sementeca é um projeto informal que pretende ser uma biblioteca de sementes, ou seja, uma plataforma de armazenamento da qual as pessoas levam uma semente, aprendem sobre a sua origem e forma de cultivo e, no fim do seu ciclo natural, é esperado que “devolvam” algumas sementes novas. Outro objetivo do projeto é também dinamizar eventos e oficinas, consciencializando para a importância das sementes livres de patentes e de químicos (GAIA, s.d.). A Carminda também participa no espaço GAIA e na Campanha pelas Sementes Livres.

O *Gennaro* tem 27 anos, é mestre e trabalha por conta de outrem. Entrevistei-o por ele ser um dos voluntários da Cicloficina dos Anjos — uma associação que gere uma oficina comunitária de bicicletas e fornece ferramentas e ajuda de forma gratuita, de modo a fortalecer a autonomia dos utilizadores de bicicleta, “ensinando-os a regular, ajustar, afinar e manter as suas bicicletas, manter a

sua segurança e o seu conforto, com vista a fomentar um maior uso da bicicleta na cidade”, e tem ainda como objetivos animar a rua e a vida coletiva do local onde se insere e fortalecer as relações da comunidade (Cicloficina, s.d.). Quando vivia em Milão também participava numa Cicloficina.

A *Noémia* tem 23 anos, é licenciada e trabalha por conta de outrem. Participava na Seara (antes de esta ser despejada), um centro social ocupado (num edifício que antes estava devoluto e entregue à especulação) com o objetivo de dar apoio e abrigo às pessoas que não o tinham, durante a emergência social que se vivia no período mais intenso do confinamento.

O *Fabiano* tem 34 anos, um curso profissional e é trabalhador independente. Participou no Estamos Juntos, um movimento de entreajuda e autogestão baseado nos princípios da solidariedade, união, auto-suficiência, apoio-mútuo e solidariedade, que teve um novo ímpeto durante o período mais intenso de confinamento. Este movimento angaria fundos, através de eventos que organiza ou donativos que recebe em dinheiro e em géneros para distribuir por quem mais precisa - especialmente pessoas sem documentação que não têm o apoio das instituições -, e suporta custos de lutas e resistências contra agressões do estado ou da polícia. O movimento pretende criar relações e estruturas horizontais onde toda a gente, envolvendo-se livremente, sinta que o movimento é seu.

## Anexo C – Excertos da análise de conteúdo das entrevistas

### Anexo C1 – Esforços de justiça política no interior dos projetos

Eline	“É uma ideia mais de continuarmos a encontrar-nos, promovermos mais mulheres a virem editar para reduzir a disparidade de género na Wikipédia, e também aumentarmos a visibilidade de pessoas invisibilizadas no geral (...), que normalmente estão associadas às questões de género e de racialização, de origem, de geografia, de orientação sexual. Portanto, são esses os nossos objetivos”
Marcos	“Nós tentamos não fazer três eventos seguidos em Lisboa, por exemplo, porque queremos ter o âmbito nacional, e, portanto, temos de estar um bocado em todo o lado”
Noémia	“ <i>Sem-abrigo participavam?</i> Não todo mundo, mas sim, tinha várias pessoas que sim, mínimo de cinco. E depois tinha algumas que iam à assembleia e nunca falavam nada. Mas um dia falou uma coisa e ficou aí”
Fabiano	“Aquela pessoa depois vem participar contigo numa atividade, e isto ainda faz com que a pessoa se envolva mais, e que sinta que está realmente num processo de entreajuda, e que ela não é beneficiária mas é parte ativa também do movimento”
Marino	“A gente tem cooperadores que são freelancers [de profissão], [e] a gente tem cooperadores que são empregados [com contrato, na sua profissão]. Os cooperadores que são empregados, por enquanto estão a trabalhar pro-bono, então sou eu e mais um cooperador pro-bono. Os projetos que entram tentam, de alguma forma, dar algum retorno para os freelancers, que têm um outro tipo de orçamento”
Genaro	“[A Cicloficina] organiza a cada mês as sessões da <i>Femina</i> . É um dia por mês, que acontece fora dos horários normais, e é uma sessão da Cicloficina aberta só a mulheres. As voluntárias são mulheres, e as pessoas que vêm arranjar a bicicleta são

só mulheres. Isso é uma prática muito interessante, e o objetivo primário é criar um ambiente seguro, e um ambiente onde uma mulher que, se calhar, numa sessão normal, não se sentiria à vontade, para que ela se sinta à vontade (...). Há mulheres que, efetivamente, só pelo facto de estar numa oficina, que socialmente é masculina, não se sentem à vontade, inconscientemente (...). Tipo, uma mulher que está a despertar umas coisas, está perto de um voluntário homem, se calhar ela sente-se julgada, inconscientemente, e acaba por dizer, «ok, não consigo fazer, faz tu». Se calhar também conseguiria perfeitamente. Então, é super importante ter uma abordagem deste tipo. É fixe porque depois que me explicaram isso eu comecei a fazer uma coisa interessante: se eu ajudar uma mulher, eu pergunto sempre «Houve uma maneira de eu ser, uma maneira de eu dar-te direções para fazer as coisas, que não te fez sentir à vontade?». Isso é uma procura que eu estou a fazer (...), porque também (...), às vezes, as ações podem ser recebidas de uma forma estranha (...). É só ela dizer «olha, neste [período] pequenino, ou toda a sessão que me ajudaste, estiveste a fazer isto que se calhar era melhor tu não teres feito. Teria sido melhor se não tivesses feito»”

## Anexo C2 – Razões circunstanciais para a participação

Fabiano	“Em determinado momento da minha vida estava a viver também eu numa periferia (...), e o meu trabalho também era em bairros sociais e eu andava muito à volta, isto era a minha vida (...), então isto foi um processo natural para mim, de também dedicar o meu dia-a-dia a este projeto”
Lívia	“Eles acabaram por acontecer um bocadinho de forma mais ou menos accidental. Eu não acordei um dia a pensar «ah, hoje vou juntar-me à comunidade ubuntu Portugal», foram coisas que acabaram por acontecer. No caso do Ubuntu (...) conheci um elemento da comunidade (...), essa pessoa disse «olha vai haver um evento, porque é que não apareces?», e eu apareci (...). E as WikiEditoras também foi... Quer dizer eu não sabia que elas existiam até àquele evento no Porto (...), mas lá está, eu acho que se aquele evento não tivesse corrido muito bem, ou se eu não achasse que as pessoas que estavam lá eram simpáticas, ou se eu não me tivesse sentido bem-vinda ou por aí fora, se calhar não tinha ficado por lá”
Carminda	“Havia um grupo de amigos que estava a fazer uma proposta que era esta do «Plantei Eu», que era para fazer um site, uma plataforma de troca de sementes, em modo site. Nessa altura, eu integrei a equipa (...). No meio desse projeto, e também das investigações que se fizeram na altura, eu dei com esta ideia de bibliotecas de sementes, que já existem em França, nos EUA”
Eline	“Foi espontâneo (...). Dessa editatona eu disse que gostava de continuar, perguntei se não podíamos continuar a juntar-nos para editar. A [outra integrante] já tinha essa vontade há imenso tempo, e então nós começámos (...). Entretanto, quando [mais uma integrante] apareceu, passámos a ter um grupo constante de três pessoas, que eu acho que foi isso também que ajudou a consolidar”

## Anexo C3 – Dedicção que os entrevistados dão aos projetos

Marino	“No mínimo 2 horas por dia (...), mas aí é aquela coisa (...) muito em função da carga horária de cada projeto”
Lívia	“Depende das alturas, depende dos projetos. O meu podcast chegou a servir como a minha tese de mestrado, portanto nessa altura era o que eu fazia a tempo inteiro praticamente (...) eu tornei o podcast na minha tese de mestrado em parte porque era uma maneira de eu conseguir dar prioridade àquilo na minha vida (...). Nas WikiEditoras (...) até acho que tenho contribuído bastante, e acho que em termos de tempo tem sido um compromisso saudável”
Marcos	Eu tendo tempo, que é uma coisa que normalmente falta mais a este tipo de associações, [contribuo] (...). Eu quero ter menos responsabilidade na ANSOL porque a responsabilidade dá stress, e dá um conjunto de outras coisas que não é muito fácil coordenar com o resto da vida de uma pessoa.
Carminda	“Agora menos (...), acho que isto começa a ser... a ir por si próprio”

Delfim	“Eu acho que é bastante tempo (...). Depende dos dias e depende também às vezes do tal projeto, do artigo, da lista (...), e depois aí pode levar um incentivo pessoal maior, enquanto não chegar ao fim é uma coisa que me obrigo a mim próprio a tentar fazer. Depois quando chego ao fim há uma certa acalmia até haver um novo projeto”
Gennaro	“Acho justo. Aquelas duas horas que acabam por ser três, quatro, são proporcionais, são um compromisso fixe”
Fabiano	“Houve várias fases (...), tivémos aqui um momento inicial que éramos um coletivo grande e que nos reuníamos quase semanalmente (...). Houve aqui uma altura em que o coletivo diminuiu um bocadinho, e tive que redobrar os meus esforços (...). Aí era diário, e havia todo um investimento (...). [Agora] já é uma rede, não tanto sermos um núcleo a puxarmos tudo o que acontece, então para mim individualmente sinto que não tenho que ter tanto trabalho, tanto esforço com a coisa, e não estou disponível para ter esse trabalho pela minha vida pessoal também”
Diogo	“É muita, mas não demasiada, eu também quero ter a minha vida privada (...). É estável, é uma relação estável. Eu tenho ainda muita motivação e a minha entrega a este projeto é mesmo muita, mas eu acho que não é demasiada. Não estou a ficar maluco. Envio muitos e-mails, falo com muita gente, mas também há dias em que não falo com ninguém e não envio nada para ninguém”
Sancho	“Essencialmente <i>part-time job</i> (...). Diria, trinta e cinco por cento ou assim, da minha capacidade de agir em relação às coisas.
Eline	“Claro que agora houve um pico de dedicação, mas a minha ideia é cingir o meu foco à Wikipédia nos meus encontros quinzenais. Não quer dizer que volta e meia não tenha um tempo livre e não me dê vontade de pegar e traduzir um artigo, ou fazer um artigo novo ou qualquer coisa, mas a ideia é fazer naqueles momentos em que estamos juntas”

#### Anexo C4 – Dedicção que entrevistados gostariam de ter

Sílvio	“Não me importava nada (...). No dia em que a Canonical me telefonar [a dizer] que me paga um ordenado para que eu fique dedicado única e exclusivamente a questões da comunidade, e isto não é nada do outro mundo (...), eu gostaria de fazer esse trabalho, não me importaria nada, era um trabalho que me agradava bastante (...). Evito que isso afete muito a minha vida pessoal, tenho que fazer ali um «q.b.»”
Marcos	“Um dos maiores problemas que acontece nestas associações, é que estas associações são cronicamente inviáveis dentro do nosso sistema de sociedade (...). Para uma associação destas funcionar completamente, nós não podíamos ser todos voluntários, a associação precisava de ter funcionários (...). Percebes, sem grande dificuldade, que seria um trabalho que eu consideraria aceitar como emprego, mas há muitas mais pessoas (...), e sentir-se-iam contentes em ter um emprego que tem um impacto direto na sociedade”
Marino	“Não é uma questão de quantidade, é do que é que a gente está desenvolvendo. A gente está a desenvolver alguns projetos muito interessantes, que me deixam muito feliz. Não acho que é uma coisa, algum sonho de fazer só isso da vida”
Lívia	“Gostava [de me dedicar mais]... Sim, sim, sim... Gostava muito (...). Mas o problema nestas coisas (...) é que é impossível dar tudo aquilo que eu gostaria de dar. Também gostaria muito mais de ter um envolvimento mais ativo na D3, que não consigo ter porque a D3 também exige um nível de conhecimento, e o conhecimento requer tempo porque é preciso ir ler, é preciso ir à procura (...). Eu acho que de todos os projetos era aquele em que eu gostaria de estar mais envolvida, e acaba por ser aquele em que eu estou menos envolvida, porque realmente requer muito mais tempo e muito mais disponibilidade (...) mental.
Noémia	“Se tivesse tempo livre teria ido mais (...), talvez tivesse ido dois dias, para fazer escala, ou por exemplo os dias que não eram uma escala mas era para limpar, eu teria ido limpar”
Gennaro	“Se tivesse tempo... Não sei, acho que não, porque eu tenho bué interesses, não é só isto”
Diogo	“Eu gostava de me dedicar mais. Eu tento balancear, mas se me dessem oportunidade de me focar a 100% nisto, e se houvesse algum tipo de apoio, eu gostava de me dedicar mais a tudo [deste projeto], no geral”

Sancho	“Essencialmente part-time job (...). Diria tipo 35% ou assim, da minha capacidade de agir em relação às coisas. E é só isso porque ainda sou estudante afinal de contas”
Eline	“Sim, se eu pudesse dedicava-me mais, se eu não tivesse que trabalhar”

## Anexo C5 – Sacrifício que os entrevistados fazem pelos projetos

Marino	“Às vezes claro que dá sensações de sacrifício, ainda mais quando você tem um trabalho que tem um cariz comunitário, quando a gente olha pelo todo. Claro que existem questionamentos, mas não acho que seja nenhum lugar de dívida, nenhum lugar... Não, não... Tem um lugar de prazer também, tem um lugar de diversão”
Lívia	“Sacrificas sempre um bocadinho. Sempre que estás a fazer estas coisas é tempo que não estás com a tua família, ou que não estás com os teus amigos, ou que não estás a fazer algo que se calhar deveria ser prioritário. Mas eu acho que nos últimos anos tenho tentado encontrar um equilíbrio entre as várias coisas, e não vejo o meu envolvimento nestas coisas como um sacrifício, porque gosto”
Noémia	“Para mim isso não foi um sacrifício (...). Alguma noite que ficamos lá — acordei às nove da manhã e chego a casa às onze da noite — quando poderia estar descansando. É uma forma de ver isso: não é que doía, mas [podia ser visto como] um sacrifício”
Carminda	“Sacrifícios... nada de especial. É só dar o teu tempo, mas é porque eu quero. Se fosse uma coisa que eu sentisse que me estava a fazer muito mal, não fazia (...). Compensa, isto é tao fazível e tens resultados, tens essa gratificação. Não é espetacular, mas tem algumas coisas. As outras coisas são tão mais incertas, tão mais difíceis...”
Delfim	Digamos que o prazer de estar a elaborar aquilo é superior ao cansaço. Mas o cansaço quando chega, bom, «epá, já fiz dois ou três, agora vou parar, vou ver um bocado de televisão ou vou fazer uma caminhada ou coisa do género». Mas a diversão é muito maior que o cansaço, se bem que haja algum cansaço”
Gennaro	“Se calhar estar aqui segunda e quarta, todas as semanas, era cansativo. Só segunda-feira [não]”
Fabiano	“Simplesmente era viável dedicar-me daquela forma naquela altura. Os momentos em que me dediquei mais foram momentos que eu tive disponibilidade de tempo e mental para me dedicar da forma que me dediquei, e pronto, depois as coisas vão mudando (...). É bom que não dependa sempre dos mesmos, se os processos são coletivos é fixe também que os coletivos se renovem, se refresquem e que ganhem essas raízes. Como o projeto era ambulante, foi bom que ficasse cada semente e que agora esteja a ganhar raízes”
Teófilo	“Acho que não vejo dessa maneira. Quando vou lá aos eventos e quando estou lá a organizar, é porque gosto de estar lá e gosto de fazer as cenas”
Diogo	“Se sacrifico é porque gosto mais disso. Ou seja, se eu não gostasse, se eu não me estivesse a divertir, eu não fazia. A vantagem de ser uma editora independente é exatamente isso, é podermos fazer tudo o que nós quisermos sem (...) estamos dependentes de ninguém”
Eline	“Não diria sacrificar, mas obviamente que quando estou a dedicar tempo a isto do meu tempo livre, não estou a dedicar a outras coisas que também são importantes para mim (...). No entanto, também é um prazer. Se eu achasse que era um sacrifício não o faria”
Sancho	“Só o tempo que isto exige, e o trabalho de tentar fazer com que mais pessoas participem e tudo o mais desgasta bastante, e depois não sobra tempo para outros projetos que eu gostava de estar a fazer”
Marcos	“Está na altura de altura de tentar arranjar alguém que pegue na tocha antes que eu a deixe cair. Quer isto dizer que eu vou passar a contribuir menos para estas associações? Duvido. Aquilo que acho que vai acabar por

acontecer é que eu vou começar a contribuir de maneira diferente, e também vou começar a ter mais liberdade para pegar nas coisas que me dão mais gozo”

## Anexo C6 – Caracterização organizativa

Marino	“Somos um grupo de oito produtores culturais que trabalhamos em cooperativa, ou seja, nós temos igual obrigação e responsabilidade na cooperativa (...). Varia muito, cada cooperativa pode ter uma estrutura. Existe uma estrutura básica, muito parecida com de uma associação (...). No nosso caso, a gente tenta fazer de uma forma mais horizontalizada claro, onde parte trabalha com uma coisa, parte trabalha com outra, mas a parte da decisão a gente tenta trocar, até para a gente poder aprender”
Lívia	“A D3 tem [uma estrutura], porque é uma associação. A rádio Zero tinha uma estrutura (...). O podcast não tem estrutura, as Wikieditoras não têm estrutura. Quer dizer (...), têm 3 membros que organizam as edidatonas, mas depois as contribuições são todas muito orgânicas e há muito trabalho que é feito para além daquele momento de edição colaborativa que é feito de forma completamente orgânica e despreocupada com estruturas. E no Ubuntu-PT a mesma coisa”
Noémia	“Havia assembleias abertas, aconteciam uma vez por semana. Depois, as assembleias eram formadas por pessoas que estavam lá a participar ativamente, e formaram-se grupos de trabalho (...). Depois havia uma pessoa que fazia a mesa, a moderação, e outra pessoa que anotava a ata e passava no dia seguinte, e depois tivemos uma lista de e-mail, onde compartilhamos muitos e-mails, muita informação (...), e depois também criámos um grupo de Whatsapp que era mais para a comunicação do dia-a-dia (...). Tinha várias pessoas [sem-abrigo] que [participavam], mínimo de cinco, e depois tinha algumas que iam à assembleia e nunca falavam nada. Mas um dia falou uma coisa e ficou aí”
Marcos	“As reuniões da direção são abertas a todos os membros dos órgãos sociais (...). Não temos motivo absolutamente nenhum para não abrir a reunião a todos os sócios, e, aliás, temos com alguma regularidade sócios que, não pertencendo aos órgãos sociais, vão lá porque nós dizemos assim «vamos ter esta reunião, vamos falar sobre x», e o sócio x ou y está interessado nisto (...). É possível que nós possamos ter coisas a ganhar com o facto de abrir as reuniões a todos os sócios... Abrir quer dizer, formalmente, todas as semanas convidar aos sócios a dizer «olhem, vamos ter esta reunião aqui, às x horas, apareçam se quiserem», porque será uma forma de deixá-los aproximar-se (...). Por outro lado, também pode causar mais ruído (...). Se nós vamos ter um assunto (...) de repente está lá um sócio novo que não faz a mínima ideia do que é que estamos a falar, vamos ter que pelo menos dar contexto para fazer as pessoas perceberem o que se está ali a falar. Enfim, também pode causar mais entropia, ou talvez devêssemos ter dois tipos de reuniões, quer dizer, uma vez por mês ser aberta a todos. São possibilidades que a gente ainda não explorámos, mas se calhar fazia sentido”
Carminda	“A gente decide as coisas numa assembleia, temos autonomia total, esse tipo de coisas”
Delfim	“Não, não existe [hierarquia] (...). Existem os chamados administradores e outros tipos de editores que se propõem a desenvolver um trabalho de acompanhamento de tudo o que vai sendo publicado (...). Hierarquia, em termos de edição, enfim, qualquer pessoa pode editar um artigo desde que respeite as regras da notoriedade, das fontes (...). Agora, até mesmo quando um artigo é sujeito, ou pode estar sujeito a ser apagado por falta de notoriedade, por exemplo, o artigo pode ser objeto ainda de uma votação entre pares. Por exemplo, quando os artigos estão a ser escolhidos para ser artigo bom ou ser artigo destacado — artigo destacado é um artigo que depois recebe o acordo unânime dos editores, nomeadamente os editores com mais tempo (...). Digamos que se não se respeitam as regras há quem tenha possibilidade até de barrar a edição de uma pessoa. Depois de ser avisada e haver fundamento para isso, existem editores, os administradores por exemplo, que têm capacidade para limitar a edição a uma determinada pessoa. Uma pessoa que já está com conta aberta ou até mesmo eles têm capacidade de verificar por exemplo um IP ou saber o indicativo, ainda que a pessoa esteja a fazer as edições anonimamente (...). Podem até barrar o IP quando a partir de certo momento se nota que há vandalismo, mas as coisas nesse aspeto é quando são mais do que evidentes (...) É um poder forte (...). Em geral aqui as decisões procuram ser tomadas por consenso (...), havendo votações, se bem que não haja total unanimidade, procura-se seguir a regra de uma maioria nítida. Obviamente, se o administrador usar esse poder de forma indevida, depois ele deixa de ser administrador (...)”

	<p>“Diferente é a estrutura da Wikimedia Portugal, que é uma associação (...). Digamos que os membros da direção são ao mesmo tempo editores. Têm até ferramentas e são pessoas até com bastante experiência e conhecimento, mas como editores estão ao mesmo nível dos outros editores (...). Em termos de dição, a Wikimedia desenvolve por exemplo projetos como o Wiki Loves Monuments ou Wiki Loves... Aí digamos que há uma atividade da Wikimedia, para elaborar aquelas apresentações ou aquela publicidade que aparece quando nós acedemos às plataformas e aparece aquele aviso «ah, está a decorrer este concurso de fotografia». Aí desenvolvem essa atividade, mas não como superintender ou a dirigir aquilo que se cria, os artigos que se criam. Tem alguma influência, indiretamente, quando promovem um concurso (...), é evidente que isso vai ter consequências na produção e no aparecimento de imagens no [Wiki]Commons. Mas eles estão a promover, estão a ajudar, não estão a dizer. Até podem elaborar listas a dizer «temos estes monumentos, mas destes não temos», uma lista, por exemplo, com imagens ou não. Podem estar a sugerir”</p>
Gennaro	<p>“Este projeto é um coletivo horizontal de pessoas. Cada pessoa tem o mesmo poder de decisão que uma pessoa que esta aqui há imensos anos (...). Particpei a escrever a algumas regras, porque nas reuniões normais da Cicloficina podem-se levantar questões (...), isso gera um ponto de discussão nas reuniões que temos como coletivo e se for preciso gerar uma regra dessa discussão, gera-se. E normalmente é feito por votação, por maioria”</p>
Fabiano	<p>“O facto de sermos os nossos próprios padrões (...), sabes que podes propor coisas, sabes que és uma parte importante. Não és uma mão, não és um mero executor, és uma parte do cérebro deste mecanismo grande que temos”</p> <p>“Foi ideológico na forma, na estrutura, na estratégia, como nos organizávamos uns com os outros (...). Nós encontrávamos-mos várias vezes, tínhamos várias reuniões e organizávamos um bocado um calendário (...). Falávamos um bocado de quais eram as nossas vontades em relação ao movimento, um bocadinho para onde é que sentíamos que poderíamos ser ativos. Consoante as atividades que íamos fazer (...) — já havia pontes com estes sítios, mas era então ativar essas pontes e criar um momento para fazer a coisa acontecer lá, em conjunto com as pessoas do sítio. Em relação à distribuição dos cabazes dos alimentos, ou de brinquedos, ou de roupa, organizávamo-nos neste núcleo, mas depois tentávamos reunir com outras pessoas desses sítios, para criar equipas para distribuir, e era um bocado essa a nossa estrutura”</p>
Teófilo	<p>“[Participação é aberta] a todas as pessoas, isso sempre foi algo, aliás, que nós até sempre nos esforçámos para puxar mais pessoas (...). Tínhamos sempre, todos os domingos eram os domingos na horta, que era basicamente um dia em que o pessoal sabia que estariam pessoas na horta e que se quisesse ir para lá ter um primeiro contacto e conhecer o projeto e o pessoal, que garantidamente estavam lá pessoas a trabalhar, da associação e pessoal da horta (...). Nós reunimo-nos, sempre que necessário, de forma a discutir os rumos da horta, como gerir. Cada um contribui com as suas perspetivas e com o seu conhecimento para contribuir para um projeto melhor. Ou seja, eu aprendi qualquer coisa que seria bom fazer para o projeto, e eu nessas tais reuniões comunitárias exponho essa perspetiva e espero pela reciprocidade das outras pessoas. Se o pessoal concordar essa minha ideia e a ideia dessas pessoas vai avante (...). O pessoal vai aprendendo por si e vai partilhando esse conhecimento (...). É necessário às vezes termos atas. É bué a cena do «ok, precisamos de reunir». Em situações normais reunimos uma vez por semana, para discutir as atividades e o futuro etc., planeamos todos a vida da associação”</p>
Diogo	<p>“Fazemos reuniões (...). Tem que ser sempre tudo falado, e todas as pessoas com quem eu falo, eu marco em pré-edição, eu mando para o chat de grupo «eu estou a falar com esta pessoa, ouçam aí, o que é que vocês acham». Há sempre um debate a priori de tudo. Nunca sou só eu ou o outro a tomar a decisão toda sozinho e depois um vai e «então, isto é o quê?». Isso nunca aconteceu. Ou seja, é sempre em prol do coletivo (...). Temos todos as mesmas funções, mas depois as nossas aptidões acabam por nos levar para caminhos diferentes”</p>
Sancho	<p>“Da maneira como funciona a nossa associação, é tudo muito à base das decisões coletivas. Tentamos, sempre que possível, chegar a um consenso. Temos menos de um ano de existência — enquanto associação oficialmente. Quase dois anos enquanto grupo que foi crescendo, mas ainda não somos muitos, portanto as tarefas... ainda não temos <i>division of labor</i>, ou seja, ainda acabam as pessoas todas por misturar um bocado as suas tarefas e certas pessoas, um número baixo, acabam por ter que fazer muitas coisas diversas, porque se não fizerem isso, as coisas não avançam. Mas acho que isto acontece em todas as organizações (...). Em termos de decisões, toda a gente tem o mesmo poder de voto. O que eu acho que acaba por acontecer é, como a participação é baixa em certas coisas, as pessoas que estão mais envolvidas essencialmente são as únicas que estão presentes para tomar decisões. Mas nós tentamos fazer tudo de forma transparente, nós encontramos semanalmente para fazer decisões, e para falar, e tomamos notas do que é que está a acontecer, e explicamos tudo de modo que outras pessoas possam intervir, e discutir se se opuserem a qualquer coisa”</p>

Sílvio	“Naturalmente tens sempre que ter alguém que tome mais a dianteira aqui ou ali, ou que tente de alguma maneira coordenar”
--------	---

## Anexo C7 – Relações entre os projetos (e seus participantes) e o mercado de trabalho

Sílvio	<p>“Eu quando escolho ter alguns hobbies, não é mais emprego”</p> <p>“O facto de isto não ser uma obrigação faz com que a tua atitude seja outra também, consigas se calhar desfrutar bastante mais do que se tu tiveres (...) [que depender disso]. Não fizemos de todo aquilo para ter algum tipo de retorno financeiro, a não ser o encher o coração e olhar para as pessoas e para a cara de satisfação das pessoas, e a nossa esperança é que daqui a dez anos ainda se fale da Ubucon que se fez em Sintra. Mas lá está (...), no dia em que me disserem que eu consigo ser um funcionário da Ubucon e a minha única tarefa é organizar a Ubucon Europe em vários países da Europa, eu se calhar vou olhar, se aquilo providenciar uma dignidade financeira, e se aquilo for compatível com os meus padrões de vida em termos profissionais, eu não vejo isso como uma coisa má”</p> <p>“Eu sentir-me-ia insultado se no final da Ubucon alguém chegasse ao pé de mim com um envelope com uma nota de vinte euros lá dentro (...). Agora, nós não fizemos uma coisa muito diferente (...), a forma que nós arranjámos de dividir parte dos lucros da Ubucon foi organizarmos um almoço no final (...). Acho que é muito mais agradável (...). Se eu cobrasse cada hora do meu trabalho na organização da Ubucon, os patrocinadores que nós tivemos não pagavam sequer os meus honorários (...). Eu prefiro trabalhar à borla do que trabalhar muito barato. Porque trabalhares à borla chamas-lhe voluntariado, trabalhares muito barato estás a desvalorizar o teu trabalho”</p>
Marino	<p>“Eu trabalho com produção cultural já há muitos anos, e no último projeto que desenvolvi, percebi que queria desenvolver uma coisa que tivesse uma liberdade económica para poder experimentar outros lugares, poder experimentar outras relações, outras relações financeiras, outras dependências (...), que é esse lugar que a gente está descobrindo agora, que é um lugar que é uma fonte de renda, mas ao mesmo tempo não é a fonte de renda primária dos participantes, então a gente está aí mapeando ainda quais são as possibilidades para não perder essa liberdade de criação”</p> <p>“O background que eu tenho de ter desenvolvido todos os projetos que eu desenvolvi, de estar trabalhando já há dez anos com produção cultural, claro que me dá inputs e soluções para as questões que a gente vive na cooperativa”</p> <p>“A gente tem cooperadores que são <i>freelancers</i> [no mercado de trabalho], a gente tem cooperadores que são empregados [com contrato]. Os cooperadores que são empregados, por enquanto estão a trabalhar <i>pro-bono</i>, então sou eu e mais um cooperador <i>pro-bono</i>. Os projetos que entram tentam de alguma forma dar algum retorno para os <i>freelancers</i>, que têm um outro tipo de orçamento (...); eu trabalho aqui como voluntário por enquanto”</p> <p>“Mesmo sendo voluntário é trabalho. Trabalho voluntário. A gente tem que tomar cuidado com isso, «já é voluntário não é trabalho...» Não, não, é trabalho! (...) Cansa, dá prazer, a gente não precisa de separar as coisas”</p>
Lívia	<p>“Se eu não tivesse que trabalhar para poder sobreviver era a melhor coisa que me acontecia, porque passava a ter tempo para fazer estas coisas todas (...) sem restrições. Isso para mim era ouro sobre azul”</p> <p>“Estou a tentar começar um projeto editorial meu, e a inspiração base está ligada a todos estes movimentos do conteúdo aberto e do software livre”</p>
Noémia	<p>“Tudo é um trabalho no sentido de investir energia, fazer coisas (...). Mas, para mim é muito separado, porque não tenho um sentimento com o trabalho (...) e sim tenho muitos [sentimentos] pela ação social”</p> <p>“Eu tenho muitas habilidades que eu aprendi no estudo, no estudo — em teoria para o emprego — que eu aplico nos movimentos sociais. E tem muitas coisas que eu tenho aprendido nos movimentos sociais que aplico no emprego, a nível de trabalho em equipa por exemplo, a nível da informática, de como mexer nos computadores, e por isso eu tenho aprendido num lugar ou outro que aplico nas duas”</p>



	<p>“O emprego devia [supostamente] ser uma grande motivação, devia ter perspectivas de carreira (...), mas eu não entendo isso assim (...). É muito importante a participação social (...), é uma coisa mais principal para quem eu sou do que o trabalho”</p> <p>“Não gosto de usar o termo voluntário nestes contextos (...). Eu quero formar parte dos projetos do começo, ajudar a defini-lo e a sentir-me tão parte como as pessoas que vão vir depois e as que estiveram antes (...). Participar nos processos de configuração desse projeto”</p>
Marcos	<p>“Emprego é aquilo que faz com que eu tenha a qualidade de vida que tenho (...), e o trabalho de associativismo é muito mais importante, pelo impacte muito mais importante na sociedade do que o meu trabalho que me paga um salário”</p> <p>“Há muitas coisas que isto acaba por ser um bocado lazer. Lazer no sentido de ser aquilo que tu fazes no teu tempo livre porque podes, e são coisas que até te sentes bem porque causam impacto (...). Mas muito daquilo que acabas por fazer é trabalho na realidade, e mói, e cansa, e quando estás há muitos anos a fazer isto, pode dar em <i>burn-out</i>”</p> <p>“Se eu não tivesse que trabalhar, eu trabalhava mais, ou trabalhava diferente. Se eu não tivesse de ter um emprego, eu acabaria provavelmente por trabalhar a tempo-inteiro para estas associações. E era uma coisa que provavelmente ia-me dar muito mais gozo (...). Por um lado, não me roubava tempo, e, portanto, continuava a ter tempo pessoal e essas coisas todas que até são boas para desanuviar a cabeça, mas também porque não precisava de parar naquilo que é obrigatório, e podia ir para aquilo que é opcional. E aquilo que é opcional normalmente é o que dá gozo (...). O trabalho destas associações acaba por ser maioritariamente reativo (...), e depois aquelas coisas que dão gozo, como por exemplo «epá, era fixe que este software tivesse ali a funcionalidade x, eu gostava de ter algum tempo para implementar isto» (...), isso são os extras, são as coisas que a gente faz se tiver tempo. Mas são aquelas que acabam por te dar mais gozo (...). Normalmente esse é o tipo de coisas que nós gostaríamos que a associação fizesse, e normalmente é aquilo que nós chegamos ao fim do ano e dizemos assim «fizemos pouco disto». E normalmente é porque as outras coisas se impõem”</p> <p>“Em qualquer trabalho que tu tenhas, tu vais ter de fazer coisas porque tem de ser. Por muito que tu gostes do teu trabalho, e por muito que o teu trabalho possa fazer-te sentir recompensado, ou valorizado (...), tu vais ter sempre que fazer coisas que não são exatamente aquilo que tu gostas mais, mas que faz parte do <i>job description</i>. E isso não é mau necessariamente, às vezes até é bom, porque às vezes essas coisas até te fazem sair da tua zona de conforto e experimentar outras coisas, ter perspectivas diferentes”</p> <p>“Um dos maiores problemas que acontece nestas associações, é que estas associações são cronicamente inviáveis dentro do nosso sistema de sociedade (...). Para uma associação destas funcionar completamente, nós não podíamos ser todos voluntários, a associação precisava de ter funcionários (...). Percebes, sem grande dificuldade, que seria um trabalho que eu consideraria aceitar como emprego, mas há muitas mais pessoas (...), e sentir-se-iam contentes em ter um emprego que tem um impacto direto na sociedade”</p> <p>“Ainda há bocado estava a dizer que era difícil fazer a divisão, porque se tu tiveres muito tempo, o associativismo também é um bocado um hobby (...) Às vezes perco horas a fio num fim-de-semana a ver coisas técnicas (...). Em vez de fazer isso, podia estar a ver um filme, mas eu estou a fazer isso e estou a desanuviar a minha cabeça e, portanto, de certa forma, nessa altura aquilo que eu estou a fazer é hobby... é lazer. É difícil fazer a divisão”</p>
Carminda	<p>“[O emprego tem] um ambiente bom de trabalho, e também tenho a minha autonomia, não é uma coisa super hierárquica, nem tenho pessoas a chatearem-me muito, naquele sentido de coisas que existem nos locais de trabalho (...). Em termos pessoais é bastante razoável, dá para eu aguentar um trabalho e pronto, aqui é só um sítio em que eu faço outras coisas de que gosto e estou com as pessoas também de quem gosto”</p> <p>“Eu acho que é um trabalho, não é um trabalho industrial, não é naquele sentido, não tenho nenhum horário determinado por outrem, não estou a ser explorada, faço coisas que quero fazer, é um trabalho no sentido de que aquilo produz alguma coisa (...), requer energia, tens que despende a tua energia e tens um resultado qualquer com isso. Mas há coisas que tu fazes por motivação intrínseca, e não extrínseca”</p> <p>“Acho que se tivesse um rendimento mínimo, não tinha que ir trabalhar, podia fazer mais coisas, se calhar ia fazer sementes, plantar coisas (...), isso era já!”</p> <p>“Aqui é uma coisa que eu gosto e faço, e no trabalho não... é uma tarefa que eu faço só porque me pagam, não tem outra razão”</p>

Delfim	<p>“O voluntariado insere-se num projeto, onde há alguém a liderar e tu fazes um trabalho específico para alguma coisa (...). A gente decide as coisas numa assembleia, temos autonomia total, esse tipo de coisas, não sinto bem que é um voluntariado”</p> <p>“Eu tinha uma atividade remunerada, e isto agora é praticamente um hobby (...), é uma atividade voluntária sem qualquer remuneração em que a pessoa tira prazer daquilo que está a fazer. Considero uma atividade útil. E nesta medida houve uma diferença significativa (...). O trabalho é uma obrigação, e uma pessoa tem tempos de atividade, vai para um local de trabalho (...), fazendo em geral com gosto, mas a pessoa está sujeita à estrutura organizativa e são momentos diferentes. É um prazer grande a pessoa passar à situação de reforma (...). A libertação desse encargo foi agradável (...), tem sido de grande prazer beneficiar desta disponibilidade. Agora, dentro desta disponibilidade eu é que decidi ter uma atividade proveitosa”</p> <p>“Aqui não estamos sujeitos a qualquer obrigação de fazer alguma coisa, e mesmo os destinatários são completamente desconhecidos (...), se bem que também haja um brio de fazer artigos bem elaborados”</p>
Gennaro	<p>“[Emprego e Cicloficina] são coisas totalmente separadas, pragmaticamente (...). A coisa que eu vejo sempre em comum é que fico muito com uma grande atração para as coisas que se podem fazer com as mãos (...). Eu gosto de sujar as mãos com as coisas. Seja planificação seja também execução”</p> <p>“Estás mais descontraído. Enquanto estás aqui, não estás com a pressão do trabalho. Se não acabarmos uma bicicleta não há <i>stress</i>”</p>
Fabiano	<p>“Não era trabalho assalariado, era compromisso. Assumi um compromisso e durante muito tempo tive assim esse compromisso quase diário</p> <p>“Era só uma questão de proximidade a comunidades e a pessoas (...), não havia qualquer outra similaridade entre o meu trabalho e o movimento”</p>
Teófilo	<p>“Trabalho é, mas quem corre por gosto não cansa. Obviamente que não trabalho oito horas diárias na associação, nem pouco mais ou menos. Por não haver remuneração e ser uma cena informal, vamos trabalhando. Claro que há sempre compromissos, e dedico tempo, claro que dedico. Obviamente que se pudesse ganhar dinheiro com isto era bom, mas não procuro propriamente a remuneração. Enquanto estiver a correr por gosto fico”</p>
Diogo	<p>“Eu também trabalho em bares e associações e acaba por se conectar tudo, mas se fosse só isto, só a editora, <i>ya</i>, eu <i>rockava</i>”</p> <p>“Esta atividade, pelo menos da forma como eu faço, não há contrato, não há <i>income</i>, e quando há é a recibos verdes (...). A forma como a Rotten Fresh atua, assim meio fora, não está nada oficializado, não está nada formalizado. Mesmo o <i>income</i> podia ser o mesmo, eu já tirei mensalmente mais <i>income</i> de concertos que organizei do que de trabalhos que já tive. A cena é, esses trabalhos com contrato e com todos esses processos legais, garantem uma estabilidade muito maior do que seres músico, ou teres uma editora ou uma produtora. Essa é a principal diferença, é a estabilidade”</p> <p>“Eu tive empregos que não me diziam nada e eu ia trabalhar como ia para as aulas. Era mais «sou obrigado a ir porque tenho que sobreviver, e vou tirar o melhor partido». Havia esse corte. Não odiava, mas não me dizia nada. Estava ali, fazia o meu e ia para casa, e ia aos concertos a seguir, com o dinheiro que fazia lá. Ou seja, se eu puder estar nos concertos a trabalhar, é isso que eu quero, a motivação é totalmente diferente. Para mim, eu investir tempo na editora ou em projetos pessoais meus é muito melhor do que investir dinheiro e tempo em projetos tipo Pingo Doce (...). É um hobby sério”</p> <p>“Não te vai custar a passar o tempo! Já tive dias e dias a fazer daqueles trabalhos que ninguém quer saber (...), mas se calhar se tivesse a fazer isso para uma outra empresa, se calhar já achava uma grande seca, e não era tão produtivo, não escrevia se calhar tantos textos, escrevia menos”</p>
Sancho	<p>“<i>Dedicarias mais se não fosses estudante?</i></p> <p>Sim, certamente. Se isso permitisse ter uma fonte de sustento.</p> <p><i>Isso está no teu horizonte?</i></p> <p>Sim, sim, sim”</p>

	<p>“Dependendo daquilo a que me posso candidatar ou não, isto pode estar diretamente alinhado, e mais que não seja porque, por exemplo, ganham-se bastante competências ao nível da gestão”</p>
Eline	<p>“Não há uma relação direta. Obviamente que eu, tendo um interesse nestas questões de narrativas invisibilizadas, a cooperativa de que eu faço parte também tem essa missão de alguma forma. Obviamente há uma conjugação de interesses, mas tenho uma necessidade de coerência, entre aquilo que eu faço na minha vida profissional e que extravaso para os meus tempos livres, para a minha vida pessoal”</p> <p>“Claro que as ferramentas de trabalho que eu tenho me ajudaram imenso a organizar este evento”</p> <p>“Mas eu tenho uma motivação enorme, depende dos projetos, porque eu também gosto muito dos projetos em que eu trabalho profissionalmente, mas por exemplo: eu sinto um foco quando estou a editar enorme”</p> <p>“Sim, se eu pudesse dedicava-me mais, mas também preciso de trabalhar”</p>
Noémia	<p>“Custa muito me motivar para o emprego. Quando eu estou motivada no emprego, eu sou muito eficiente, mas me custa (...) Pelo contrário, se uma coisa que eu «agora à tarde tenho de ajudar a escrever o manifesto» — e é uma coisa igual, sentar na frente do computador e escrever —, mas não tem nada a ver como eu reajo (...). É muito diferente o processo”</p>
Lívia	<p>“Eu não vejo as coisas necessariamente como trabalho. São coisas que eu gosto de fazer e que vou fazendo na medida daquilo que posso, na medida daquilo que é possível na minha vida (...). São coisas que eu não vejo como trabalho, apesar de darem muito trabalho”</p> <p>“Acho que a grande diferença é a remuneração, porque cria expectativas, porque cria um compromisso que é muito mais rígido. Neste caso não é isto que acontece (...). Acho que o facto de ser remunerada muda muito a natureza da relação que tens com o projeto. Aquilo que achas que deves fazer é muito diferente se fores pago ou se não fores. Eu gosto de fazer estas coisas todas em grande parte porque não são remuneradas. Por outro lado, a verdade é que o facto de não serem remuneradas faz com que mesmo que eu queira, elas não podem ser a minha maior prioridade”</p>

## Anexo C8 – Razões instrumentais para participar

Gennaro	<p>“Tudo o que abrange a usar as ferramentas aqui, tipo, se eu tiver problemas com a bicicleta (...). Eu tenho a chave, chego aqui, e arranjo a minha bicicleta. Esta me parece uma troca também de serviços justa, basicamente”</p> <p>“Não tenho utilizado isto nesse sentido, mas podia dizer «olha, eu sou arquiteto, vocês precisam de um? Eu trabalho, estou à procura». Não usei nada disso”</p> <p>“Eu já não estou naquela fase de fazer currículo”</p>
Sílvio	<p>“Eu trabalho com Ubuntu, agora, o meu Ubuntu não fica mais valorizado por eu traduzir software ou por eu organizar, em Sintra, encontros mensais da comunidade (...). Faço isto por interesse pessoal, completamente interesse pessoal”</p>
Lívia	<p>“O <i>open-source</i> já me ajudou em certos empregos (...), para certas posições já me ajudou. Ou eu acho que tenho mais hipóteses numa posição porque tenho este perfil. Já há muitos anos que deixei de fazer essas coisas por causa disso. Acho que nesse sentido só mesmo a Zero, porque também era uma altura em que eu não tinha experiência nenhuma, e, portanto, qualquer coisa era melhor que nada”</p>
Marcos	<p>“Não tenho o meu CV atualizado há muitos anos (...). Nunca precisei muito de usar formalmente o meu currículo (...). Eu pessoalmente nunca participei nas associações porque achei que faz bem ao meu currículo. Conheço alguém que (...) se relacionou com a associação exatamente para poder meter isso no seu currículo, e eu pessoalmente não gostei e correu muito mal, na minha perspetiva, porque acho que é a razão errada (...). Mas enquanto uma pessoa que já leu muitos currículos escritos e que já fez até entrevistas de emprego ou</p>

	seleção de currículos, faz toda a diferença. Não te vou dizer de forma alguma o contrário (...). Obviamente que dá uma força no currículo, e com razão, porque diz muito sobre o candidato”
Carminda	“Não, isso é zero. Para já não quero fazer mais nenhum currículo na minha vida, não vou fazer mais currículos. Não. Não porque nem sequer quero estar nesse jogo. Já não, já não. E também não me sinto a fazer voluntariado”
Fabiano	“Depende dos trabalhos. Para mim enquanto videógrafo não. Agora sim, trabalhando em projetos de intervenção comunitária, se calhar aí servir-me-ia como currículo no sentido em que fica uma bagagem de trabalho em coletivo, trabalho de equipa, trabalho com pessoas”
Teófilo	“É importante para o meu currículo porque agora dá-se bué valor às <i>soft skills</i> ou àquelas cenas. De uma forma egoísta, claro que me dá para no currículo por «presidente de associação comunitária e recreativa». Dá logo uma pintarolas do caraças. Dá-me mais hipóteses de ganhar emprego”
Sancho	“Não, não faço isto pelo currículo. Acho que vai ter influência positiva, certamente, mas não faço isto pelo currículo”
Eline	“Não, não porque eu não estou a por isto no meu currículo”

## Anexo C9 – Ativismo de consciencialização

Sancho	“[A razão] essencialmente foi ver a falta de movimento neste sentido (...). Basicamente unimo-nos porque vemos que há falta de preocupação com isto, e vimos que tínhamos pessoas suficientes para começar a criar uma organização, e decidimos focar-nos, por exemplo, em fazer investigação e ensino”
Sílvio	“Não é minha intenção obrigar as pessoas a nada. Agora, informar as pessoas (...), acho que um dos grandes problemas do software livre é que as pessoas dizem mal sem conhecer, por desconhecimento, por desinformação. E acho que uma das coisas que falta ao software livre, é esclarecer (...), porque aquilo que eu vejo muitas vezes — pessoas que escolhem o produto A em detrimento do produto B — fazem-no porque não conhecem mais nada, ou porque assumem que só aquilo é que cumpre o propósito”
Teófilo	“Neste momento estamos a fazer um documentário sobre a nossa horta e não só, sobre as hortas do vale (...), para documentar essas relações e essas atividades que se estabelecem lá naquele local. Isso vai acabar por ser um alerta, digamos assim (...). Nós achamos que a cultura das hortas é importante (...) porque para a população reformada acaba por ser um passatempo, mesmo até uma razão para acordar e ter trabalho para fazer, ter um propósito digamos assim. No entanto em algumas entrevistas que nós já fizemos a alguns reformados lá da horta, eles já nos disseram que eles já estão lá há alguns anos, e já vivem com a ameaça de que mais dia menos dia vão-lhes tirar a horta, vão construir lá qualquer coisa. E alguns testemunhos que já ouvimos foi «pronto, quando me pedirem para sair, isto não é meu, quando me pedirem para sair eu vou sair, e o que eu quero é que isto seja bonito e arranjado» (...). Alguns defendem isso e estão tranquilizados com a ideia de que um dia possa desaparecer. No entanto nós achamos que essa cultura das hortas é importante mesmo para as camadas mais velhas da nossa sociedade, acaba por ser uma atividade que zela mesmo pela saúde física e mental da população mais idosa (...), e que os torna mais resilientes a todos os fatores inerentes ao envelhecimento. E mesmo até pelas próprias relações que lá se estabelecem entre os agricultores, que estão sempre a partilhar ferramentas, sementes, ao fim da tarde reúnem-se todos debaixo da árvore para beber uma cerveja ou um copo de vinho, etc., e portanto o nosso documentário vai acabar por ser, esperamos nós, se correr bem, uma chamada de atenção da importância das hortas”
Eline	“É mais a ideia de resolução de um problema, da questão da coletividade, de conseguirmos juntas resolver um problema, de trazer mais pessoas a bordo para essa questão, e de consciencialização, e também de criação de rede”

## Anexo C10 – A importância do convívio

Gennaro	“É muuuito importante para mim, porque enquanto animais sociais, enquanto eu não tiver muitas mais maneiras para entrar em contacto com pessoas, trocar umas palavras... porque, basicamente, eu estou no escritório das nove e meia às sete e meia da noite, não há muita forma... Pronto eu tenho os meus amigos, fora daqui, não há nenhum stress, mas também é fixe, de vez em quando, conhecer uma pessoa nova”
Teófilo	“Ya ya ya, bué isso, bué isso. Ya, isso é bué importante, a meu ver isso é buééé importante. Saber que há lá pessoal e que vou estar lá a socializar, ya, curto bué disso”
Eline	“Claro que eu podia ficar em casa a fazer a Wikipédia sozinha, mas não tem tanta piada como estarmos juntas a fazer isso, e a contribuímos para um bem-maior, e também, com todo o convívio é mais divertido”

## Anexo D — Esquema-síntese das razões dos entrevistados para trabalharem no Comum

Razões para o trabalho no Comum	Razões individuais	Entretenimento				
		Realização pessoal				
	Razões baseadas em valores	Ideais	Comunitarismo			
		Ativismo	Consciencializar	Contramovimento polanyiano		
			Confrontar			
	Prefigurar					
	Razões coletivas com origem na comunidade	Com origem na comunidade restrita	Assunção de responsabilidades			
			Sentimento de fazer falta			
		Com origem na comunidade alargada	Sociabilidade	Desejo de conviver		
				Desejo de conhecer		
				Desejo de criar relações		
		Com origem na comunidade alargada	Necessidade de fazer a diferença	Manifestada à priori	Necessidade de retribuir	
	Necessidade de criar algo que ainda não existia					
		Manifestada à posteriori	Sensação de missão cumprida	Desejo de reconhecimento		
			Satisfação com o usufruto por outrem			